VI ENANPARQ

BRASÍLIA 2020
VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LIMIARIDADE
PROCESSOS E PRÁTICAS EM ARQUITETURA E URBANISMO

RELATO DA MESA TEMÁTICA

MT 1 – PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: EXPERIMENTAÇÕES TEÓRICAS

Relator: Prof. Dr. Frederico Braida

A primeira mesa temática do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ), pertencente ao eixo "Projeto, políticas e práticas: experimentações teóricas", realizada na segunda-feira, dia 1º de março de 2021, das 9h às 11h, mediada pela profa. Rita de Cássia Lucena Velloso, com relatoria do prof. Frederico Braida, foi composta por oito apresentações, contando com a participação de, aproximadamente, 40 pessoas.

Após os presentes serem convidados para assistirem aos vídeos das apresentações, disponibilizados no YouTube, foram constituídas nove minissalas de discussão. Para além da questão geral ("como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?"), os participantes puderam dialogar sobre suas reflexões geradas a partir dos trabalhos apresentados. Na sequência, depois de 20 minutos de discussão, todos os presentes retornaram para a sala principal e puderam apresentar os relatos das discussões.

A deriva, como processo metodológico e estratégia de apreensão das cidades, como possibilidade de conceber cartografias, foi um dos temas tratados com frequência. Alguns participantes relataram a percepção de haver um "eixo lefebvriano" que atravessa todos os trabalhos da sessão, os quais apresentaram leituras de espaços diversificados.

Foi bastante perceptível como as apresentações colocaram os corpos dos cidadãos e dos pesquisadores no papel principal de vivência, de percepção e de compreensão da cidade. Tal questão evidenciou-se por meio da arte, da ficção, da apreensão e representação da cidade, no próprio projeto urbano.

Ressaltou-se que derivar na cidade contemporânea já não é a mesma coisa que deambular pelas cidades dos anos de 1960. Acredita-se, pois, que o ato de ser um transeunte na cidade já não se trata mais de uma ação espetacularizada. Portanto, cabe a seguinte questão: como a deriva pode ser reinterpretada nos dias de hoje?

Cabe sublinhar que as derivas, as cartografias e o ato consciente de ser um transeunte abrem um leque de abordagens interdisciplinares e contribuem para a evidenciação de uma cidade que frequentemente não é percebida, que não é valorizada pelos cartões postais e que é propositalmente invisibilizada. Com as derivas, pode-se acessar espaços que, em muitos casos, interessam pouco ao turismo ou ao city marketing. A deriva pode ser um caminho para a percepção da vida cotidiana, ou seja, para a captura do espaço vivido e habitado pelos cidadãos.

A partir do enfoque sobre a deriva, levantou-se um debate crítico sobre os métodos e a literatura que têm fundamentado nossas pesquisas sobre o espaço urbano, sobre as cidades contemporâneas. Percebe-se uma postura excessivamente descritiva e reflexiva, porém ainda precisamos explorar mais os processos de transformação da realidade, por meio de ações que considerem também a intervenção pragmática como alternativas para as especulações teóricas. Não podemos nos furtar da seguinte pergunta: como modificar nossos espaços?

Os trabalhos apresentados também destacaram a rua como objeto de investigação fértil para arquitetos e urbanistas. A rua tem um papel fundamental na vida urbana, pois ela é o palco do fluxo de pessoas e das relações que acontecem na cidade, das práticas sociais. Percebe-se que os trabalhos enfatizaram a rua como o lugar da resistência. Cabe apontar que, infelizmente, dada a situação da pandemia que vivemos, a rua já não pode mais ser ocupada.

Chama a atenção o fato de, recorrentemente, as discussões apontarem a necessidade de refletirmos sobre o que é a cidade nos dias de hoje. Devemos contextualizar que os trabalhos apresentados são frutos, em sua grande maioria, de pesquisas e projetos desenvolvidos anteriormente à pandemia de Coronavírus, a qual, de certa forma, impôs o esvaziamento do espaço público das cidades, em função das medidas restritivas de convivência pública e de aglomeração, por exemplo, de ações coletivas de educação, de circulação, de lazer, de comércio, de práticas religiosas, enfim, em função da demanda pelo distanciamento social.

Algumas inquietações que emergiram, ao se considerar esse contexto, foram: durante a pandemia, no atual momento político e sanitário, como ocupar os espaços? Quem está ocupando a rua nos dias hoje? Em outras palavras: de que maneira o espaço público tem sido ocupado e por quem? Tudo indica que a ocupação do corpo na cidade não está

sendo programada, tem sido uma questão de sobrevivência. Nesse sentido, devemos nos perguntar: a resistência está vindo de que lugar?

Portanto, ao final, os presentes foram convidados a ressignificarem todas as apresentações a partir da realidade em que nos encontramos, da pandemia por Covid-19, das atividades a distância, da expansão do mundo digital. De fato, as discussões levadas à sessão foram muito profícuas e saímos com a sensação que permanece urgente a necessidade de se (re)pensar a cidade, a arquitetura e o urbanismo contemporâneos!

Por fim, cabe ressaltar que a pandemia trouxe consigo a demanda por novos estudos urbanos, por pesquisas continuadas sobre os espaços das cidades. Além disso, instaurou-se a seguinte questão urgente: quais autores poderão fundamentar nossas abordagens a partir de agora? Portanto, esperamos que, no próximo ENANPARQ, tenhamos a oportunidade de discutirmos sobre as questões que no momento se apresentam sem respostas e que possamos problematizar o novo cenário que temos vivido.

MT2: PROJETO, TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E QUESTÕES AMBIENTAIS: HABITAÇÃO SOCIAL E ATHIS

No contexto de segregação socioespacial característico dos centros urbanos, os trabalhos apresentados na Mesa Temática 2 contemplaram investigações inerentes à urbanização de assentamentos precários, à assistência técnica para a qualificação da habitação, à apropriação de novas tecnologias digitais para a avaliação de desempenho das soluções habitacionais, aos impactos resultantes da produção formal e informal da moradia, relacionados ao ambiente e à dinâmica de vida das famílias. Foram igualmente observadas contribuições dos concursos de projeto para a qualificação das respostas por parte dos gestores.

O artigo **"Implementação da assistência técnica para melhorias habitacionais no loteamento Anglo (Pelotas/RS)"** relata resultados da atividade de pesquisa e extensão na avaliação da qualidade térmico-energética de unidades habitacionais, utilizando-se simulação computacional, sendo propostas soluções para o aprimoramento desse desempenho. Amparando-se em estudos históricos, o método de projeto orientou-se para a proposição de modelos a serem replicados para modos de vida distintos. O envolvimento dos residentes nas reflexões e execução das intervenções contribuiu para a conscientização sobre a qualificação das condições de vida. Parcerias com gestores locais e organizações internacionais viabilizaram a implementação das ações.

Em "**Resiliência no ambiente construído em habitação social: métodos digitais de avaliação pós-ocupação"** foram identificados parâmetros que atribuem resiliência ao ambiente construído em habitações de interesse social (HIS) brasileiras, com foco na moradia, para posterior realização de análise pós-ocupação (APO) com desenvolvimento e utilização de ferramentas digitais. Por meio da avaliação de desempenho em conforto e adequação ambiental, flexibilidade, acessibilidade, resistência, bem-estar e

engajamento, os estudos objetivaram orientar usuários e prestadores de serviço, a fim de fomentar estratégias de intervenção (retrofit).

Com foco no setor da construção civil, o artigo "**Avaliação do ciclo de vida: avaliação de impactos ambientais do sistema de vedação de uma habitação de interesse social"** analisa o sistema constituído de alvenaria com blocos cerâmicos, avaliando-se as etapas de extração da matéria prima, produção dos materiais, transporte e desperdícios em obra, utilizando-se ferramentas digitais. Os resultados visam a contribuir para a tomada de decisões de projeto da habitação de interesse social.

Desafios inerentes à urbanização de ocupações informais são abordados nos artigos "**Urbanização e habitação na bacia do Paracuri em Belém/PA"** e **"Urbanização de assentamentos precários: as intervenções na bacia do rio Tucunduba em Belém/PA",** por meio da análise de ações implementadas em áreas de várzeas. Nesses contextos, as intervenções se consolidam por meio de expressivos projetos de macrodrenagem que resultaram em remoções e reassentamentos de famílias, muitas vezes para conjuntos periféricos, com comprometimento das suas condições de vida. A abordagem dos entraves na articulação de ações de urbanização, provisão habitacional e requalificação ambiental evidenciou questionamentos à capacidade de implementação de projetos por parte dos gestores públicos.

O trabalho intitulado **"Especulação imobiliária em eixo de expansão do mercado imobiliário: a (in)sustentabilidade dos vazios urbanos de Capim Macio/Natal"** aborda a ação especulativa da terra na extensão da cidade, destacando-se os impactos socioambientais . À luz do debate acerca do cumprimento da função social da propriedade, desenvolveu-se metodologia para categorização e identificação dos vazios urbanos, adotando-se as variáveis localização e dimensões dos lotes. A pesquisa evidencia os impactos decorrentes de possíveis mudanças nos normativos urbanísticos e consequente adensamento do bairro, com destaque para a capacidade de suporte da infraestrutura urbana e equipamentos públicos.

Em face da complexidade da temática da Habitação Social, evidenciada com propriedade pelos trabalhos apresentados, o artigo **"Arquitetura, urbanismo e as favelas: as contribuições dos concursos de projeto para habitação social"** observa o potencial de aprimoramento da concepção de projeto por meio desse instrumento. Focaliza particularmente ações de integração de favelas às cidades em análises de casos nacionais e estrangeiros. Com recorte orientado às diretrizes para o ambiente construído privado de uso habitacional, foram adotados como parâmetros: tipologia, padronização, adaptação ao local, densidade e participação popular. Evidenciaram-se visões distintas por parte dos gestores, direcionando-se seja para a ênfase nas soluções técnicas, seja para

as tecnologias sociais, sendo destacada a orientação globalizante na atuação de organismos internacionais.

A partir da apresentação dos trabalhos em vídeos, a subdivisão em grupos acolheu reflexões que foram compartilhadas no momento final. Os debates evidenciaram limites e potenciais da ação transformadora da Arquitetura e Urbanismo em face das situações de precariedade e informalidade da moradia, visando a incorporá-las à cidade e contemplar o equilíbrio ambiental em diferentes contextos.

A carência de recursos técnicos e financeiros por parte dos gestores, particularmente em cidades pequenas, assim como os entraves políticos e burocráticos, foram apontados como aspectos a serem enfrentados por meio de soluções diferenciadas. Acrescente-se a dificuldade de implementação de instrumentos urbanísticos para fazer cumprir a função social da cidade, muitas vezes previstos em lei, mas nem sempre regulamentados no âmbito local.

Ações transformadoras foram destacadas. Com apoio de arquitetos, comunidades tem se organizado para solucionar seus problemas. Um desafio colocado é a viabilidade da prestação da assistência técnica de forma privada por escritórios ou profissionais autônomos. Em face das restrições financeiras dos gestores públicos, a atuação profissional por meio de parcerias poderá viabilizar o acesso a recursos privados, consolidando estratégias complementares às políticas governamentais.

A contribuição dos arquitetos e urbanistas em face da demanda por urbanização de assentamentos precários e do passivo resultante do Programa Minha Casa Minha Vida em âmbito nacional aponta a relevância da atuação profissional. Portanto, a Assistência Técnica para Habitação Social (ATHIS) se apresenta como ação fundamental, perpassando as escalas da unidade habitacional, do urbano e do regional. Nesse cenário, a articulação entre gestores públicos, academia e entidades de classe viabilizam ações de formação, proposição e implementação de projetos, com fortalecimento profissional, no sentido da produção arquitetônica e de urbanismo socialmente mais justa.

No âmbito da academia, a arquitetura social se efetivará como demanda expressiva por meio da sua inclusão curricular. A pesquisa e extensão permitem a inserção nessa realidade e o conhecimento dos limites das ações e soluções. Importância foi atribuída a projetos com participação da comunidade e ao fortalecimento da formação para essa ação, com atuação na problemática habitacional consolidada. Paralelamente, o desenvolvimento de tecnologias e softwares **é apontado como** diferencial para a avaliação de desempenho e aprimoramento das soluções. Enfatizou-se a necessária aproximação entre a academia e as instâncias de decisões políticas.

No contexto de pandemia, em que as desigualdades sociais ficaram evidenciadas, instrumentos de pesquisa tecnologicamente desenvolvidos se mostraram acessíveis. A colaboração em redes e a criação de ações conjuntas contribu**íram** para evidenciar questões contemporâneas da arquitetura e do urbanismo como prioridade, com potencial de fomentar projetos e programas transformadores de ampla escala.

EIXO TEMÁTICO 4: PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS

MT 4 – PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS: POLÍTICAS, GESTÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

A Mesa Temática 4 (MT4) - Patrimônio, escalas e processos: políticas, gestão e educação patrimonial acolheu 6 artigos envolvendo 12 pesquisadores, com a mediação de Cláudia dos Reis e Cunha e relatoria de Vanda Alice Garcia Zanoni. A equipe de apoio contou com a Mariana Fragali Pane e a Maíra de Luca e Lima. A Relatoria contou com a colaboração de Emanuel R. Cavalcanti, Mariana Kimie Nito e Cláudia dos Reis e Cunha.

A condução das discussões seguiu a questão norteadora: **Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?** Os debates foram fomentados pela reflexão sobre as limiaridades que o patrimônio cultural manifesta, em suas mais diversas escalas, processos e temporalidades, no âmbito da teoria, prática, ensino, aprendizagem, técnica e crítica.

Foi discutido sobre a importância da educação patrimonial mediada por diversas escalas: a da gestão, a das políticas preservacionistas em relação às políticas de patrimônio e a das práticas cotidianas. Pautou-se pela compreensão de que a Educação Patrimonial não é uma atividade fim, mas um processo de construção coletiva e troca de conhecimentos que tem como foco o patrimônio apropriado socialmente. Dessa forma, pode-se garantir que os agentes envolvidos no processo de patrimonializacão, especialmente os detentores dos bens, realmente se sintam pertencentes ao processo e empenhados com a conservação dos bens culturais.

Destacou-se a ampliação do campo da Arquitetura e Urbanismo para o estabelecimento do contato com outros campos disciplinares, o que gera novas percepções da cidade em processos mais participativos. A discussão de experiências apresentadas em educação patrimonial, no bojo da proposta pedagógica dos cursos, mostrou a relevância em extrapolar os muros da Universidade (tendência na consolidação da pesquisa

integrada à extensão). Nos questionamentos sobre o enfoque "infância e cidade", "relações amistosas e lúdicas", foram discutidos aspectos, tais como, o trabalho conjunto de pesquisadores e professores escolares, de forma a transferir aprendizados (conteúdos e experiências) nas escalas de conhecimento da academia e da escola. A discussão da vivência da cidade para outros campos, envolvendo diversas ferramentas e atividades, leva à participação da comunidade escolar e vizinhança.

Nesse sentido, a educação patrimonial desenvolvida por meio das atividades nas escolas, como práticas, pode pensar a política urbana de forma mais justa. No diálogo com as instâncias públicas, levanta-se a questão dos direitos sociais, que é uma luta forte na sociedade civil, e práticas de mediações nas políticas urbanas — também como práticas de educação patrimonial. Trata-se de uma questão urgente que deve ganhar visibilidade, articulação entre as diversas escalas (políticas urbanas) e atores (participação social), alinhados às práticas cotidianas (pertencimento). O patrimônio também é um campo de disputa, e como tal, é preciso repensar as práticas e políticas.

Ainda é preciso construir outro olhar para Arquitetura e Urbanismo, não apenas voltado à materialidade em si, mas mobilizado pelos significados, e como os direitos urbanos reivindicados podem permear essa discussão. Destacou-se que ainda são necessários esforços para uma melhor articulação entre os grupos sociais e suas práticas e os agentes públicos que tratam do patrimônio, muitas vezes ainda imbuídos de uma visão fechada do conceito de bem cultural.

Ainda há muita dificuldade em entender as visões fora da academia, no dia a dia das pessoas comuns, mas também para parte dos acadêmicos, na reelaboração dos conceitos com o viés patrimonial. Questões como o uso de inventário participativo e desconstrução do patrimônio como monumental, são exemplos de situações que precisam ainda se estender para o cotidiano, na participação e envolvimento das pessoas. Nesse sentido, destacou-se a importância de instrumentos mais democráticos, como o Inventario Participativo, de forma a garantir as escutas e negociações, assim como a resolução de conflitos, que são inerentes ao campo do patrimônio.

A consolidação do direito ao patrimônio como direito à cidade, como um processo de revisão sobre o papel do patrimônio nas políticas urbanas, se insere em uma renovação do olhar sobre a arquitetura e a cidade, para além de sua materialidade, rejeitando os aspectos estéticos e históricos como únicos legítimos nos processos de patrimonializacão. Ou seja, o direito ao patrimônio (ampliação da questão do patrimônio) e democratização envolvem a perspectiva de trabalhar com o cotidiano (relação necessária).

Finalmente, chamou-se a atenção para o desmonte de políticas públicas, tais como as voltadas à preservação ambiental e do patrimônio, como fruto de um momento político

nacional de abalo das estruturas democráticas, revelando um cenário de precarização e de ingerência. Na contramão da tentativa de desmobilização, revelada pelo desmonte dos órgãos de preservação, como o patrimonial, substituição de funcionários de carreira por profissionais desvinculados das questões dos órgãos, cresce a mobilização para reestabelecer a estrutura democrática do país, onde a Arquitetura e o Urbanismo estão intimamente vinculados com as políticas urbanas, movimentos sociais, etc.

Em tempos pandêmicos, os participantes do grupo destacaram a necessidade de adaptação devido aos efeitos da pandemia do coronavírus nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em Arquitetura e Urbanismo, assim como nas formas de relação interpessoais e processos daí decorrentes. As discussões da MT4 revelam a importância: da renovação de práticas institucionais de pesquisa e extensão; da discussão teórico conceitual de um patrimônio que se quer democrático; e da necessidade de fortalecimentos das políticas e instituições de patrimônio cultural existentes. Supera-se com a criação de culturas de troca entre pesquisadores e professores do patrimônio; são mobilizações inéditas tais como a apresentada pela intensa participação neste VI ENANPARQ.

Relato elaborado com a colaboração de:

vandazanoni@unb.br

claudiareis@ufu.br

emanuel.cavalcanti.au@gmail.com

mknito@usp.br

RELATÓRIO MESA MT5: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES: BRASIL E AMÉRICA LATINA

Mediador: Profa. Dra. Claudia Cabral
Relator: Profa Dra Rosio Fernández Baca Salcedo
Apoio aluna: Mariana Damasceno
Anna Paula Ribeiro Guedes

TRABALHOS:

Arquitetura na produção urbana latino-americana: a construção de uma rede de articulação entre Argentina, Brasil e Paragua
André de Oliveira Torres Carrasco; Flávia Pagnoncelli Galbbiatti; Rodolfo Barbosa Ribeiro

Terceiro mundo na revista italiana Spazio e Società: o lugar da América Latina
Fabiane Regina Savino

Diálogos pertinentes em cidades latinoamericanas: o ideal modernizador nos casos de Belém e Santa Fé
Celma Chaves Pont Vidal; Luis Muller

Tom & Oscar: diálogo entre duas linguagens brasileiríssimas
Bruno Simões Arsky; Cláudia da Conceição Garcia

A cartilha da cidade: a educação urbana para a formação cidadã
Miguel Antonio Buzzar; Raíssa Tronnolone Martin; Naiara Nunes Ribeiro

Grafite: transformando paisagens, criando lugares e contagiando pessoas
Rayana Gama Ribeiro; Cristiane Rose Siqueira Duarte

Construindo ecologias urbanas
Marcella Arruda; Luis Octavio Pereira Lopes de Faria e Silva

Relatório das discussões

Na Mesa MT5, as discussões das pessoas envolveram as temáticas a seguir: Os movimentos sociais reivindicando os direitos no Estado, amparado na Constituição Federal. O Estado deve promover as políticas, programas e projetos em função das necessidades econômicas, sociais, culturais da sociedade, promovendo a qualidade de vida.

A função social da academia e da produção de conhecimentos teóricos, eruditos e empíricos. O papel da função social do arquiteto e urbanista vai além da projeção de casa e cidades, envolve o compromisso com as necessidades da sociedade: a segurança, acessibilidade, conforto e sustentabilidade, qualidade de vida, moradia adequada, entre outros.

A articulação entre as instâncias de pesquisa, ensino e extensão, promovendo as trocas acadêmicas entre a academia e a sociedade. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão foi consagrada com a autonomia universitária. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão tem como pano de fundo a história das relações entre conhecimento científico e demandas sociais, a inserção da universidade na sociedade e a inserção desta na universidade.

Saber popular erudito, o aprender popular. Conhecimento comum e saber popular, o senso comum definido como expressão do saber popular, maneira de conceber o mundo pelas camadas populares. O espírito de aprender do popular.

O arquiteto e urbanista tem o compromisso social de criar, construir arquiteturas para o lugar, capazes de atender as necessidades, crenças, aspirações, desejos, identidades, tradições, hábitos de uma comunidade, ou seja, atender a cultura dos grupos sociais.

MESA TEMÁTICA 06: PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: EXPERIMENTAÇÕES PRÁTICAS.

Com o tema "Projeto, políticas e práticas: experimentações práticas", a mesa temática 06 apresenta trabalhos cujas reflexões sobre a cidade contemporânea são frutos de procedimentos metodológicos variados que permitem tanto a leitura da cidade sob múltiplas perspectivas como também ações propositivas para intervenções na cidade que, em alguns casos, extrapolam o universo da arquitetura.

O ponto comum que costura os trabalhos é o questionamento sobre o papel do arquiteto como aquele que participa da produção da cidade e aqui o termo "produção" é utilizado em referência à espetacularização e mercantilização dos espaços da cidade e nas possibilidades outras que este pode assumir para análises e experimentações para além das estabelecidas pelo capital.

Os trabalhos apresentados na mesa temática 06 se manifestam de certa forma, como alternativas metodológicas para leituras dos espaços urbanos focadas na visão do pedestre e na microescala das relações cotidianas na cidade. Há, nesse sentido, uma subversão proposta no como ver a cidade e como utilizar essa estratégia para ações propositivas, rompendo com o fazer tradicional do arquiteto e como este enxerga a cidade.

As experimentações apresentadas também revelam a importância das atividades de extensão acadêmica para formação em arquitetura e urbanismo e, como consequência, como ações dessa natureza podem reverberar na maneira como o arquiteto e o urbanista irão enxergar a cidade e como eles poderão atuar para sua construção.

É nesse limiar entre o ler/ver e o fazer/construir que os trabalhos da mesa temática 06 parecem convergir.

Brasília, 29 de março 2021.

Cynthia Nojimoto
Relatora Mesa Temática 06
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

MT 07 – PROJETO, TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E QUESTÕES AMBIENTAIS: MOBILIDADE URBANA

Mediador:
Valério Augusto Soares de Medeiros

Relatora:
Bruna da Cunha Kronenberger

Apoiadores:
Bruna Leite Lopes e Richardson Thomas da Silva Moraes

ARTIGOS

Estudo para sistema cicloviário a partir da acessibilidade topológica no bairro de Ponta Negra, Natal. Autora: Agatha Knox Figueira.

Indicadores urbanos de mobilidade: uma análise de diferentes programas. Autoras: Letícia Muller, Alina Gonçalves Santiago, Thaís Leal da Silva.

Metodologia avaliativa de calçadas: um estudo das calçadas da quadra 107 sul de Brasília. Autores: Hugo Oliveira Costa, Luana Moreira, Neusa Mota.

Mobilidade urbana resiliente: um estudo de caso em avenida de cidade média pela perspectiva populacional. Autores: Vitória Antunes Canali, Paloma Carollo Toscan, Alcindo Neckel.

Efeitos do BRT-Transcarioca: mercado imobiliário na zona norte suburbana e na região de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Autora: Fabiana Generoso de Izaga.

Como operacionalizar o uso misto do solo nos estudos de caminhabilidade? Reflexões teórico-metodológicas. Autores: Larissa Casaril da Fontoura, Milena Kanashiro, Renato Tibiriçá de Saboya.

RELATÓRIO

- A Mesa Temática 07 teve iniciou às 14h01min, com o Moderador apresentando os membros do grupo de apoio;
- O *link* para os **vídeos** elaborados pelos autores dos artigos foi compartilhado pelo técnico;
- Com todos os participantes novamente na sala do *Zoom*, foi explicada a dinâmica de formação dos grupos para a discussão acerca da questão-chave colocada pela organização do VI Enanparq;
- Em seguida, os participantes da sala foram divididos em grupos para discutir acerca da questão-chave:

- **Grupo 1:**

Fabiana Izaga (autora); Isabella Ferreira; Milena Kanashiro (autora); Nayara; Suelen Souza.

- **Grupo 2:**

Carolina Ferreira; Laís M. Salvador; Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos; Lucimara.

- **Grupo 3:**

Beatriz Brandão; Hugo Costa (autor); Letícia Muller (autora); Letícia Souza.

- **Grupo 4:**

Deiny Facanha; Felipe Bueno; Larissa Casaril da Fontoura (autora); Thaty T. B. Galvão.

- Os participantes retornaram a sala principal, na qual foram relatadas as discussões realizadas em cada grupo acerca da questão-chave: **Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?**
- A Mesa Temática 07 foi finalizada dentro do horário previsto, às 16h.

COMENTÁRIOS

Grupo 1.

Percebemos que todos os trabalhos apresentaram métodos diversos, quantitativos e qualitativos. Os indicadores representam um método quantitativo muito contemporâneo, que vem suprir a demanda por mensuração. Porém, esse tipo de procedimento, processo e prática acaba se colocando como um olhar restrito, já que ele é uma redução da realidade a partir de uma contextualização e uma perspectiva específica. Notamos também que muitos dos indicadores se referem a questões de transporte, especificamente, não exatamente à mobilidade, que exige uma análise maior em nível de planejamento urbano como um todo. Ou seja, é preciso analisar com cuidado a aplicabilidade de indicadores e métodos quantitativos, atentando sempre para as realidades locais de cada cidade e entendendo com clareza o objeto segundo o qual o indicador for criado. Foi sugerido processos e práticas que atentem igualmente para as questões qualitativas.

Um ponto adicional colocado na discussão se refere à dimensão humana que existe por trás de todo tecnicismo do quantitativo, que nem sempre vai traduzir-se em um uso adequado de determinado objeto urbano planejado segundo indicadores, por exemplo. Antes de tudo vem a vontade e a pré-disposição humana. Acredito que tem a ver com a questão da teoria *vs* prática.

Grupo 2.

A mobilidade urbana, um problema complexo, apresenta soluções diversas — soluções que devem considerar diversas variáveis e atenuar os conflitos entre elas. Essas questões podem ser trabalhadas em análises multicritério. Além de metodologias quantitativas, também devem ser consideradas metodologias qualitativas. Sempre há o julgamento das pessoas, mesmo em critérios quantitativos. Portanto, um conjunto maior de pessoas pode estabelecer ponderações entre indicadores, apresentando uma solução melhor para determinado problema.

Há a necessidade de um reposicionamento melhor da Academia com a práxis. A Universidade trabalhando mais a questão da extensão **é** benéfico para a pesquisa e para o ensino. O professor conhece bem a tecnologia, mas não chega na ponta, no técnico do governo. A Universidade deve favorecer a ponte com os entes públicos.

Quando discutimos sobre caminhabilidade, Jane Jacobs já estava falando sobre o tema na década de 1960. Vemos o quanto demora para algo se tornar palpável, o quanto as mudanças são, de fato, lentas.

Grupo 3.

Com relação aos trabalhos apresentados, verificamos a ocorrência majoritária de indicadores quantitativos. Acreditamos na necessidade de repensar a inserção de indicadores qualitativos.

Com relação à mobilidade, verificamos a falta de integração entre os modais nos trabalhos apresentados. A definição de políticas públicas deve focar no usuário. A questão ambiental também deve ser valorizada, não é possível dissociar mobilidade da questão ambiental.

Com relação às normas da ABNT, verificamos a dificuldade de adequá-las às realidades locais e, portanto, de atendê-las por conta de sua generalidade.

A abrangência dos trabalhos apresentados permite entender questões importantes. Apresentam pontos específicos para abrir o olho do pesquisador, entender como determinado aspecto funciona.

Grupo 4.

Em adição às questões de mensuração já abordadas, foi identificado também um fator comum entre as pesquisas: a dificuldade de conexão entre teoria e prática. Discutiu-se os problemas enfrentados pra criar pontes entre os processos avaliativos, a criação de índices e a transposição desses resultados em diretrizes práticas. Ainda foi destacada a importância do ativismo para levar a demanda dos usuários aos tomadores de decisões.

MT 08 – HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA: QUESTÕES RACIAIS, DE GÊNERO E OUTRAS INTERSECCIONALIDADES

A Mesa 8 ocorreu no dia 01 de março com a mediação de Tomás Antonio Moreira e a relatoria de Clara Luiza Miranda. Teve a presença de autores dos seis trabalhos da mesa: Danielle Amorim Rodrigues (A história da segregação racial construída, mantida e contada pela produção do espaço urbano no Brasil); Gleuson Pinheiro Silva (Omissão da presença negra no bairro da Vila Prudente, São Paulo); Giovana Cruz, Poliana Monteiro, Fernanda Oliveira (Memória, cidade e decolonialidade: um ensaio sobre método para estudos históricos); Júlia Flock (Favela do Glicério: memórias esquecidas de um espaço de exclusão em São Paulo); Marina Guerra Diógenes (Grande Pirambu: o histórico de luta e suas consequências nos projetos para a via litorânea) e Kelvia Oliveira Alcantra Maia (Indianápolis: forma urbana e 'colour line').

No Horário programado o mediador fez a apresentação dos autores e dos títulos dos trabalhos a serem apresentados, em seguida os vídeos previamente gravados foram acessados. Ao fim desse processo, o mediador fez breves considerações sobre os trabalhos. Então, as pessoas presentes foram divididas em salas menores (Break room), havia cerca de 22 presentes nesse momento.

No retorno da discussão, o público buscou, simultaneamente, analisar as apresentações e dirigir a discussão para a questão proposta pela coordenação do VI Enanparq para o debate: "Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?"

De uma das mesas Break room, mediante registro de Danielle Amorim Rodrigues, foi relatado que: não obstante as estruturas diferentes (havia estudos de caso e trabalhos com o perfil de teoria crítica), os trabalhos apresentados compartilham de discussões comuns. Além do tema, as pesquisas propõem um processo de responsabilização/ protagonização das cidades na segregação racial existente no país e fora dele. Os trabalhos compreendem também uma nova perspectiva de análise do espaço urbano e suas dinâmicas, ao focarem na perspectiva dos discriminados e oprimidos, e suas especificidades, também nos espaços destes esquecidos em sua sobrevivência e resistência.

Na discussão geral, o mediador destacou a convergência entre os trabalhos na abordagem de diferentes graus de apagamentos e de silenciamentos dos modos de produzir cidade e modos de vida populares e periféricos. Os trabalhos da mesa 8 tratam de apagamentos, de memórias e de resistências em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Brasil, Indianápolis, EUA. Os processos, que envolvem a população frequentemente deslocada ou excluída da cidade capitalista 'formal', implicam inclusive no silenciamento discur-

sivo sobre a urbanização da cidade como um todo: autoconstruída e formal. Contudo, são aqueles e aquelas que protagonizam as vivências e as lutas urbanas focalizadas na maioria dos artigos da mesa temática 8.

Na discussão, se tratou do papel do arquiteto e urbanista, e de outros que atuam com história urbana e/ ou da cidade, de fazer emergir as histórias e memórias silenciadas, em termos de lutas urbanas, espacialidades apagadas ou removidas, em face aos instrumentos urbanísticos, processos de planejamento e de urbanização produtores e mantenedores de desigualdades e de exclusão socioeconômica, permeadas por práticas racistas e de "apagamento epistêmico", histórico ou físico. Esses apontamentos estão expressos nas análises de: Vila Pudente, Glicério, SP; Região Portuária do Rio de Janeiro; Grande Pirambu, Fortaleza; Indianápolis, EUA. Tomás Antonio Moreira destaca sobre os trabalhos que têm como objeto os bairros Glicério e Vila Prudente: como se oculta que São Paulo é uma cidade de procedência negra!

Na discussão final foi levantada a importância de considerar outros dispositivos além dos instrumentos de ordenação espacial como, por exemplo, o conceito de dispositivo de racialidade proposto por Sueli Carneiro (citada por Gabriela Gaia Leandro, presente na discussão da mesa 8): "a construção do outro como não-ser como fundamento do ser" que atua mediante tecnologias de poder e de forças coercitivas. Trata-se de um dispositivo fundante na subtração, daquele que é constituído como "não-ser", da cultura, do desenvolvimento, do direito à cidade e de outros direitos civis e sociais.

Os trabalhos da mesa 8 também indicam tendências presentes ou emergentes ou mesmo obliteradas no desenvolvimento histórico, que podem apresentar tanto potenciais emancipatórios quanto obstáculos à emancipação de grupos subalternizados/ excluídos, obstáculos que atuam na manutenção e postergação de situações de injustiça social e racial.

Os trabalhos designam, ainda, modos de operação racistas, segregacionistas e colonizadores implementados na urbanização brasileira e estadunidense — podendo também ser cotejados ao conceito de dispositivo de racialidade, como foi proposto no debate. Tais procedimentos de desvelamento constituem operações epistemológicas, mesmo, decolonizadoras que permitem interrogar pressupostos disciplinares estratégicos para manutenção e hegemonia de classe/ raça das 'elites econômicas'. Desde a designação/ desvelamento dessa modalidade de pressuposto disciplinar (e biopolítico) talvez seja possível pensar ações capazes de superá-lo(s).

Uma das salas Break room, representada por Julia Flock, observou que os trabalhos apontam a necessidade de construir novas epistemologias para o fazer, o pensar, o ensinar Arquitetura e Urbanismo. E a necessidade de considerarmos a produção do espaço

para além das práticas profissionais do Arquiteto e Urbanista. Essa foi uma constatação geral do público presente.

Clara Luiza Miranda
Relatora da Mesa 8

EIXO TEMÁTICO 4: PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS
MT 9 - PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS: PATRIMÔNIOS URBANOS

RELATO MESA TEMATICA 9

A Mesa Temática 9 (MT9) - Patrimônio, escalas e processos: patrimônio urbano acolheu 7 artigos envolvendo 13 pesquisadores, com a mediação de Marcia Genésia de Sant´Anna e relatoria de Vanda Alice Garcia Zanoni. A equipe de apoio contou com o Igor Antônio Cunha Gonçalves Monteiro e com a Larissa Alves Lacerda. A Relatoria contou com a colaboração de Mariana Kimie Nito.

A condução das discussões seguiu a questão norteadora: **Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?** Os debates foram fomentados pela reflexão sobre as limiaridades que o patrimônio cultural manifesta, em suas mais diversas escalas, processos e temporalidades, no âmbito da teoria, prática, ensino, aprendizagem, técnica e crítica.

Destacou-se a questão relacionada às interações e conflitos, ainda que questões de preservação sejam contempladas como diretrizes dos planos de urbanização, expansão e direito à cidade. Os projetos de urbanização são conflitantes e predominantemente transformadores da paisagem, voltados para os interesses mercadológicos e dissociados dos interesses de preservação dos bens patrimoniais e dos sujeitos sociais em vulnerabilidade. Intervenções no tecido urbano histórico e as interações e implicações com os atores sociais são questões de negociação e denotam o papel da política e planejamento urbanos. Nesses conflitos, qual o papel a ser exercido pela política urbana?

Discutiu-se as alterações radicais no espaço como forças que podem gerar a gentrificação e quais são as ações nos espaços que contribuem para a sua ocorrência. As alterações físicas são determinantes, mas o uso e as dinâmicas urbanas também são causas. Constata-se uma dificuldade de lidar com a gentrificação e como ela impacta os centros históricos nas disputas em processos de patrimonização.

A reutilização das áreas centrais para habitação demanda por incentivos do poder público para, de fato, atender aqueles que não têm recursos financeiros, principalmente, para a camada mais desfavorecida - aquela que compõe o tecido patrimonial da cidade, mas não consegue arcar com as ações de conservação. A questão central do uso habitacional como animação/cotidiano, além das potencialidades e limites desse uso, são aspectos a serem debatidos na viabilidade e destinação que pode se dar nas permanências e continuidade do patrimônio e da cidade. HIS como ocupação em tecidos históricos

levanta a importância do uso dos instrumentos do Estatuto das Cidades para ampliar a participação comunitária.

Negociar o papel do planejamento e suas possibilidades pode gerar, principalmente, impactos resultantes das dinâmicas urbanas que promovem as dicotomias. As diferenças de uso e produção do espaço urbano é uma política que pode ficar muito restrita aos grupos privilegiados e não contemplar as microescalas. A visão social contemporânea abre-se para a possibilidade de diferentes agentes sociais, interesses e atividades serem abrigados em espaços urbanos sob uma perspectiva cultural e política. No entanto, grandes projetos urbanísticos na macroescala não comportam ou ignoram práticas cotidianas que dão e são o sentido dos lugares, então, necessariamente, é preciso refletir sobre para quem se deseja preservar. Atualmente as políticas públicas urbanas favorecem processos de exclusão e remoção, principalmente se os órgãos públicos, apesar de estabelecerem interlocuções, não integrarem o diálogo com a sociedade civil de forma efetiva. Em síntese, a importância de se contemplar a microescala, o cotidiano e as referências culturais locais dependem de o poder público atuar no âmbito do planejamento para evitar as rupturas.

Pensar o Patrimônio a partir das novas demandas englobam o popular e o afetivo, muito além daqueles bens que se destacam pela sua excepcionalidade. Contemplar a paisagem de interesse cultural no contexto contemporâneo, além dos edifícios isolados, às vezes, é uma visão individualista e precisa avançar na participação coletiva. Apesar das diferenças entre os sítios discutidos nas pesquisas apresentadas na seção MT9, todos eles enfrentaram ciclos de renovação e degradação, por vezes efêmeras e destruidoras e, por vezes, atenderam os interesses sociais.

Em contraste com outras cidades como Maceió, por exemplo, que extinguiu parte das construções degradadas e precárias, o Rio de Janeiro e Goiás conseguiram evitar a excludência (mesmo que parcialmente). Em Maceió, assim como em Fortaleza, a precariedade da infraestrutura de esgotamento sanitário (línguas negras) atrapalha o turismo, inclusive em áreas centrais. Essa realidade instiga a pensar se a melhor infraestrutura na Região Sul do país, comparativamente com as capitais da Região Nordeste, é determinante para a melhor conservação das áreas centrais. Precarização das habitações nas áreas centrais foram danosas, principalmente para o patrimônio eclético e as edificações dos primórdios modernistas.

A importância dos espaços culturais para reanimar os centros históricos, a exemplo dos grandes equipamentos centrais, podem afetar positivamente a revitalização dessas áreas centrais. Destacam-se as abordagens dadas para a economia criativa e habitação nas áreas em processo de revitalização, e como elas funcionam como resistência.

A História Urbana é um caminho capaz de prover quadros organizadores dessas rupturas causadas por essas intervenções que colocam em choque antigo e o novo. Em intervenções para o futuro, a História Urbana é essencial para se compreender a abordagem morfologia e o processo de construção da cidade.

Nos diálogos traçados entre as temáticas foi percebido uma unicidade dada pela busca do entendimento em diferentes escalas das rupturas, suavização e integração das Fronteira e Limiares. Independentemente de haver uma questão patrimonial envolvida e espaços urbanos segregados, é preciso pensar uma maior porosidade entre os espaços urbanos - as preexistências e áreas renovadas. Pensar a suavização, porosidade e limiaridades, de forma a não estabelecer limites intransponíveis, certamente não deve se restringir à preservação, mas envolve a questão urbana como um todo, isto é, buscar a continuidade entre áreas, sem a criação de barreiras. Ao discutir as fronteiras e limiares, busca-se que os contrastes sejam amenos, de forma a se transitar de um lugar a outro - zona de transição que acolhe os lugares e tempos: tempos lentos pela junção e fusão.

MT 10 – INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES: INTERNACIONALIZAÇÃO

mediadora:
Profa. Helena Aparecida Ayoub Silva (FAU-USP)

relator:
Prof. Leandro de Sousa Cruz (FAU-UnB)

A Mesa Temática foi realizada dentro do previsto para seu funcionamento e registraram-se os principais comentários trazidos pelos minigrupos. Lamenta-se, do ponto de vista da relatoria, a perda de algumas informações — a saber, o número total de presentes na sala virtual e sua distribuição dentro dos minigrupos. Espera-se, no entanto, que isto não comprometa as expectativas da Coordenação do evento com relação a este Relato.

No horário indicado, por volta das 14h00, a profa. Helena Ayoub apresentou-se e deu as boas-vindas aos membros presentes na sala virtual, apresentando também o relator da mesa, prof. Leandro Cruz, e as estudantes que deram apoio a sua realização, Roberta Inglês Vieira e Sara Cristina de Carvalho Zampronha.

Após explicação sobre o funcionamento da Mesa Temática, a profa. Helena Ayoub fez a leitura dos títulos do trabalhos que integravam a sessão, bem como os nomes de suas autoras e autores, que puderam se apresentar ao público. Findas as apresentações, o Apoio Técnico do evento providenciou link para o vídeo no YouTube, que foi seguido por todos os membros da sala.

https://www.youtube.com/watch?v=ysupcvm-eTU&feature=youtu.be

Combinou-se um horário de retorno, às 15h00, quando também foi apresentada ao público a questão sugerida para o debate posterior:

> **Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?**
>
> *TRABALHOS APRESENTADOS VIA LINK DO YOUTUBE*
>
> **Limiaridades em arquitetura e urbanismo via** ***think tanks***
>
> *Lívia Zanelli de Morais*
>
> **Workshop transnacional: extensão universitária e a internacionalização das insurgências**

Stelme Girão de Souza; Carolina Jorge Teixeira Guimarães; Luísa Fernandes Vieira da Ponte

Interações transatlânticas: a participação de arquitetos do grupo do Paraná nos concursos do Euro Kursaal (1965 e 1972)

Isabella Caroline Januário; Luís Salvador Petrucci Gnoato; Renato Leão Rego

Revitalização urbana na margem esquerda do rio Sena nos anos 2000: intercâmbio, interlocuções, gestão

Maria de Lourdes Pinto Machado Costa

Conjunturas transnacionais: a igreja matriz São Paulo apóstolo, Blumenau, Santa Catarina

Leodi Antonio Covatti; Karine Daufenbach

Após o retorno, a equipe de apoio reorganizou o público em três salas menores para realização do debate. Lamento aqui não ter registrado o número de integrantes nem sua distribuição. Registrou-se, no entanto, de acordo com as recomendações da coordenação geral do VI ENANPARQ, os resultados dos minigrupos.

O **Grupo 1** encaminhou um texto-síntese do que foi discutido internamente:

Podem ser percebidas duas ordens de trocas situadas em momentos históricos diferentes. Uma primeira ordem no âmbito internacional se constituiu antes da conformação de redes de pesquisa facilitadas pela Internet; uma segunda ordem, por sua vez, se deu após a consolidação desse sistema global de comunicação.

No primeiro momento: as formas de troca e circulação se davam pelas publicações especializadas e concursos — com foco na arquitetura autoral, menos ênfase no trabalho em equipe, mas de certa forma afirmativa, a partir de determinadas concepções arquitetônicas.

No segundo momento: a ordem de troca se expande, abrangendo e incorporando a formação dos arquitetos e as universidades. O foco não é a arquitetura "autoral", volta-se o olhar para cidade e para processos de urbanização em escala ampliada — ressalta-se a composição do grupo de atores que envolvia estudantes de várias localidades do mundo.

Balanço positivo apontado pelo grupo: a superação de estereótipos.

> *O que possibilita repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos, a partir desses estudos de casos, é que todas as dinâmicas de trocas e circulações de ideias apresentadas ainda são plenas e válidas, ainda mais quando se considera que se trata, aqui, de posições e revisões críticas com relação a estas mesmas dinâmicas. De todo modo, elas possibilitam repensar os valores de cidade e arquitetura em vias de mão dupla.*

Lívia Zanelli de Morais (USP) representou o **Grupo 2**, do qual também participaram Sandra Catharinne Pantaleão Resende (UEG; PUC Goiás), Maria de Lourdes Pinto Machado Costa (UFF) e Leandro de Sousa Cruz (UnB):

> *Todas estas análises, bastante diferentes entre si, contribuem para avaliar o estado geral da disciplina, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos, trazendo um reconhecimento importante para repensar a Arquitetura e o Urbanismo.*
>
> *Ao se reunirem, no minigrupo, pesquisadoras com experiências de pesquisa de recortes temporais e temáticos distintos, foi possível levantar um número relevante de aspectos dos processos de internacionalização. A começar pelo trabalho de Lívia Morais, apresentado nesta Mesa Temática, cujo aporte do campo da Geografia lhe permitiu entender que a internacionalização recente, via think tanks, é acompanhada por uma ampliação conceitual em Arquitetura e Urbanismo; a partir de suas pesquisas anteriores, Sandra Pantaleão, discutiu-se a complexa relação entre o impulso pela atuação global e a construção de um posicionamento crítico por parte dos arquitetos e urbanistas; Leandro Cruz comentou sobre a persistência de assimetrias e as dificuldades de se estabelecer uma postura crítica, mesmo quando se trata de colaborações envolvendo Universidades; e por fim, do trabalho de Maria de Lourdes Costa, foi possível entender os desdobramentos de megaprojetos urbanos sobre o território, tornando visíveis as implicações locais de ações de planejamento que envolvem atores de múltiplas escalas.*

O prof. Renato Leão Rego (UEM) representou o **Grupo 3**, do qual trouxe como reflexão:

> *Reunindo trabalhos heterogêneos, a Mesa Temática poderia ser sintetizada como "O olhar estrangeiro como possibilidade de novas perspectivas".*

> *O pensamento da arquitetura contemporânea permite uma nova interpretação do passado. Associado a isto, novas interpretações da arquitetura permitem apreender como se projetou e, desse modo, repensar a prática projetual contemporânea.*
>
> *Do conjunto de experiências que se pode visualizar nesta Mesa, o trabalho colaborativo emerge como modo de apreender uma realidade múltipla.*

O prof. Leandro Cruz comentou, ainda, sobre uma importante mudança que se pode apontar a partir dos trabalhos. É notável a abertura com a qual se discutem, contemporaneamente, os processos de desenvolvimento de projeto em Arquitetura e Urbanismo, entendido ele mesmo como uma operação processual. Se, por um lado, o projeto deixou de ser tratado como uma "caixa-preta", cabe agora problematizar a imperscrutável dinâmica de financiamentos que permitem grandes atividades de internacionalização.

Ao final da mesa, a profa. Helena Ayoub agradeceu a todas as presentes pelas contribuições ao debate, destacando a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Sem mais questões, a Mesa foi encerrada.

MESA TEMÁTICA 13: PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Com a pergunta "como processos e práticas possibilitam repensar a arquitetura e o urbanismo contemporâneos?" alinhavando o debate, a mesa temática 13 traz reflexões sobre as ações extensionistas nos cursos de arquitetura e urbanismo como instrumentos necessários para a construção de diálogos com comunidades para além da universidade

O compartilhamento de experiências encontra o respaldo dos pares no reconhecimento procedimentos metodológicos, abordagens e linguagens adotadas nas práticas extensionistas, e identificação nas lutas para concretizar ações e desafios a serem superados.

Enquanto método, as experiências apresentadas se reconhecem pela aproximação direta com comunidades e seus complexos contextos sociais e pelos métodos adotados onde se prioriza o diálogo horizontal com a população para a construção compartilhada do saber.

Dentro do universo acadêmico, as reverberações das ações de extensão se manifestam pela identificação de um maior interesse e engajamento dos estudantes nos projetos de extensão e no protagonismo que os EMAUs — Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo — têm assumido com a assistência técnica à população. Nesse sentido, a extensão assume papel fundamental na formação do estudante e as práticas extensionistas precisam ser contempladas na grade curricular.

Assim como os êxitos nos resultados das experiências podem ser reconhecidos e compartilhados, as angústias, lutas e desafios também são. A implementação dos projetos de extensão esbarra em múltiplos aspectos apesar dos grandes avanços no campo político e jurídico que respaldam as ações de extensão.

Entre os aspectos ressalta-se as diferenças entre os tempos da academia e os tempos da comunidade, em como criar interfaces entre os agentes envolvidos: universidade, comunidade, gestor público, defensorias entre outros. E o reconhecimento de algumas práticas como a extensão em habitação de interesse social como campo profissional. Nesse sentido a luta e a resistência envolve ainda a ação de sensibilização do Estado e por vezes até nas próprias instituições de ensino superior pelo exercício de convencimento dos pares.

Mas o grande gargalo na implementação dos projetos de extensão é a falta de recursos financeiros. Afinal, como lidar com os altos custos de um projeto de arquitetura e posteriormente a sua execução? À exemplo dos Hospitais Universitários a questão

que se aponta é a possibilidade de ação contínua e integrada com políticas eficazes em garantir aportes financeiros para projetos extensionistas.

O debate da mesa temática não se limita ao compartilhamento de experiências e reconhecimento das similaridades metodológicas e dos desafios e gargalos. Ela aponta para os caminhos com ações propositivas que de fato possam impactar na execução das práticas extensionistas. O conjunto de ações abrangem:

- dar visibilidade às práticas extensionistas em plataformas para divulgação dos trabalhos;

- ressaltar a importância das atividades extensionistas no contexto da América Latina;

- construir um repertório projetual com experiências transformadoras;

- e por fim, talvez a ação que englobe as demais, é a possibilidade de institucionalização das práticas de extensão para além da troca de saberes e da prática assistencialista. Debate-se a necessidade de se criar uma entidade que consiga abarcar as diversas atividades de extensão de distintas instituições não somente para a captação de recursos para a execução dos projetos tanto pelos aspectos financeiros, mas para o estabelecimento de uma prática política abrangente e efetiva.

Cynthia Nojimoto
Relatora Mesa Temática 13
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

RELATORIA DA MESA TEMÁTICA 14 - PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS: PATRIMÔNIO MODERNO, REALIZADA NO DIA 02 DE MARÇO DE 2021, DE 09H ÀS 12H.

Claudia dos Reis e Cunha, mediadora da sessão, abriu as atividades da mesa às 09h. Nesse momento, estavam presentes 43 participantes, dentre os quais: eu, Priscilla Peixoto, relatora da sessão, Edmo Cabral (co-host), Ketsia Sousa (co-host), Pedro Palazzo (co-host), Carlos Bahima, Irina Oliveira, Vládia, Ana Palhas, Andressa Constanti, Andrey Aspiazu, Andrey (FAU-UNB), Beatriz da Costa Pereira, Bia Gomes, Brenda Rodrigues, Célia, Félix Aragão, Flávia Botechia, Jéssica Gomes, Jordana Winter, Laura Camargo, Maíra Guimarães, Maite Hernández, Marcel Jabor, Mariana Peregrino, Mariana Priester, Marina Lage, Natália Sagaz, Nathalia Duran, Rafael Blas, Rodrigo Paraizo (PROURB-UFRJ), Sandra, Silvia Zakia, Teba Yllana, W Pontes, Adenir Filho, Azuma (UEM), Claudia Gomes de Araújo, Gustavo Luna, Jorge Eduardo Tinoco e Luiz Leal.

Claudia dos Reis e Cunha saudou a todos e apresentou a composição da mesa (incluindo relatoria, técnicos e apoio). Na sequência, apresentou a dinâmica da Mesa Temática, lembrou da necessidade de todos estarem atentos à duração de cada etapa programada e passou a apresentação dos trabalhos e seus respectivos autores. Foram eles:

- Entre conservação e projeto do novo: Lucio Costa, Ernesto Nathan Rogers e Lina Bo Bardi. O conceito de continuidade Autor(es): Federico Calabrese
- Le Havre: de cidade reconstruída a patrimônio moderno. Autor(es): Jéssica Gomes da Silva
- Intervenção no centro histórico: entre palavras e desenhos. Autor(es): Andressa Pinheiro Constanti
- O vazio planejado das cidades modernas: o caso de Brasília. Autor(es): Beatriz de Oliveira Alcantara Gomes
- Superquadra 108 sul: sessenta anos depois. Autor(es): Ana Cristina Menezes Palhas, Marc Pierre Olivier Berdet, Ana Elisabete Medeiros
- Justaposições contrastantes em meio a procedimentos analógicos com o passado: um olhar panorâmico nas intervenções de Lina Bo Bardi sobre o construído. Autor(es): Jordana Cristine Winter, Carlos Fernando Bahima
- Lúcio Costa em São João Del-Rei: intervenção e homogeneização do centro histórico. Autor(es): Diego Nogueira Dias

- O conceito de integridade na conservação da arquitetura moderna. Autor(es): Allana de Deus Peixoto, Carlos Eduardo Luna de Melo, Flaviana Barreto Lira
- O calçadão de Copacabana como patrimônio urbano. Autor(es): Teba Silva Yllana, Rodrigo Cury Paraizo
- KM3: edifício de habitação coletiva e o contexto urbano na contemporaneidade. Autor(es): Sandra Catharinne Pantaleão

Antes de iniciar a exibição dos vídeos, eu, relatora da mesa, fiz uma pequena apresentação e saudei a todos. Reforcei a importância de deixarem registrado no chat as discussões que participarem durante a sessão.

Perto das 9h10, a equipe técnica liberou o link (https://youtu.be/yHv4X3EThBI) com os vídeos das apresentações. Nele, os autores apresentaram brevemente os artigos encaminhados ao evento. Todas as apresentações atravessavam questões e desafios relativos à abordagem da arquitetura moderna como patrimônio. Nas dez apresentações, muitos foram os pontos de contato, tanto em relação aos objetos de estudo, quanto em relação aos referenciais teóricos.

Às 10h, todos retornaram à sala principal do zoom. Claudia dos Reis e Cunha apresentou a questão chave do evento — "Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?" — e sugeriu que ela orientasse as discussões dos pequenos grupos. A equipe técnica, então, dividiu os participantes em seis salas.

Os participantes retornaram à sala, às 10h25.

Claudia dos Reis e Cunha pediu para deixar registrado, como sugestão à organização, que os grupos de discussão fossem um pouco maiores, com até oito participantes. Acredita que, dessa forma, as discussões serão mais proveitosas. Na sequência, pediu que um participante de cada equipe relatasse as discussões das quais participaram. Abaixo, faço uma breve síntese do exposto, incorporando, inclusive, anotações compartilhadas pelos participantes via chat.

Grupo: Gustavo Luna, Marcelo e Sandra Pantaleão. Sandra Pantaleão fez o relato. De maneira geral, foi interessante que este grupo tenha aberto as falas, pois realizou uma síntese das apresentações realizadas:

> *"Os trabalhos buscam refletir sobre a postura do arquiteto frente ao patrimônio e os desafios relacionados à construção de narrativas, decisões sobre o que deve ser preservado ou não; o que será documentado e o que e como serão preservados o legado, principalmente moderno.*

> *Destaca-se a organização dos artigos de modo a pensar uma narrativa historiográfica entre patrimônio e arquitetura moderna" (Sandra Pantaleão via chat).*

Grupo: Teba Yllana, Beatriz Gomes, Jéssica Gomes, Luiz Leal e Maitê Hernandes. Teba Yllana fez o relato que registrou no chat:

> *"Ficou claro nas apresentações que existem inúmeros métodos de intervenção, e que urge avançarmos na modernização de políticas urbanas de preservação, evitando gentrificações e incluindo uma participação ativa da população local nas decisões, visto serem responsáveis pela sua vitalidade. A questão das vontades políticas é importante, no sentido das continuidades na manutenção e usos. Discutimos os exemplos do Calçadão de Copacabana como exemplo de uso intenso, em constante modificação; do Le Havre, como exemplo do que é possível fazer em termos de patrimônio. Uma cidade que foi das ruínas à Patrimônio da Humanidade; E Brasília, como um desafio de se preservar os vazios e, ao mesmo tempo, amenizar distâncias" (Teba Yllana via chat).*

Complementando o relato de Teba Yllana, Luiz Leal sinalizou a necessária atenção às políticas de conservação. Também como parte do debate, Claudia dos Reis e Cunha mencionou o quanto é importante incluir, nesse debate, a noção de "conservação preventiva". Luiz Leal trouxe como exemplo o calçadão de Copacabana e o necessário entendimento de que certas intervenções — tais como a construção de ciclovia, modificação na iluminação pública, etc — são necessárias para que o bem esteja integrado à vida cotidiana sem que isso signifique uma perda de sua integridade. Nesse contexto, Claudia dos Reis e Cunha lembrou da importância de clareza e da correta delimitação dos valores que se deseja tutelar.

Grupo: Jordana Winter e Irina Oliveira. Jordana Winter realizou o relato. Abordou a existência de uma visão conservadora dentro do IPHAN e, em contra-ponto a isso, a maneira de atuar de Lina Bo Bardi. Sublinhou a importância da integração do bem na vida cotidiana da cidade, sublinhando-a como um elemento fundamental para a conservação.

Grupo: Claudia dos Reis e Cunha, Pedro Pallazzo, Celia Consales e Maíra Guimarães. Claudia fez o relato. Sinalizou a necessidade de se lembrar que é parte do ofício do arquiteto é fazer escolhas, que esse gesto é também um importante instrumento para preservação de edificações e de conjuntos urbanos reconhecidos como patrimônio. Em seu relato, Claudia dos Reis e Cunha lembrou também que Pedro Pallazzo, que só pode participar de parte da discussão do grupo, chamou atenção para a historicidade de certas noções (modernas) na abordagem do patrimônio. Sinalizou também que, nem sempre,

elas ainda são válidas, que, algumas vezes, é necessário pensar suas atualizações. Claudia dos Reis e Cunha sublinhou ainda a necessidade de se discutir mais metodologias para intervenção em edificações e conjuntos patrimonializados. Sinalizou a necessidade de se discutir a especificidade da intervenção em obras modernas, de debater metodologias próprias. Após a realização da mesa, Claudia dos Reis Cunha enviou por e-mail um relato mais detalhado da conversa dos membros da equipe que registro aqui:

> *"Pedro Palazzo deu início às discussões do grupo apontando para os conceitos de continuidade e tradição, enunciados no trabalho de Federico Calabrese. Questionou se esse movimento de continuidade de uma tradição proposta pelos arquitetos modernos faz sentido na contemporaneidade ou se careceria de uma ressignificação. Ainda é possível pensar em continuidade nos dias de hoje?*
>
> *Outro aspecto levantado a partir do trabalho de Federico Calabrese, que de certa forma aparece em outros trabalhos participantes dessa Mesa Temática, foi a questão do método projetual. Como os arquitetos modernos trabalharam com metodologias diversas com a finalidade de perceber/ler as preexistências. Isso fica claro no trabalho de Andressa Pinheiro Constanti, ao analisar as intervenções de Lina Bo Bardi.*
>
> *Celia Gonsales apontou que as intervenções são sempre escolhas, seja daquilo que se deseja revelar/preservar, seja daquilo que se aceita destruir/obliterar. Trata-se de uma escolha vinculada com a contemporaneidade e sua leitura sobre o que se lê/percebe sobre a "alma do lugar", tal como afirmava Lina Bo Bardi, explicitado no trabalho de Andressa Constanti. Com relação aos métodos de intervenção, Celia Gonsales colocou dois pontos bastante polêmicos no campo do patrimônio, quais sejam: se o patrimônio moderno deve ser entendido como caso particular de intervenção, dadas as características e materialidade próprias dessas arquiteturas, ou se, ao contrário, elas devem ser compreendidas no âmbito geral da restauração arquitetônica (e/ou urbana), tais como as arquiteturas mais antigas. O outro ponto levantado seria relacionado com a reversibilidade das intervenções no patrimônio. Os temas dos trabalhos apresentados, bastante instigantes, forneceram diversos aspectos para o debate e a reflexão, porém o tempo foi curto para explorá-los de modo mais aprofundado" (Claudia dos Reis Cunha por e-mail).*

Grupo: Jorge Eduardo Tinoco, Rodrigo Cury Paraizo e Natalia Sagaz. Rodrigo Paraizo fez a relatoria de seu grupo. Sinalizou a importância de a noção de educação patrimonial sair dos muros da academia. Rodrigo registrou no chat:

> *"A educação patrimonial não é natural, é uma construção que acaba por vezes muito restrita às faculdades de arquitetura, por exemplo. O que preservar? O que preservar da 'arquitetura moderna'? E como preservar? O que corresponde de fato ao moderno como expressão e representação? A academia, por sua vez, deve ter um contato maior com a gestão pública, de modo a ampliar a discussão e os próprios protocolos para as ações do operador de arquitetura. Dada a dificuldade de identificar padrões da Arq. Moderna, é preciso parametrizar, construir protocolos que permitam, de um lado, identificar os predicados e atributos a preservar; e, de outro, construir social e coletivamente os valores a serem transmitidos" (Rodrigo Paraizo via chat).*

Grupo: Carlos Bahima, Andressa e Ana. Carlos foi relator. Em sua fala, destacou a importância das ações pontuais — de conservação — para a preservação patrimonial. Além disso, chamou a atenção para a comunicação de Diego Dias, sobre São João del Rei. Nesse ponto, Claudia dos Reis e Cunha sinalizou o quanto a noção de "estilo patrimônio", defendida por Diego Dias, mereceria ser mais debatida entre os presentes.

Na sequência, além de Carlos Bahima e Claudia dos Reis e Cunha, o debate foi envolvendo outros colegas, dentre eles, Célia Gonsales e Ana Palhas. O ponto discutido foi: a necessidade das ações em edificações e conjuntos patrimoniais deixarem de ser vistas como atividade de especialistas e, ao contrário disso, ser abraçada com parte do ofício do arquiteto. Projeto e patrimônio abordados conjuntamente como práticas não dissociadas uma das outras. Concluindo este debate, Claudia dos Reis e Cunha sinalizou a importância do crescimento recente dos mestrados profissionais em patrimônio.

Neste momento, Flaviana Lira registrou no chat: "Aproveito a discussão sobre a formação em patrimônio para convidá-los a participar da nossa sessão livre 59 (Relação teoria x prática projetual no ensino da conservação do patrimônio cultural) que abordará este tema" (Flaviana Lita via chat).

Retomando o debate sobre "estilo patrimônio" mencionado no trabalho de Diego Dias, Jorge Eduardo Tinoco pediu a palavra e fez um depoimento. Lembrou de um episódio ocorrido em 1974, quando estava no final do curso de arquitetura e trabalhava como desenhista na "(inint.) dos Bispos", ocasião em que se ocupava dos desenhos de detalhamento. Recordou que em uma ocasião, Lúcio Costa solicitou que ele copiasse alguns elementos de outra edificação para substituir os elementos ecléticos "(inint.) dos Bispos".

Ele, que já tinha lido a carta de Veneza na época, tentou conversar com prof. José Luiz Mota Meneses sobre se seria realmente necessário realizar a mencionada substituição. Lembrou-se também de ter comentado o ocorrido com Augusto Carlos da Silva Telles, o interlocutor de Lúcio Costa no canteiro, e recordava de ouvir sobre os ornamentos ecléticos: "Isso não pode, é uma excrescência"!

Em uma segunda parte de suas memórias, relatou que, naquela época, não se faziam projetos de restauro. Se "desnudava" a edificação e começava a anamnese. Um conjunto de "especialista" de renome, por exemplo, Gilberto Freyre, se juntava aos arquitetos e discutiam os próximos passos da intervenção in loco. Recordou do caderno de croquis de canteiro de Luiz Saia. Ele remetia seus desenhos à Lúcio Costa, pois era ele quem tinha a palavra final. Lembrou que essas práticas só foram rompidas com a gestão de Aloíso Magalhães.

Claudia dos Reis e Cunha chamou a atenção para as diferentes temporalidades da circulação das noções patrimoniais, mencionou como exemplo Silva Teles, também evocado nas memórias de Jorge Eduardo Tinoco. Lembrou que Silva Teles foi signatário da carta de Veneza, mas que não conseguiu introduzir as práticas ali acordadas no próprio IPHAN.

Com essas considerações, às 11h10, a sessão foi encerrada por Claudia dos Reis e Cunha e eu, Priscilla Peixoto, redigi o presente relatório.

RELATÓRIO DA MESA TEMÁTICA 15 – 02/03/2021 – 9:00 ÀS 11:00

Profa. Lucia Capanema Alvares (PPGAU-UFF)

O Professor debatedor Frederico Holanda (UnB) abriu pontualmente a Mesa, que contava com cerca de vinte participantes, pedindo que se apresentassem os autores e co-autores. Oito trabalhos estiveram representados: "Manual de arquitetura kamayurá: conhecimentos tradicionais sistematizados", "Um equipamento LGBTQ em rede: a Casa 1 e as alianças no Bixiga, São Paulo", "MA - o elemento invisível e essencial da cultura japonesa", "Interface sócio-espacial para o diálogo problematizador em Glaura — MG", "Elementos da arquitetura: arquitetura moderna e fotografia modernista", "O diagnóstico rápido urbano participativo na COHAB Lindóia em Pelotas/RS: uma investigação para requalificações urbanas participativas", "Heterotopias na cidade: análise do evento 'sofá na rua' em Pelotas — RS", "Edifícios de São Paulo: vivência e arquitetura", "Nos limiares entre a cidade e a priva-cidade: os condomínios residenciais verticais de luxo e o urbanicídio na cidade de Ponta Grossa-PR". A exceção foram os trabalhos "Retratos falados: (re)contar a história e (re)tomar a arquitetura da cidade de Pau dos Ferros através do seu povo" e "Nos limiares entre a cidade e a priva-cidade: os condomínios residenciais verticais de luxo e o urbanicídio na cidade de Ponta Grossa-PR".

Na discussão que se seguiu às salas de discussão — três ao todo, o Prof. debatedor convidou à participação ampla.

Na primeira sala, discutiu-se o agrupamento de trabalhos da Mesa, permitindo a exposição de narrativas diferenciadas e não-dominantes e revelando uma teia de 'escutas' em que os arquitetos se despiram dos seus lugares de expertise apontando, consequentemente, para uma tendência acadêmica. O Prof. Frederico provocou então pontuando a necessidade de se construir um conhecimento de mão dupla entre o "vernacular e o especializado", trazendo à luz o homem comum (De Certeau) que refaz a cidade todos os dias. Luis Octavio Pereira comentou que o manual de construção residencial dos Kamayurá foi proposto por eles mesmos, sistematizando o conhecimento familiar repassado entre gerações, o que causou uma interessante problematização em relação à "ética do silêncio" dos especializados quando se colocam "a serviço" do outro.

Na segunda sala, discutiu-se o heterogêneo embutido no reconhecimento do outro, quando o profissional arquiteto deseja verdadeiramente respeitar a cultura desconhecida, como no olhar do cego, no olhar do fotógrafo. O trabalho do arquiteto deve ser o de "tradutor", segundo Izabel Nascimento. Carolina Sebalhos comentou a presença do olhar sobre o todo urbano nas mesas, não só o olhar do arquiteto, mas da interdiscipli-

naridade (e da alteridade) contida nos detalhes de todos os trabalhos. Perguntados pelo debatedor sobre a participação popular no "sofá na rua" de Pelotas, os autores relataram a variedade das intervenções ocorridas nas sucessivas edições e lembraram a impossibilidade da edição do evento em 2020.

A terceira sala, conforme relatado por Juliana Albuquerque, discutiu a necessidade da escuta, da atenção ao mundo concreto. Prof. Frederico chamou atenção para a necessidade da presença do arquiteto para realizar seu trabalho, que ficou impedida durante a pandemia: o trabalho sobre a arquitetura edilícia paulista revela, por exemplo, um acúmulo (presencial) anterior aos impedimentos dos autores em relação à realidade vivida, ao que os autores responderam ter utilizado bibliografia e tecnologia virtual como apoio e "ponte" para complementa-lo, com exploração de terrenos e visitas via rede. Estimam que as possibilidades virtuais, tanto na prática, quanto no ensino e na extensão, vieram para ficar.

O Prof. debatedor pergunta então sobre a semântica do espaço Kamayurá, e o Prof. Luis Octavio relata alguns "filtros" de intimidade e limites claros (porém implícitos) na oca, por meio de panos e artefatos, tudo permeado pela gentileza no receber. Há também, no exterior da oca, a regionalização das atividades mais mundanas e as do ritual, instituindo verdadeiras interfaces do público e do privado, do cotidiano e do místico. Os autores do trabalho fazem também um curto relato sobre a situação pandêmica da comunidade, completo pelo relato de Luis Octavio no chat: "Alguns lideres Kamayurá morreram - uma tristeza... Muitos ficaram doentes - foi um sufoco... Mas agora estão vacinados - a 2a dose será nesta semana... Temos falado com eles e as coisas estão um pouco mais equalizadas... Eles se mostram preocupados "com a cidade" - assim eles por vezes se referem ao Brasil...".

Em paralelo e via chat, Nirce Saffer aponta a necessidade de compreendermos a categoria "diversidade", ao que Izabel Nascimento responde: "Os trabalhos evidenciam a diversidade de sujeitos que são usuários dos espaços, seja arquitetônico ou urbano, e o modo como eles usam e entendem esses espaços, informações registradas para serem consideradas no processo formal de produção".

Para Carol Sebalhos (no chat), "o debate mais significativo foi perceber como as pesquisas de urbanismo contemporâneo estão com o olhar voltado para o micro, o pequeno, o diferente e assim, montando uma cidade heterogênea. Através da interdisciplinariedade (o)usar outros modos de observação. E Juliana Albuquerque completa, também via chat: "A se destacar dentro dos trabalhos desta mesa é a sensibilidade e gentileza com que foram tratados os projetos. Sobre como a cidade e a vivência das pessoas são plataformas de aprendizado. Discutiu-se também, a reinvenção das plataformas de

ação dos diferentes projetos de pesquisa, como todos precisaram se reinventar nesse período pandêmico e à exemplo do trabalho 'Retratos falados', como o audiovisual tem potencial de conversar com a comunidade geral".

Os trabalhos da mesa foram encerrados com a abertura das câmeras e microfones para uma despedida coletiva.

RELATO DA MT 18

Título da sessão: História, historiografia e crítica: arquitetura moderna

A sessão compreendeu a apresentação de trabalhos que revisitaram de modo original a produção de protagonistas do movimento moderno — Rino Levi, Oscar Niemeyer, Le Corbusier e Lucio Costa — além de tratar de experiências e grupos seminais do movimento moderno — a Bauhaus e a Escola Paulista de Arquitetura. O conjunto de trabalhos trouxe novas indagações para leitura de obras arquitetônicas que se tornaram marcos na historiografia — a igreja da Pampulha, a sede da Mondadori e o Ministério da Educação — e deteve-se em obras de arquitetura e urbanismo merecedoras de atenção — as rampas do Outeiro da Glória, de Lucio Costa e Emilio Gianeli, obras de arquitetura no Setor Central do Plano Piloto, os trabalhos do grupo Forte e Gandolfi em Curitiba e as propostas de Rino Levi para a cidade universitária da USP.

Uma das tônicas de vários trabalhos foi a inserção urbanística das obras abordadas, o que levou a apontar diálogos entre o moderno e o tradicional, expressos em relações que vão além de uma postura de negação ou contraste usualmente atribuída ao modernismo. Outro tema de interesse de algumas das comunicações apresentadas foi a circulação de ideias por meio da dispersão de arquitetos formados em centros do Sudeste, da circulação de profissionais e da afirmação internacional da arquitetura moderna brasileira. A sessão incluiu abordagens variadas, em muitos casos baseadas em análises de caráter morfológico ou empírico, mas sem excluir uma análise propriamente no âmbito teórico, como foi o caso do trabalho sobre a presença da puravisualidade no programa e na prática da Bauhaus.

A pergunta colocada pela organização do evento acerca do modo como pesquisas, processos e práticas apresentadas possibilitam repensar a Arquitetura e Urbanismo contemporâneos suscitou várias discussões entre os participantes, sobretudo no que diz respeito aos desdobramentos da arquitetura moderna. Ressaltou-se, nessas discussões, que revisitar edifícios, projetos e arquivos nos auxilia a ver uma complexidade de autores envolvidos e o modo como se estabeleceram hierarquias e apagamentos ao abordá-los. Em contraste com o esmero verificado nas soluções e técnicas construtivas dos projetos analisados, alguns debatedores assinalaram, por um lado, que a prática projetual contemporânea, dominada pela profusão de imagens genéricas, tem, em grande parte, explorado volumetrias, sem se aprofundar nas soluções dos partidos adotados ou em seus motivos. Nesse sentido, o movimento moderno teria sido assimilado mais como linguagem visual do que como experimentação construtiva. Por outro lado, apontou-se também a dificuldade de pensar o legado moderno no contexto da contemporaneidade,

que impõe outros desafios, exigindo considerar a expansão do campo da arquitetura e as mudanças nas práticas autorais, hoje mais participativas, além da premência do problema ambiental. Uma das hipóteses aventadas, porém, foi a de que o moderno teria persistido como uma forma de sensibilidade arquitetônica e urbanística, para além dos aspectos formas, espaciais e técnicos. Os debatedores atentaram ainda para a maneira como a prática do desenho à mão — e seu abandono — teria tido peso na formulação dos projetos atuais, dando lugar a uma ênfase em projetos pautados pelas formas de visualidade contemporânea.

Houve ainda espaço para perguntas específicas acerca dos trabalhos apresentados, o que estimulou uma discussão sobre as práticas de trabalho do escritório de Oscar Niemeyer, considerando a possível participação de escritórios locais de arquitetura no detalhamento dos projetos erguidos em diferentes cidades ou países. A qualidade dos vídeos apresentados, a clareza dos textos e o engajamento dos autores e participantes nas discussões configuraram, enfim, uma estimulante sessão.

MESA TEMÁTICA 19 - PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS: PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS CULTURAIS

A Mesa foi aberta pontualmente no horário, 14h, pelo professor Pedro Paulo Palazzo, que mediou o debate. Além do mediador, já mencionado, da relatora que aqui escreve, dos autores, dos apoiadores, a sala contou com a participação de ouvintes, somando um total de 26 participantes.

O professor Pedro Paulo apresentou os dez trabalhos que compõem a mesa e os seus respectivos autores. Posteriormente teceu breves comentários sobre as especificidades de cada pesquisa.

Concluída a etapa de apresentação, o mediador explicou a dinâmica de funcionamento da mesa e convidou todos a acessarem o link e a assistirem às apresentações dos trabalhos. Após assistirem às apresentações, todos retornaram à sala, e foram orientados pelo mediador sobre a criação de novas salas, nas quais seriam alocados grupos de quatro pessoas para discutir a questão-chave: **Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?**

Foram concebidas cinco salas, mas apenas quatro tiveram quórum. Depois de 20 minutos, todos os participantes retornaram à sala principal. A relatora explicou, então, a dinâmica do debate, e solicitou que os membros de cada grupo fizessem um registro do debate no *chat*.

O mediador provocou a discussão e o início do debate com algumas reflexões da sala em que esteve.

O primeiro grupo a se manifestar foi o da **Sala 5**. Segundo os integrantes desse grupo, a discussão girou em torno do conteúdo dos trabalhos apresentados. Além disso, disseram:

> *(....) um senso comum foi a necessidade do envolvimento das pessoas nas pesquisas, para que possam ser posteriormente utilizadas/aplicadas.*
>
> *Entendemos a necessidade do pertencimento para a preservação e conservação da paisagem. Há a necessidade em pensar numa política (instrumentos) de preservação para a terceira paisagem, e repensar o olhar impelido junto a população, pois faz-se necessário. Sem pertencimento não há nenhuma possibilidade em repensar a arquitetura e urbanismo contemporâneos! Um bom exemplo vem ser o projeto Mestres Artífices--Bahia, do IPHAN. (Participantes da Sala 5)*

Em seguida, o grupo da **Sala 1** trouxe suas contribuições para o debate. De acordo com eles:

> *Os trabalhos apresentados em geral exibem patrimônios locais e suscitam a discussão para um olhar pouco tratado nos institutos do patrimônio. Um olhar para os vazios urbanos, os espaços residuais e a necessidade de encará-los como parte existente da cidade, visando perspectivas mais amplas para conceituação do patrimônio cultural. A afetividade, os lugares de memória, o pertencimento e a apropriação são conceitos que tangem os trabalhos apresentados e que contribuem para uma conceituação mais ampla do olhar sobre o patrimônio e sua preservação. (Participantes da Sala 1)*

O mediador fez uma costura entre os temas até então debatidos e novas provocações, estimulando o debate.

Provocados pelas discussões, o grupo da **Sala 2** apresentou suas ponderações. Segundo eles, no período em que ficaram na sala, discutiram o seguinte:

> *(...) a forma como os trabalhos contribuem para repensar os cenários atuais e as apropriações, tendo em vista as culturas populares abordadas pelos trabalhos. Esses processos contribuem tanto profissionalmente como academicamente, através dos desdobramentos que auxiliam na valorização e preservação.*
>
> *Os trabalhos ressaltam a necessidade de aproximação com a cultura popular e com sentimentos de pertencimento e reconhecimento, a partir da identificação das diferentes expressões da nossa cultura. Portanto, é necessário repensar o que é e a forma como lidamos com a conservação e preservação do patrimônio cultural.*
>
> *Destaca-se a relação com a habitação através dos trabalhos apresentados, num cenário de Rio das Pedras, através das subáreas existentes internamente, e em Salvador, por meio das apropriações das ocupações na área central.*
>
> *Ao contribuir na compreensão das atribuições de valores, das formas de apropriação, adaptação, substituição e manutenção, estaremos deba-*

> *tendo os possíveis caminhos a serem traçados na conservação, preservação e intervenção do patrimônio edificado. (Participantes da Sala 2)*

O último grupo a registrar suas conclusões foi o da **Sala 4**. O debate desenvolvido por eles passou, também, pela valorização do patrimônio oriundo da cultura popular, pela revisão das estratégias atuais das políticas de preservação e pelas ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional (IPHAN). Acrescentaram, ao debate, a discussão sobre o processo de periferização vivido por muitas cidades brasileiras, e a premente necessidade de valorização da participação popular no processo de intervenções em sítios históricos, ou seja, estimular a "ampliação das vozes a serem ouvidas e da participação comunitária". De acordo com o grupo:

> *Cidades de pequeno porte são pouco vistas como patrimônio tradicional pelo IPHAN. É preciso voltar o olhar para o território como um todo. A ocupação das pré-existências deve ser uma ocupação "para dentro" da própria cidade e não "para fora" (evitando todas as complexas consequências da periferização da cidade), como, no caso, de João Pessoa. (Participantes da Sala 4)*

Para os membros da **Sala 4** deve-se priorizar a reabilitação de lugares já existentes e evitar, sempre que possível, a "gentrificação" e "a remoção das populações residentes há anos nas áreas centrais, em prol de criação de espaços para turistas". O grupo ainda discutiu os conflitos de poder no campo patrimonial, legitimado, muitas vezes, pelo discurso técnico. De acordo com eles:

> *Apropriações e disputas de poder no campo patrimonial, uso do discurso técnico como forma de apropriação conflitante com outros tipos de apropriação e memória de caráter mais "popular" (importância de seus estilos e visualidades). Ampliação dessa discussão permitida pela inserção, relativamente recente, dos estudos da paisagem. Exemplo: atuais polêmicas sobre a recuperação do Museu Nacional. (Participantes da Sala 4)*

Após as explanações dos diferentes grupos, o mediador procurou problematizar os temas patrimônio industrial, patrimônio rural e saberes populares. Os grupos abarcaram a demanda lançada e fizeram conexões entre esses temas e os trabalhos apresentados.

Depois de um rico debate, o mediador concluiu, ressaltando os principais pontos discutidos pela Mesa Temática 19, agradeceu a participação de todos, e encerrou a mesa.

Relatora: Maíra Teixeira Pereira

MT 21: PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: PARTICIPAÇÃO SOCIAL

REALIZADA EM 03/03/2021, DAS 9h00 às 11h00

MEDIAÇÃO:

Prof. Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda (FAUUnB)

RELATORIA:

Prof. Dr. Caio Santo Amore (FAUUSP)

ARTIGOS APRESENTADOS, com destaque (em negrito) para o autor/autora que esteve presente e participou do debate.

"Participação social na política urbana: reflexões a partir da proposta de revisão da lei de zoneamento de São Paulo", de **Mariana Morais Luiz** e Paulo Silvino Ribeiro; "O tempo das coisas e dos sujeitos em ação", de Lizete Maria Rubano e **Antonio Aparecido Fabiano Junior**; "O desafio da participação social nos grandes projetos urbanos: o caso das operações urbanas consorciadas", de Marina Toneli Siqueira e **Marina Cecília Souza**; "Planejamento de mobilidade no ABC paulista: experiências e seus atores sociais", de **Heloisa Loureiro Escudeiro**; "Microintervenções urbanas colaborativas no contexto dos municípios de Vitória e Vila Velha-ES", de **Laura Maria Plaza Rizo**, Larissa Leticia Andara Ramos e Suzany Rangel Ramos; "Mirante Ferro Velho: a ressignificação do lixo no Morro da Formiga (RJ) através do processo participativo", de **Yasmin Anefalos de Oliveira**, Rodrigo Vieira Delfino e Ana Lídia Rangel de Castro Soares; "Mirador 70: uma experiência dos Espacios de Paz", de **Cristina Leal**; "O direito à cidade insurgente, à luz da ocupação 'Marielle Vive!'", de **Bruna Pimentel Cilento**, Wilson Ribeiros dos Santos Junior; "Território e usucapião. Experiência extensionista em Nova Iguaçu/RJ", de **Guilhermy Paz de Almeida Gomes dos Santos** e Denise de Alcantara; "A construção coletiva do espaço público: do conflito à colaboração", de **José Otávio Santos de Almeida Braga**

A mesa foi aberta pelo mediador, que pediu para os autores e autoras manifestarem sua presença. Em seguida, foi exibido o vídeo com o conjunto das apresentações, na ordem da programação. O mediador então colocou a questão geral do evento e os presentes, expositores e público foram direcionados para 5 salas de discussão, cada uma com até 4 participantes. Em cada sala, uma pessoa se responsabilizou por sintetizar os debates, que seguem aqui:

SALA 1 (Heloisa Escudeiro, Bruna Pimentel, Cinthya Sobreira, Arnaldo Machado). Percebemos uma convergência dos artigos na discussão do planejamento participativo em diferentes escalas territoriais e diferentes atores envolvidos. Notamos que em alguns dos processos apresentados, há uma certa desvantagem ou invisibilidade da atuação da sociedade civil, de modo que, mesmo com uma sobreposição de vozes tão diversas, há certa prevalência das vozes institucionalizadas (tanto do poder público quanto privado). Ainda, vislumbrando perspectivas, alguns dos artigos também apontam o surgimento de movimentos insurgentes, ligados diretamente à sociedade civil, com impactos diretos na implementação de projetos — com uma participação social para além do caráter consultivo.

SALA 2 (José Otávio Santos de Almeida Braga, Deiny Façanha Costa e Irina Oliveira). Foram discutidos principalmente os aspectos do trabalho do José Otávio por ser o único autor no grupo. As demais integrantes do grupo também compartilharam experiências empíricas ou de pesquisa relacionadas com o tema da participação no planejamento e gestão do território. Em pontos mais específicos, foram discutidos os contextos brasileiro e português para a participação, a diferença que faz o tamanho da cidade na questão do acesso a processos participativos, a vontade política e o método do processo como facilitador ou impeditivo da participação; a arquitetura institucional dos órgãos participativos criados para cumprir requisitos sem o real interesse de dar autonomia à população; o papel e a distância temporal do fim de regimes ditatoriais na consciência populacional da gestão democrática do território.

SALA 3 (Yasmin Anefalos de Oliveira e Marina Cecília de Souza). As participantes debateram sobre pormenores do seu trabalho, comentando as diferenças da participação social no projeto Mirante Ferro Velho e nas Operações Urbanas Consorciadas em vigência no Brasil e sobre o ritmo de implementação de projetos urbanos. Também foi debatida a responsabilidade de pesquisadores ao utilizar comunidades como objeto de estudo, sem a previsão/intenção de implementação dos projetos resultantes do estudo.

SALA 4 (Guilherme Gomes, Kaya Lazarini, Laura Plaza Rizo, Antonio Fabiano). Como distribuir poder (quebrando a sua própria lógica de concentração) dentro de instrumentos atrelados a uma lógica de controle? Abre-se assim duas possíveis frentes participativas necessárias: a disputa para não perder os espaços institucionais (por meio dos instrumentos de audiências públicas, conselhos gestores, entre outros) e o fortalecimento dos grupos organizados existentes, para que eles possam lutar por alargamento e desejada criação dos espaços de direito.

SALA 5 (Mariana Morais Luiz, Cristina Leal, Caio Santo Amore). Discutiu-se como a participação ocorre de diferentes maneiras dependendo da escala do plano ou do projeto

de intervenção: intervenções localizadas, mais concretas, que envolvem uma comunidade ou um grupo de pessoas específico, e planos que abrangem todo o bairro ou todo o município e que não engendram intervenções físicas no espaço mais diretamente. Também se discutiu como os instrumentos de participação variam e que os conselhos gestores, audiências públicas e outros espaços públicos de encontro entre cidadãos e organizações da sociedade civil com o Estado cumprem um papel importante, mas as classes dominantes dispõem de outros mecanismos de *lobby* direto ou da própria mídia-empresa para propagar suas ideias e influenciar as decisões das políticas públicas.

Os participantes retornaram à sala principal e o relator de cada sala de discussão expôs uma síntese do debate, que foram sendo comentadas pelos demais, com exemplos de pesquisa ou de militância ou ativismo social.

A mesa temática foi então encerrada pelo mediador às 11h05

MT 22 – RELATO FINAL

Relator:
Prof. Márcio Buson

Mediador:
Prof. Leopoldo Eurico G. Bastos

Na Mesa Temática 22 sobre projeto, tecnologia, infraestrutura e questões ambientais, ficou claro que assuntos, terminologias e termos técnicos relacionados aos diferentes processos construtivos têm aparecido e permeado com mais facilidade as discussões no ENANPARQ. Por sua vez, também ficou claro nas discussões que processos associados ao uso da MLC e CLT ainda têm certo preconceito e apresentam aspectos econômicos e técnicos que dificultam a sua aplicação no Brasil.

Entretanto, foi ressaltado que a madeira está entrando com muito peso nas discussões contemporâneas, mas que deve existir certa preocupação com a aplicação de técnicas e processos com alta tecnologia, alta industrialização e alta mecanização, e que exigem exagerado nível de qualificação, que tais práticas podem gerar desequilíbrio e provocar prejuízos ao ambiente, como o que já ocorreu com o uso intenso de outros materiais, como o concreto, aço e cerâmica.

Muitos afirmaram que a alienação técnica no Brasil passa por questões de formação e qualificação, do projetista ao construtor. Colocaram como processos chave para repensar a arquitetura e urbanismo: a questão da formação em arquitetura no Brasil, a necessidade por mais visitas, maior proximidade com os sistemas tecnológicos e discussão dos materiais, com possibilidades de experimentação e contato próximo com montagem e aplicação; a desmistificação e desconstrução dos preconceitos envolvendo os sistemas construtivos; a formação e valorização da mão de obra; a urgência pelo fomento, por parte de arquitetos e urbanistas, ao desenvolvimento e implantação de sistemas e técnicas construtivas sustentáveis e diversas que permitam a inovação na arquitetura, em relação à suas propriedades sustentáveis, ambientais e sociais, no projeto e no canteiro de obras.

Discutiu-se como no cenário atual as técnicas que utilizam o bambu ou o CLT podem ser popularizadas, enfrentando desafios como a falta de normatização e a falta de escala produtiva em relação à industrialização. Também que o reuso de Contêineres maríti-

mos não pode ser visto como uma solução para qualquer situação, levando em conta a logística em relação a zonas portuárias, ou seja, em locais distantes de portos deve haver uma avaliação da sustentabilidade do seu reuso em comparação aos materiais locais.

As pesquisas, processos e práticas apresentados nos diferentes trabalhos possibilitaram repensar a arquitetura e urbanismo contemporâneos através de um caminhar em busca da integração da teoria com a prática. Bem como perceber a importância de uma consciência ambiental, com escolhas mais conscientes sobre a materialidade da construção, e que essencialmente as decisões arquitetônicas e as escolhas dos materiais não devam ser políticas. A descentralização dos processos pode ser uma adequada resposta a toda essa questão contemporânea.

MT 24 - PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS: PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Relatora:

Eline Maria Mora Pereira Caixeta

A mesa contemplou trabalhos que abordam desde a restauração e a conservação preventiva até intervenções de reabilitação, passando por propostas de conservação e reuso e a discussão de novos temas e valores relacionados ao patrimônio arquitetônico, que buscam refletir os desafios atuais de preservação do patrimônio material e imaterial. As apresentações evidenciam novas posturas e abordagens e a necessária ressignificação do conceito de patrimônio arquitetônico, tendo como premissa as condições próprias de cada lugar, cultura e a dialética intrínseca à sua condição material e imaterial.

Os autores apresentaram um leque extenso de temáticas que buscam colocar em evidência valores negados e ainda insuficientemente reconhecidos no Brasil, que vão desde o ecletismo e o patrimônio industrial e ferroviário, à cultura afro e suas expressões arquitetônicas e ao papel das comunidades e da cultura enquanto prática, como possíveis caminhos para um olhar mais inclusivo e respeitoso à história e à memória.

O debate destacou a relação inerente entre materialidade e imaterialidade, discutindo em que medida e de que forma a dimensão imaterial do bem reflete-se na materialidade do objeto construído, tendo como exemplo a arquitetura religiosa afro brasileira — mais especificamente a relação entre os elementos físicos vinculados aos Orixás, os materiais utilizados e sua localização. Ficou claro, nesse debate, que esse tipo de abordagem pode trazer novas questões a serem analisadas, só possíveis de serem identificadas a partir do contato com a história e a memória apagadas.

Discutiu-se, também, sobre a necessidade de encontrar instrumentos que abarquem as especificidades da materialidade e da imaterialidade e que respondam a suas demandas, destacando a importância do reconhecimento desses valores para a apropriação e o uso efetivos do patrimônio arquitetônico pelas comunidades.

Nesse mesmo âmbito, abordou-se a questão da memória dos operários e as possibilidades de uso do patrimônio industrial desativado, tendo em vista o papel das comunidades e do patrimônio industrial e urbano, como temáticas não convencionais que podem levar ao estudo de outros tipos de materialidade e à introdução de novas questões que possam contribuir para esse debate.

Outro problema destacado, foi o aprofundamento superficial dos estudos sobre a contribuição da América Latina no campo da teoria e da prática da restau-

ração e conservação, relacionadas ao patrimônio arquitetônico, e o foco ainda hoje muito centrado na contribuição europeia.

A experiência em Cuba na década de 1930, trouxe à tona a importância do estudo da formação dos arquitetos latino americanos, a fim de compreender suas influências para além da sua nacionalidade; mas também do conhecimento apreendido e construído a partir de suas práticas e do enfrentamento com a problemática da preservação. Observa-se que a ausência de formação específica em restauração, no caso dos arquitetos cubamos precursores neste campo, fez com que as primeiras obras iniciassem o caminho para a formação da disciplina em Cuba, enfatizando o valor da prática na formação de uma base teórica calcada na realidade local.

Abordou-se o patrimônio como campo de disputa em que os apagamentos sempre existiram, pois toda intenção de intervenção é um processo de escolha, no qual se apaga e elege determinados fatores. Por isso, a importância de ter o olhar voltado para a contribuição de referências culturais que realmente respondam ao valor de referência cultural, buscando entender para quem esses valores são significativos. No entanto adverte-se que, o que se apaga indevidamente e que traz grandes prejuízos para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, são justamente as relações entre materialidade e imaterialidade; pois, na maioria das vezes, o patrimônio material não possui significado sem o patrimônio imaterial. Assim sendo, concluiu-se sobre o grande desafio para o campo da arquitetura e do urbanismo, de trazer uma abordagem mais simbiótica do patrimônio edificado e urbano que considere a inter-relação entre essas duas dimensões.

Também foi foco de discussão, o lugar do conceito de autenticidade, hoje, diante da busca pela representatividade e a incorporação do Estilo Patrimônio nas práticas aferidas nas cidades históricas. Nesse caso, considera-se que a representatividade é uma questão cultural e que a discussão do conceito de significância e dos sacralizados conceitos de autenticidade e representatividade, podem ajudar a definir novos caminhos para o problema da preservação do patrimônio arquitetônico e urbano.

Conclui-se o debate, abordando a necessidade da teoria e da prática integrarem novas formas de conhecimento que contextualizem e abordem o patrimônio local de forma mais completa, ampla e democrática; considerando a lógica cultural de produção do espaço e uma compreensão mais profunda acerca do objeto arquitetônico. Pois, a visão compartilhada do campo do patrimônio ainda está muito presa a monumentalidade, a valorização a determinadas linguagens e estilos, que apagam a possibilidade de ver determinadas manifestações.

Tendo em vista que o Brasil é um país múltiplo, que existem diversas expressões que são fundamentais para a preservação de seu patrimônio cultural, que as comunidades

possuem diferentes valores e que as constantes transformações materiais ocorrem devido a essas diferenças e às dinâmicas sociais que elas imprimem, considera-se importante preservar o que vem a ser a essência de cada lugar, ou seja, sua significância cultural em sua diversidade. Por fim, aponta-se para uma abordagem teórico metodológica distinta na formação dos mestrados profissionais, na medida em que ela ainda é muito centrada nos aspectos materiais — sistemas construtivos, técnicas e processos —, fazendo-se necessário a inserção de novas disciplinas capazes de abordar outras realidades.

MT 25 - PANDEMIA: QUESTÕES ARQUITETÔNICAS COMO PESQUISAS, PROCESSOS E PRÁTICAS APRESENTADOS POSSIBILITAM REPENSAR A ARQUITETURA E O URBANISMO CONTEMPORÂNEOS?

Relatora:
Andréa de Oliveira Tourinho (PGAUR/USJT)

RELATO DA MESA TEMÁTICA 25

Dia 03 de março de 2021, das 09 às 11hs.

Considerando que a temática da Mesa Temática versava sobre a pandemia e as questões arquitetônicas, as pesquisas, processos e práticas tratados nos trabalhos apresentados se debruçaram sobre essa problemática muito grave e atual, seus efeitos, e, em alguns casos, propostas para sua mitigação. Nesse sentido, todos os trabalhos apresentam uma preocupação com a situação de pós pandemia, projetando, assim, perspectivas para ações futuras.

Antes de mais nada, ressaltou-se que a crise recente trazida pela pandemia da Covid 19 deixa evidente as disparidades e desigualdades sociais e territoriais brasileiras, e, em consequência, as dificuldades de se implantar ações efetivas no seu combate.

Apesar dos obstáculos, os temas discutidos mostraram a relevância da Ciência e a importância da reflexão sobre as possíveis aplicações práticas de propostas que podem trazer contribuições relevantes para construção e modificação dessa realidade. Nessa direção, é importante que no pós-pandemia as pesquisas continuem, para que se evitem tratamentos apenas emergenciais dessa problemática, que pode retornar em outros momentos. É possível que no futuro tenhamos situações críticas como a deste momento. Avaliar a crise e as experiências atuais deve ser um alerta e uma contribuição para enfrentar tais situações.

Outro aspecto fundamental, destacado nesta Mesa Temática, é a necessária interdisciplinaridade das pesquisas no campo da Arquitetura e do Urbanismo, que devem dialogar com outras áreas do conhecimento, como a saúde, a biossegurança, a engenharia de segurança, o conforto ambiental. A crise instalada com a pandemia da Covid-19 estampou o fato de termos muitos problemas estruturais para resolver, destacando-se, nesse contexto, a importância do trabalho multidisciplinar, da comunicação e do envol-

vimento das pessoas. Ao mesmo tempo em que as pesquisas dão suporte teórico para ações, é fundamental que se aproveitem os processos e práticas para somar repertórios de experiências coletivas, em um processo preferencialmente multidisciplinar. Nesse sentido, o tripé pesquisas-processos-práticas serve também para subsidiar necessárias adaptações para o enfrentamento de novos (e antigos) desafios, sociais e sanitários, em um processo de retroalimentação (pesquisa e prática), ou seja, de sistematização do conhecimento. É necessário reforçar o referido tripé. Repensar a arquitetura e urbanismo é o que garante a retroalimentação.

Esses aspectos são tão mais necessários quando se coloca a perspectiva de que, mesmo na situação de pandemia, muitas atividades não foram interrompidas, como certas indústrias, hospitais, serviços de saúde, em que a segurança do trabalho e a biossegurança já se integram ao planejamento dos espaços construídos e já começam a ser aplicados a outros espaços. É preciso, por exemplo, pensar a qualidade do ambiente interno - principalmente aqueles com tempos prolongados de permanência - e sua relação com o exterior, considerando-se que tipo de ambiente pode ser construído em situações de extrema vulnerabilidade. Evidencia-se a relevância das ciências sociais aplicadas voltadas à mitigação da pandemia através do planejamento dos espaços.

Se esta nova situação de crise, impulsionada pela pandemia da Covid, exige um outro olhar para a arquitetura e o urbanismo, é o momento urgente de voltar-se para a cidade e para a arquitetura em suas várias condições, seja nas áreas centrais, nas periferias, nas universidades, nos seus espaços prisionais, na adequação das casas para atender ao home office, nos espaços de patrimônio, tal como apresentadas nos trabalhos desta Mesa. Não se pode esquecer, ainda, das diferenças entre espaço privado e público, sendo necessário adequar também os espaços públicos a essas novas condições de vida. O momento de crise permite, assim, refletir acerca de situações que não estavam sendo observadas e analisadas. A atualidade se torna um estudo de caso para prever o que vai acontecer em um momento futuro.

Por outro lado, as pesquisas e práticas possibilitam revisitar momentos da história para aprender com esses exemplos, experimentar o que já foi feito em pesquisas anteriores e refletir se é cabível aplicar práticas, métodos e soluções já vivenciadas no campo da Arquitetura e do Urbanismo para melhorar as condições atuais, e diversas, do meio arquitetônico e urbano.

Deve-se buscar uma comunicação mais ágil, através de meios digitais, para tratar das condições pandêmicas e, posteriormente, pós-pandêmicas com a sociedade em geral, na busca de cidades resilientes.

Por último, enfatizou-se a necessidade de se levar para as pessoas a nossa responsabilidade social, o que implica na recuperação do papel social do arquiteto. Para tanto, é imprescindível também a divulgação do papel do arquiteto fora do ambiente acadêmico. A desmitificação da figura do "arquiteto de prancheta" que não sai do escritório, é fundamental. A população não sabe como o arquiteto e urbanista pode ajudar, e este precisa ter um papel ativo e colaborativo, integrando-se com a atuação da sociedade civil organizada no enfrentamento à pandemia. Os processos e práticas devem ser efetivamente participativos para garantia do direito à cidade.

MT 26 – HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA: ARQUITETURAS

Mediação
Ana Paula Koury

Relatoria
Ana Carolina

Trabalhos apresentados:

[21881]

(Re)produção do espaço urbano: o caso do extinto aeroporto de Maringá (PR)

Autores: Maysa Pinhata Battistam (Mestra PPU/UEM) , Beatriz Fleury Silva (Doutora Universidade Estadual de Maringá) , Ricardo Luiz Töws (Doutor Instituto Federal do Paraná)

[21572]

American way: a fábrica da Ford

Autora: Manuela Catafesta (Doutora FAU-USP)

[21955]

A construção historiográfica da arquitetura moderna brasileira e o plano de ação do governo do estado

Autores: Jasmine Luiza Souza Silva (Mestranda Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), Miguel Antonio Buzzar (Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) , Rachel Bergantin Silva (Mestranda Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo)

[21986]

Entre diálogos e aproximações teóricas: caminhos e abordagens para a trajetória profissional de Arialdo Pinho

Autor: Frederico Tavares (Doutor PPGAU UFRN)

[22130]

Estádios de futebol na Paraíba: interações entre expressividade arquitetônica e concreto armado aparente

Autora: Cinthya Sobreira Araujo (Mestranda da Universidade Federal da Paraíba)

[22074]

As relações de Max Bill com o Brasil antes da querela de 1953

Autor: João Bittar Fiammenghi (Estudante de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo)

[22469]

Cultura arquitetônica paulista: considerações historiográficas acerca do plano de ação do governo do estado de São Paulo (1959-1963)

Autores: Natalia Santos Almeida (Mestranda da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas , Rafael Urano Frajndlich (Doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e professor da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas)

Após os 20 minutos de debate sobre a questão-chave "Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?", estas foram as contribuições dos três grupos:

Grupo 1 [Manuela Catafesta (relatora), Natalia Santos Almeida, Cinthya Sobreira Araujo, Miguel Antonio Buzzar]

Segundo o grupo, os trabalhos apresentados nesta sessão revelam as facetas negligenciadas na história da arquitetura brasileira, que elimina grandes produções, como a do PAGE (Plano de Ação do Governo do Estado do Governo do Estado de São Paulo Carvalho Pinto 1959-1963), ou a dos IAP (Institutos de Aposentadoria e Pensões instituídos no governo de Getúlio Vargas em 1930 e atuaram até 1964). Estas arquiteturas pouco contempladas pela história da arquitetura poderiam contribuir para a renovação da formação do arquiteto através do estudo de suas soluções arquitetônicas e técnicas. Essas lacunas, segundo o grupo, impedem que haja o desenvolvimento da cultura arquitetônica desde a formação do arquiteto.

Grupo 2: [João Bittar Fiammenghi (relator), Sofia Grillo (Brasília) e Rebeca (Natal)]

Segundo o grupo, formado por um apresentador de trabalho e duas pessoas da audiência, as obras apresentadas retratam a modernidade em trânsito, colocando em questão as identidades regionais. A arquitetura é, segundo o grupo, produção cultural em redes e ultrapassa a dimensão de escolas "paulista e carioca". Uma fábrica como a da Ford dos anos 20 em São Paulo (obra apresentada por Manuela Catafesta) está em qual trama narrativa? Qual é a arquitetura brasileira? Nesse caso cabe o questionamento

do artigo sobre o PAGE. O que ele representa nacionalmente? Os trabalhos mencionam lacunas historiográficas, mas quais as evidências dessa lacuna historiográfica? Quem apagou? Como isso pode ser aferido? Por que apagou? Quais as disputas por trás das narrativas apagadas da história?

Do chat:

Trabalho da Manuela e do Frederico: Interessantes por trazerem diferentes miradas da história da Arquitetura Brasileira para além dos restritos entendimentos de "escolas", oferecendo chances de olhar para a Arquitetura da modernidade como algo em trânsito, composto de projetos e arquitetos que viajavam.

Sobre os trabalhos trabalhos de Jasmine, Rachel, Natalia e Rafael: Qual lacuna historiográfica é essa? Quais questões foram colocadas a época sobre o PAGE?

Grupo 3: [Maysa Pinhata Battistam(relatora), Jasmine Luiza Souza Silva, Tina Leal (mestranda Universidade Federal da Paraíba), Frederico Tavares]

O grupo, formado por três apresentadores e uma pessoa da audiência, destacou as aproximações das discussão sobre política pública (arquitetura) e política urbana (urbanismo). O grupo observou diferentes papeis protagonizados pelo Estado nos trabalhos apresentados considerando os períodos históricos (década de 1960-PAGE) e a contemporaneidade. Segundo o grupo, espaços como o Enanparq possibilitam avançar as discussões contemporâneas em muitas perspectivas diferentes, contribuindo para a superação da falta de conhecimento sobre as obras da arquitetura (como, por exemplo, as do PAGE, com 160 arquitetos não reconhecidos, embora autores de obras espalhadas por todo o estado de São Paulo).

MT 27 – PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: VULNERABILIDADES SOCIAIS

Remoção forçada, infraestrutura urbana e engajamento cívico em assentamentos informais

Autor(es): Lara Sucupira Furtado

A imagem da cidade em um assentamento informal: Um olhar sobre Vila Progresso, em São Luís

Autor(es): Juliana Mondego Marinho, Clara Raissa Pereira de Souza

Arquitetura como resistência: autoprodução da moradia popular no Maranhão

Autor(es): Frederico Lago Burnett, Manoel Fernando Moniz Filho, Clara Raissa Souza

Turismo, gentrificação e transformação nas favelas da zona sul: reflexões retrospectivas e notas para o futuro

Autor(es): Sergio Moraes Rego Fagerlande, Thaisa Comelli

Favela e a construção da paisagem popular, urbana e comunitária

Autor(es): Valentin Arechaga

Temos moradia, mas não conseguimos pagar por ela: o paradoxo da urbanização da Favela do Real Parque e sua relação com as operações urbanas em São Paulo

Autor(es): Guilherme Rocha Formicki

A cidade global é para todos? Os casos da urbanização das favelas Real Parque e Jardim Edite

Autor(es): Isabella Ventura, Guilherme Rocha Formicki

Participação comunitária e projeto urbano em favelas: a realidade e a percepção dos moradores na favela da Rocinha, Rio de Janeiro

Autor(es): Rachel Coutinho M. da Silva, Vitor Kibaltchich Coelho, Tatiana Medeiros Veloso

Os trabalhos acima foram apresentados em forma de mini vídeos, apresentados aos participantes da mesa no seu conjunto por meio de link de acesso. A mesa aconteceu em 03/03, quarta-feira, 14h00-16h00 e contou com o apoio dos alunos Ana Paula Ribeiro Guedes e Matheus Rudo. Os alunos conseguiram dividir a mesa em 08 grupos com 04 participantes cada. Todos os grupos de trabalho, foram para os pequenos grupos com a seguinte questão: **"Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos? "**

Cada grupo deveria eleger um representante e ao retornar colocar no chat uma síntese da discussão, aqui apresentada:

Lara Furtado:

> *Um lado positivo: Os trabalhos se apoiam: nós estamos em um campo de atuação que possui uma constância, o que tem seu valor já que fazemos essa construção coletiva;*
>
> *1) CONDICIONANTES ESTRUTURAIS: Consciência da nossa organização sócio-política Desajuste social*
>
> *2) RESISTÊNCIAS E NOVAS EPISTEMOLOGIAS: E aí? O que a gente está fazendo mesmo? Vamos ser mais uma ferramenta para essas forças dominantes do capital?*
>
> *Considerando que em muitas instâncias o Estado vem tomado o lado do capital, muito do nosso trabalho é um de luta e resistência.*
>
> *METALINGUAGEM: construções epistemológicas usando novas formas de entender o espaço*

Sérgio Fagerlande:

> *Discussão sobre a participação comunitária a partir dos anos 1980, e como isso tem gerado pesquisas de alta qualidade em diversas áreas do Brasil, como nessa mesa com exemplos do CE, MA, RJ, SP. De como as políticas públicas nem sempre tem tido relação adequada com as*

comunidades. E também na América Latrina, com exemplos no Peru e Argentina

Juliana De Boni:

Conseguimos identificar em todos os trabalhos um esforço de pesquisa para entender a cidade real em conflito com a cidade formal. Tal esforço demonstra uma contribuição necessária e de permanente questionamento no fazer arquitetônico e urbanístico. Como arquitetos, engenheiros, advogados e profissionais que interferem na cidade e no meio ambiente, precisamos entender a logística e fazer um esforço em busca de quebrar as lógicas capitalistas a partir de um exercício etnográfico, decolonial e comunitário.

Patricia Samora PUC Campinas:

E esses projetos enormes em favelas, que ganham prêmios em Veneza, gastam muitos recursos como mostrou Guilherme, mas impactam negativamente a vida dos moradores, penso que as Pesquisas, Práticas e Processos mostrados aqui possibilitam rever o papel do arquiteto urbanista nas políticas públicas urbanas.

Sérgio:

Como o processo de cidades globais se repete, em cidades como SP e RJ, e de como essas políticas sempre se referiram ao grande capital, e pouca relação com as comunidades, mas que mesmo assim possibilitaram algumas experiências locais interessantes

Guilherme Formicki:

Questões antigas sobre a ocupação da terra. Desde a Lei de Terras, a terra é mercadoria. Algumas novas roupagens, como o discurso de cidade global e marketing urbano. O morador se torna proprietário do imóvel, mas não consegue se manter. Disputas entre o capital hegemônico e os movimentos.

Rachel Coutinho M. da Silva:

Nosso pequeno grupo focou em políticas públicas que tem a ver com a questão do direito à cidade e justiça social, mas que ao final em muitas delas a força do mercado imobiliários ou de outros interesses políticos prevalece sobre questões que são de interesse das comunidades,

> *que seriam a infraestrutura e a habitação de qualidade. Falamos da importância do PAC e da participação comunitária e da mobilização comunitária, que de alguma forma fazem pressão sobre as políticas públicas. E todos os projetos, sejam operações urbanas consorciadas, ou PAC-UAP tem ganhos, mas não atingem os objetivos em sua plenitude.*

Gabriel E. Cabral: Grupo: Frederico Burnett, Ana Carolina Miranda, Gabriel E. Cabral

> *Questão das remoções como fator de engajamento: também é interessante ponderar que podem haver fatores que dificultam o engajamento; o próprio cotidiano e questões ligadas ao contexto de vulnerabilidade social.*
>
> *Com relação à questão proposta pelo ENANPARQ, a mesa traz uma discussão relacionada à ideia de se tratar os assentamentos como realidades com próprias características e complexidades, e que como alguns trabalhos mostraram, não funciona a mera aplicação ipsis litteris da receita "formal" para esses territórios; é preciso, para atuar nesses territórios, compreender as suas realidades socioeconômicas. A questão da autoprodução pode indicar como essa população busca atender suas necessidades específicas, adequadas ao seu contexto, o que pode trazer reflexões importantes para pensamentos e proposições futuras.*

Mariana Carrion:

> *Eu gostaria de dar um enfoque as questões de zoneamento urbano, consequentes de toda uma construção histórica que, ao afastar as camadas mais fragilizadas do centro, onde tudo ocorre. Muito dos programas públicos contém falhas na sua prática, pois permanecem distanciando.*

Lara Furtado:

> *Tenho visto algumas discussões também de que devemos considerar coautorias também com esses líderes comunitários como forma de legitimar a voz deles em um âmbito mais institucional e também redistribuir esse poder da academia*

A moderadora da MT — Patrícia Samora, aproveitando que o tempo permitia, abriu para debate e a degravação das colocações dos participantes, são aqui colocadas.

Raquel Coutinho, diz que a síntese da discussão passa pelas discussões sobre o Direito a cidade e justiça social, que é que se persegue nas políticas públicas no Brasil. Infelizmente a maior parte dos projetos não consegue alcançar e quando alcança é parcialmente. Ressaltou a importância da organização, pois onde as comunidades são mais organizadas e tem um ativismo maior, se conseguem melhores resultados.

Guilherme Formicki, lembra que todos os trabalhos tratam de questões antigas como a ocupação e o acesso à terra, mesmo que venham envoltos em nova roupagem como por exemplo, o marketing urbano, o discurso de cidade global, "mega" projetos. Outra questão debatida no grupo é a organização dos movimentos, na comunidade e entre as comunidades.

Arnaldo Machado lembrou a questão da Lei de Terras, e a transformação de terras em mercadoria. O déficit habitacional como um discurso da habitação como mercadoria. O grupo discutiu também a "Guerra dos Lugares" da Raquel Rolnik e a situação de quem passa a proprietário do imóvel e não consegue sustentar o pagamento quando compra do estado e tem que devolver o imóvel, ficando sem dinheiro e sem habitação, uma questão estrutural que vem de séculos. Outra questão são as disputas entre o capital hegemônico e as comunidades.

Lara Furtado, lembra dos condicionantes estruturais, sempre partindo do pressuposto que estamos em uma sociedade capitalista e todas as forças e complexidades que isso engloba. Debateram o papel do arquiteto e urbanista e da necessidade rever os conceitos de advocacia, entender que já existe um processo de luta. E que na realidade não estamos criando nada e devemos nos colocar de maneira receptiva e apoiar o movimento de luta e nos posicionar. Comentaram também a estrutura dos trabalhos e os tipos de metodologias:

Arnaldo, também citou os programas de extensão universitária como sendo o lugar da troca. A universidade deve entender seu papel e produzir junto com a comunidade.

Vera, fez um importante alerta para a diferenciação entre universidades e os pesquisadores, ou seja, quando se fala do papel das universidades na verdade estamos falando de nós como pesquisadores, professores universitários ou extensionista. Lembra também que as universidades têm sofrido um embate de inserção, porque elas são regidas pelo MEC, onde as universidades públicas passam por enfrentamentos muito pesados e a particulares por pesquisas estritamente tecnológicas. Esse trabalho (o que foi discutido na mesa) é um trabalho de engajamento e tomada de posição. Se as universidades em que trabalhamos forem sendo cooptadas por um governo totalitário, essas pesquisas serão ameaçadas. Pergunta como lidar com essa tensão de estar à mercê de um contrato e ter autonomia intelectual e conseguir verbas para estas pesquisas possam resultar.

Guilherme externa seu incomodo com a dicotomia, parece que a universidade propõe algo irreal e "a gente fica falando para a gente mesmo" e a realidade lá fora impõe outras questões. Para ele na academia a gente "projeta" uma possibilidade que pode ser testado ou não, e que ela não precisa ser a discussão real, mas que nós como pesquisadores precisamos ter noção da realidade. Se preocupa com o lugar de fala, e de como nós nos referimos à vulnerabilidade e moradias nas favelas, e externa seu incômodo e gostaria de ver grupos que falassem por si só, em eventos acadêmicos.

Raquel defende o papel extensionista, fala da importância da ATHIS. Também aproveita para tocar a questão da pandemia e o ativismo político das comunidades, que a seu ver nas favelas continua muito grande. Ela conta que os grupo das favelas estão utilizando essas novas tecnologias de uma forma que nós não temos ideia, com *lives*, reuniões, atividades culturais, com mapeamentos colaborativos. Cita a "Voz das Favelas" e o mapeamento comunitário e diário da covid. Diz que o ativismo não morreu, a resistência não morreu! Existem canais de comunicação entre as comunidades, câmara de vereadores e o governo. Propõe que a universidade também encontre seu lugar de interação na *ciberesfera*.

Alejandro, coloca a questão dos espaços rurais, que estão sendo construídos por critérios urbanos e corremos o risco de transportar os problemas das nossas cidades para o âmbito rural. E a população destes lugares será muito afetada com isso. Cita um projeto grande de construção ferroviária que vai percorrer toda a península do Golfo do México, por zonas indígenas e as infraestruturas turística já está comprando os terrenos indígenas e como isso vai mudar completamente o Lugar, com contaminação da água etc.

Isabela, lembra que cada território tem as suas particularidades, e que nem sempre a nossa solução, aquela que nos parece ideal, é a ideal. Só que mora no lugar é capaz de transmitir o que de fato é importante, o que vai funcionar. Só com o engajamento e participação de todos é que realmente o projeto funciona. Cita o artigo com a remoção do Real Parque e do Jardim Edite, lembra como a organização da comunidade forçou o retorno delas para o local de origem, mesmo que com um número menor de moradores, pois alguns tiveram outro tipo de atendimento. O Jardim Edite, lembra ela, foi removido de uma forma muito violenta, tendo a sua população majoritariamente realocada para o extremo da Zona Leste. Para o pequeno número de moradores que ficaram no lugar a realidade se transformou. Eles não estavam acostumados a morar em condomínio, lembrou que as relações sociais se perdem. Com a remoção, o comercio local não existe e como a região é extremamente valorizada (Berrini) as famílias precisam se deslocar quilômetros para encontrar um comércio que tenha um curso mais acessível.

Bournett, lembra que os arquitetos nas suas formações tomam a cidade uma construção quase que sagrada, como o fim da sociedade da humanidade, e muitas vezes tenta colocar nos limites desse quadrado todos os diferentes. Para ele, na verdade muitas das propostas de inserção das áreas periféricas é um esforço de transformá-los iguais a nós, mas uma igualdade que é apenas formal, porque no final das contas eles continuam precarizados, sem direito e sem cidadania. Esta é uma questão contraditória, a gente estar lutando pela urbanização destas pessoas. Resgata a fala do Alejandro, professor do México que trata das áreas rurais, alertando para a situação do Brasil, com o ataque às comunidades rurais, inclusiva às populações indígenas, que não tem somente um sentido de ocupação capitalista, mas tem um ódio de classe. É a destruição. Ele entende que esses grupos são a negação do que existe de mais concreto no sistema capitalista, que é o assalariamento, a venda do trabalho, a divisão do trabalho em intelectual e manual...e que eles praticam a autoprodução dele e se negam a se submeter a um salário, e os espaços deles são um exemplo disso. A defesa que eles fazem colocando inclusive a vida deles nesse enfrentamento. É uma prova muito grade dessa territorialidade que eles têm, essa defesa da territorialidade. Coisa que todos nós aqui reclamamos dos nossos moradores de bairros periféricos. O que há de errado? É a cidade por quem devemos lutar ou reforçar certas condições de vida que assentamentos populares urbanos tem, ao invés de tentar urbanizar esses assentamentos. Quando nós vamos com o MCMV nós queremos que eles tenham empregos formais e ignoramos a sua própria organização econômica. Para ele a gente tem que lutar pelos bairros populares, como eles são. Nós precisamos nos aproximar de sociologia, da antropologia, da questão de colonial e verificar até que ponto estamos levando um discurso de inclusão subordinada. E termina com a crítica às falas que fendem o interesse do estado, do capital, que vai intervir...e nós continuamos a tentar achar o lado bom nisso. Mas acha que precisamos ser mais radicais, e olhar o futuro de estar batendo na porta.

Patrícia, lembra sua passagem pela prefeitura de São Paulo e comenta sobre as condições para urbanização do Jd. Edite e de como ela foi sendo comida pelas beiradas até desaparecer. Traz para o debate o contraste entre o edifício do Jardim Edite, como exemplo de HIS e a violência que a comunidade sofreu, por uma mesma obra pública que produziu tal modelo de HIS. Alerta para a questão de que a arquitetura não ouve a população de uma forma mais horizontal e menos ditatorial. E como em eventos como esse as denúncias são feitas, mas na academia os destaques são outros.

MT 28 – PROJETO, TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E QUESTÕES AMBIENTAIS: ÁGUA, ESPAÇOS VERDES LIVRES E ESPAÇO PÚBLICO

Sessão mediada por Maria Paula Albernaz
Relatoria por Rodrigo Cury Paraizo

Relatório

Comentários gerais

Entre trabalhos investigativos e propositivos, os debates levaram em conta questões como a multiescalaridade (tanto espacial quanto social e política) necessária para lidar com as questões hídricas no território urbano, assim como a necessidade de integração entre os diferentes atores — em especial entre as diversas instâncias da administração pública responsáveis pelo planejamento e gestão do espaço.

A multiescalaridade política e social permite ir do poder público às comunidades informais, ouvindo e agindo em conjunto. Planejamento a partir da comunidade é tão importante quanto as ações originadas pelo poder público. Foi relatado o caso de um pesqueiro criado pela população a partir de um piscinão; algum tempo depois, por conta da necessidade de aumento do piscinão, a prefeitura acabou demolindo o pesqueiro.

O processo de projeto urbano deve tomar cuidado com a "gentrificação verde", evitando expulsar as populações originais com as melhorias ambientais. Quem vai ter acesso à cidade sustentável? No Favela-Bairro, a valorização decorrente das melhorias urbanas acabou gerando expulsão em algumas favelas, por exemplo. É preciso pensar em habitação mais adaptável às diferentes situações, para que possam permitir a manutenção das populações originais.

É preciso cuidado também com a financeirização da natureza, afetando o direito à cidade (sustentável). Por outro lado, vale considerar as áreas verdes urbanas como áreas potencialmente produtivas, não apenas voltadas para o lazer. Agricultura, fruticultura e floricultura em área urbana podem funcionar para geração de emprego e economia local, além da percepção de custo ser relativamente menor.

Sala 1

Eduarda Marchiori Stein
Giovanna Rosseto
RAylane Alencar
Thaty T. B. Galvão

Os trabalhos nesta mesa possuem relação ao analisar o recorte territorial escolhido de modo multifocal, ou seja, na tentativa de abranger aspectos históricos, sociais, ambientais e econômicos para consolidação de um diagnóstico mais equitativo e resiliente para a cidade onde estão inseridos. É interessante que as participantes da sala estão em diferentes regiões do Brasil, contudo as relações urbanas se aproximam principalmente no que diz respeito à formação urbana das cidades e os espaços tratados. Também foi possível concluir que a falta de planejamento, ou podemos dizer, um planejamento urbano segmentado de funções sociais e ecológicas dos espaços contribui para a formação destes conflitos apresentados anteriormente.

As cidades no país se aproximam em vários aspectos de sua formação; o planejamento atualmente em curso não dá conta dos aspectos ambientais.

Sala 2

Fabiana Carvalho
José Lotufo
Livia Marques Fernandes
Lucimara

Dicotomia da cidade com o verde e o direito à moradia. Como trabalhar a hostilidade das dinâmicas urbanas (interações entre as pessoas), para integrar o verde com as pessoas? Como trabalhar isso no plano diretor, reduzindo as hostilidades nas interações entre as pessoas no processo de planejamento?

O que se pode fazer para mudar a lógica de ocupação do solo do lote pequeno individual para o solo comum, com melhor fluxo social e ecológico? Como resolver o conflito com o mercado imobiliário, nesse caso?

Sala 3

Gabriel Perruchi
Maria Luiza Ottoni
Rodrigo Cury Paraizo

O estudo e o projeto com enfoque na questão hídrica e a distribuição de seus sistemas na arquitetura, através de tecnologias ecológicas acessíveis e de baixo impacto, devem gerar sistemas verdes que auxiliem no tratamento das águas. Admite-se a realidade da autoconstrução de tais sistemas como solução enquanto o governo é pressionado pelo seu dever no provimento público dessas infraestruturas.

Sala 4

Amanda Lages de Lima
Ana Paula Gomes (apoio)
Cristiane Borda
Isadora Riker
Paula Albernaz

Como o setor público tem lidado com o planejamento e com as águas urbanas? O PD não dá conta de todas as questões hídricas do território, especialmente de todas as escalas, mas pode lançar as bases. Criar uma visão de planejamento no setor público que seja mais integrada em termos da paisagem.

Participação de diversos atores em conselhos municipais e demais instâncias e instituições de controle social. Como as políticas deveriam avançar para ir além da questão técnica, lidando com os próprios valores. A gestão compartilhada pode ser um caminho. Como fazer com a questão legal e institucional?

O desenvolvimento sustentável tem várias frentes; como conciliar? Como integrar na administração pública a visão sistêmica?

É importante considerar o aspecto multi-escalar, para poder lidar com as particularidades de cada trecho, do plano diretor aos multissetoriais.

RELATO DA "MESA TEMÁTICA (MT) 30 - PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: ARQUITETURAS"

03.mar.21, 14h06 às 16h05

Mediadora:

Prof.ª Claudia da Conceição Garcia

Relator:

Prof.º Heitor de Andrade Silva

Apoiadores:

Matheus de Queiroz Sales e Muller e Luciana Coimbra de Resende

Às 14h00 estavam presentes a Prof.ª Claudia da Conceição Garcia (Mediadora), o Prof.º Heitor de Andrade Silva (Relator) e os estudantes Matheus de Queiroz Sales e Muller (Apoiador) e Luciana Coimbra de Resende (Apoiadora), bem como a participante a Prof.ª Sheila Walbe Ornstein. A sessão iniciou às 14h06, quando a mediadora consultou os presentes e explicou os procedimentos.

Entre os autores de artigos distribuídos na sessão estão identificados com um (p) os presentes: 1) "Representação de arquitetura como tecnologia social", Tiago Amaral da Silva (p) e Roberto Eustáquio dos Santos (p); 2) "Sugestões cibernéticas para a assessoria técnica", Marcus Vinicius Augustus Fernandes Rocha Bernardo (p); 3) "Circulação e percurso no projeto de arquitetura", Ana Tagliari e Wilson Florio; 4) "Arquitetura amazônica: sobre a produção do ambiente construído no estado do Pará", Izabel Nascimento (p) e Ana Klaudia Perdigão; 5) "Uma reflexão sobre processos de avaliação de ambientes universitários", Vanessa Mendes Argenta (p) e Maristela Moraes de Almeida; 6) "Espaços de convivência e sua influência na vida universitária: um estudo do centro de tecnologia da UFRN", Yanka Oliveira (p), Angela Ferreira e Renato de Medeiros; 7) "O plano de requalificação do ICB-UFMG: uma experiência participativa de projeto e arquitetura", Edgardo Moreira Neto, Maria Lúcia Malard, Renata Alves Siqueira; 8) "Valores arquitetônicos e processo de projeto: uma reflexão sobre a prática", Márcio Barbosa Fontão (p).

Após a consulta para identificação dos autores presentes, todos os participantes da sala foram convidados a assistir as apresentações em vídeo por meio do seguinte link do YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=Yd7K3JrnnvM&feature=youtu.be>.

Às 14h48 os participantes retornaram à sala e a mediadora explicou o procedimento de criação de subgrupos (que foram organizados em 4 Subsalas). Foi recomendada, conforme orientação da organização do evento, a discussão da QUESTÃO CHAVE: Como pesquisas, projetos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos? E, sugerido, ainda, que os presentes buscassem responder à pergunta de partida com base nas reflexões apresentadas nos artigos desenvolvidos para o evento, bem como, naturalmente, nos repertórios de cada um. Para essa atividade foram destinados 20 minutos.

As subsalas foram organizadas pela apoiadora (Luciana) da seguinte forma: Subala 1: Henrique Soares, Hugo Arraes, Márcio Fontão (T8), Yanka Oliveira (ausente) (T6); Subsala 2: Isan Vale, Tainá Menezes, Vanessa Argenta (T5); Subsala 3: Izabel Nascimento, Marcus Vinicius Bernardo (T2), Roberto dos Santos (T1), Ruth Farias; Subsala 4: Maria Emília Toledo, Sheila Ornstein, Tiago Silva (T1). Dos catorze participantes das subsalas, sete foram identificados como autores. Às 15h15 treze participantes retornaram para a discussão. A mediadora solicitou que um representante de cada subsala apresentasse uma síntese das reflexões feitas.

A Subsala 1 foi apresentada pelo participante Márcio Fontão, que observou que "os trabalhos e práticas apresentados buscam considerar especificidades relacionadas aos seus contextos [e] problemas particulares, questionando a compreensão do processo de projeto como um método estabelecido e pré-determinado". Foi acrescentado por outro participante que devemos refletir sobre como podemos fazer projetos mais reflexivos. A participante Sheila Ornstein acrescentou que a questão da circulação tem grande importância para a arquitetura, sobretudo no momento atual da pandemia; observou sobre como esse tema é tratado em projetos complexos e disse que a consideração de aspectos como esse pode significar uma forma diferente de ensinar arquitetura para os estudantes.

Sobre a síntese da Subsala 2, segundo Vanessa Argenta, o grupo observou que os trabalhos apresentados revelam a valorização do lugar e das pessoas no processo de projetação arquitetônica. Ressaltou, ainda, a o viés participativo do processo com o envolvimento, por exemplo, de comunidades, com destaque para o processo e a avaliação do projeto, sendo esse aspecto colaborativo um valor importante nas práticas projetuais contemporâneas.

Roberto dos Santos, que apresentou uma síntese da Subsala 3, chamou atenção para o desenvolvimento de novos protocolos de projetação que levem mais em consideração as demandas dos usuários do que a facilitação do trabalho dos arquitetos. Acrescentou que a projetação pode admitir transformações espaciais pelo uso, deve incorporar que métodos com natureza empírica e se basear em estudos de casos exploratórios e experimentais. Ressaltou a necessidade do abandono da postura autoral do arquiteto, bem como da "ideia de síntese projetual prescritiva e estática em prol da instalação de um processo de transformação pelo uso ao longo do tempo". Finalizou observando sobre a "incorporação do conhecimento prévio acerca dos espaços (características locais) no processo projetual". Izabel Nascimento acrescenta que o processo de projeto deve considerar as novas demandas para futuros projetos e os edifícios já projetados. Nesse sentido, Sheila Ornstein que as APOs podem contribuir bastante com essa discussão, considerando os multimétodos que adota (contemplando consultas, observações etc.).

Por fim, Tiago Silva, representando a Subsala 4, inicia destacando que é importante repensar os meios de representação do projeto arquitetônico, sobretudo, nesses tempos de pandemia, a fim de quebrar a codificação tradicional do projeto e o tornar acessível para a sociedade em geral. Ressalta ainda que o processo projetual, em geral, "prevê uma horizontalização da prática arquitetônica, à medida que tenta aproximar uma de suas ferramentas — a representação, que é geralmente uma ferramenta codificada — ao público leigo e a grupos socioespaciais que possam se valer de seus benefícios em práticas construtivas". Ou seja, chama atenção para as novas possibilidades de representação e como ela interfere no modo de prática arquitetônica à medida que a torna uma prática ampla — que pode transbordar o campo de atuação dos arquitetos — e pode ser desenvolvida com interface a outros públicos, ampliando a produção de espaços mais adequados. Também, destaca a "possibilidade de utilização das tecnologias de representação como alternativa de abreviar os processos de participação, dada as diversas condições de vulnerabilidade que podem interferir nesse processo". Nesse sentido, segundo o participante, as tecnologias de informação e representação podem auxiliar potenciais interfaces à distância, em tempos de pandemia. Finaliza observando que "a materialidade das representações pode contribuir para decodificar uma linguagem que é própria do projeto tradicional". Maria Emília, chama atenção para o uso do smartphone para democratizar o projeto.

Depois das considerações apresentadas pelos representantes de cada subgrupo, surge uma nova rodada de reflexões. O participante Jorge Tinoco ressaltou, citando Evaldo Coutinho e Delfim Amorim, a importância do repertório projetual e de modelos nos exercícios de aprendizagem do projeto. A participante Sheila Ornstein lembrou a contribuição do design para a discussão dos métodos de projeto. O participante Marcus

Vinícius, chamou atenção para a existência de diferentes tipos de projetos e, portanto, para a necessidade de serem adotados métodos adequados a cada caso; nesse sentido, observou a importância de democratizar o planejamento (mais do que os meios de representação). O participante Roberto dos Santos voltou a observar que as necessidades das pessoas mudam ao longo do uso dos espaços, portanto os programas de necessidades devem prever isso. A mediadora Claudia Garcia retoma a colocação já feita sobre a importância da circulação no espaço daqui pra frente. Por fim este relator, Heitor Andrade, retoma a QUESTÃO CHAVE (Como pesquisas, projetos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?) e destaca os seguintes aspectos discutidos na sessão: CIRCULAÇÃO, REPERTÓRIO (análise de outros projetos — APO etc.), REPRESENTAÇÃO (novas tecnologias digitais, democratização), PARTICIPAÇÃO (com quem dialogamos: cliente, usuário etc.) e PROGRAMAÇÃO; sobre esse último ponto, acrescenta algumas reflexões sobre importância do reconhecimento das dinâmicas e eventuais usos possíveis dos espaços, inclusive os não previstos em projeto, que têm sido tratadas na literatura e cita o conceito de "evento" de Bernard Tschumi e o texto "Desprogramar os edifícios" de Bruno Santa Cecília (2018). Para esses autores, tanto pode-se admitir o uso de espaços de diferentes formas, como se deve priorizar as circulações e áreas molhadas nos projetos (desde a concepção), pois os demais espaços podem ser usados de diferentes formas, bem como transformados ao longo do tempo.

A mediadora retomou a palavra destacando a importante discussão realizada, agradecendo a todos e todas e recomendando o encerramento da sessão, considerando o tempo utilizado. A sessão foi encerrada às 16h05 com a demonstração de grande satisfação pelos participantes.

MT 31 - PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: HABITAÇÃO SOCIAL E ATHIS

Os trabalhos apresentados enfatizaram a importância da Assistência Técnica para Habitação Social (ATHIS). Foram abordadas experiências em contextos distintos e adotando-se métodos específicos, sendo apontada a necessidade de reconhecimento de identidades pré-existentes em contextos de vulnerabilidade social. Destaque foi conferido à importante articulação entre academia, entidades de classe e agentes públicos no sentido da ampliação e fortalecimento das ações.

O artigo "**Assessoria técnica independente no contexto do rompimento da barragem de Fundão**" trouxe ao debate a reflexão sobre o papel das assessorias técnicas em face dos programas socioeconômicos de reparação, mitigação, compensação e indenização decorrentes do "desastre-crime" ocorrido em 2015. Por meio de desenho institucional visando à garantia da participação da população atingida, a cartografia social promoveu o diálogo entre o saber popular e o saber técnico e científico para identificação dos modos de vida e respectivos comprometimentos. São questionados os marcos legais que visam à justiça na definição de medidas de reparação de danos e perdas que contemplem sua totalidade e complexidade.

Em "**O papel do conselho de arquitetura e urbanismo na promoção da política da ATHIS — o caso de Santa Catarina**" aborda-se a função dos agentes públicos na implementação da assistência técnica. À luz do percurso histórico da estruturação dessas ações por parte dos conselhos, focaliza-se a experiência do CAU-SC no recorte temporal de 2017 a 2019 em que foram formuladas linhas de ação a partir dos diferentes atores, com impactos nos âmbitos estaduais e nacional . Diante da ausência do poder público frente às demandas sociais e obrigações legais no que concerne ao direito à moradia, evidenciou-se o papel importante dos conselhos na divulgação e fomento às boas práticas para implementação e fortalecimento da ATHIS como política de estado.

No âmbito da formulação metodológica para ATHIS, o artigo "**Perfil socioambiental no parcelamento Jardim Sayonara, em Campo Grande/MS, para Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social — ATHIS**" destaca a contribuição do embasamento teórico e da pesquisa participativa para a caracterização das condições de vida de famílias em situação de vulnerabilidade socioambiental e posterior qualificação do seu habitat, por meio da prestação de ATHIS. A formulação de metodologia pioneira no Mato Grosso do Sul possibilitou o diálogo entre pesquisadores, representantes públicos, técnicos e estudantes, contribuindo para sua inserção no cenário nacional e para o avanço das políticas habitacionais de interesse social.

A partir da ótica da sustentabilidade, o trabalho intitulado "**Resiliência na habitação social: avaliação dos impactos relacionados a sua (in)flexibilidade**" analisa a capacidade adaptativa de residentes de empreendimentos habitacionais por meio da avaliação pós-ocupação orientada por indicadores de adaptabilidade, ampliabilidade e multifuncionalidade, sendo verificadas causas, ameaças e efeitos negativos a eles relacionados. Com a compreensão de que a oferta de assessoria técnica para intervenções futuras contribui para a qualificação do habitar, pretende-se desenvolver estratégias para qualificação do ambiente construído voltadas para o usuário, orientadas a partir do atributo da flexibilidade no projeto, a serem disponibilizadas por meio de ferramentas de fácil acesso e compreensão em plataforma web.

Arranjos institucionais inovadores na implementação da ATHIS foram abordados no artigo "**Morada de Luz: assistência técnica em habitação de interesse social por meio de extensão universitária**". O atendimento a famílias em situação de insalubridade, insegurança habitacional e/ou adensamento excessivo visando à qualificação das moradias se realiza por meio de recursos próprios da instituição acadêmica ou por parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF) e o coletivo Panã Arquitetura Social. O programa reforça a importância da ATHIS p viabilizar a interdisciplinaridade e a qualificação da pesquisa e do ensino. A experiência viabiliza a integração entre conhecimento técnico e saber popular, qualificando os processos de formação profissional e acolhendo-se particularidades de cada indivíduo e família, contribuindo para um contexto urbano mais digno e inclusivo.

O artigo **"Morar na periferia: etnografia da casa e da cidade em municípios da área metropolitana de Brasília"** analisa formas de uso e apropriação da cidade na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - RIDE/DF. Por meio de pesquisa etnográfica e análise de campo focaliza-se a produção social do território por meio da abordagem dos atores que ocupam os espaços, da observação de tipologias habitacionais existentes, modos de uso e formação de identidades. Os estudos evidenciaram que grande parte das unidades habitacionais é produzida por meio da reprodução de modelos, mas são adaptadas ao longo do tempo, incorporando também atividades de sustento. Condições de habitabilidade restritas são resultado da atuação do capital na produção habitacional de interesse social fortalecendo o paradigma da Habitação Sem Cidade.

Com ênfase na articulação entre agentes públicos, a experiência de **"Capacitação em assistência técnica em habitação de interesse social no DF"** aponta para a relevância do trabalho em rede. O percurso histórico da estruturação das ações de assistência técnica em arquitetura e urbanismo no cenário nacional contextualiza o processo de fortalecimento e inovação da experiência em ATHIS no Distrito Federal. Destaque é

conferido à capacitação por meio das Jornadas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (JATHIS), que contribuem para a sensibilização e comprometimento de profissionais, estudantes e docentes para a atuação em melhorias habitacionais e urbanas. A consolidação e continuidade dessas ações é colocada como desafio visando, para além da fundamental qualificação das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social, contribuir para a ampliação de oportunidades de trabalho e aquecimento da economia.

Por fim, na abordagem dos instrumentos de gestão que amparam as políticas habitacionais, o artigo **"Entre o planejado e o efetivo - Avaliação da implantação do Plano Local de Habitação de Interesse Social na cidade de Sarandi, Paraná"** questiona a efetividade dos Planos Locais no cenário nacional, cuja formalização tem sido direcionada ao recebimento de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, sendo restrita a atuação voltada para a descentralização e assertividade das decisões locais relativas à problemática habitacional. Evidenciou-se, para o contexto de análise, que prevalecem interesses imobiliários, em muitas situações articulados com o poder público, em detrimento do cumprimento dos direitos constitucionais à moradia e à cidade.

A partir da apresentação dos trabalhos por vídeos, a subdivisão em grupos acolheu reflexões que foram compartilhadas posteriormente entre todos os participantes. Foi destacado o fortalecimento das ações em ATHIS nos últimos anos no cenário nacional, particularmente por meio dos projetos e programas de extensão, como ação transformadora da formação profissional com a aproximação às demandas reais da sociedade. Paralelamente, foram ressaltadas as parcerias com agentes públicos e as ações implementadas por profissionais autônomos, abordando-se dificuldades operacionais.

A expressividade das ações tem apontado a pesquisa e a extensão como vanguardas de futuras políticas públicas, visto que a natureza da ação governamental não contempla análises de forma aprofundada como a academia as realiza. A extensão acadêmica transforma a formação profissional, sobretudo com a utilização de tecnologias sociais numa abordagem de construção de conhecimento junto à sociedade. Apesar das dificuldades evidenciadas nas estruturas institucionais e projetos pedagógicos dos cursos, essas ações tem se estabelecido.

Os distintos métodos e técnicas que têm sido adotados contemplam aspectos práticos e simbólicos relativos ao habitar, permitindo a individualização do atendimento e o enriquecimento das abordagens. Para além do paradigma da propriedade, as ações fortalecem o sentimento de pertencimento por meio da moradia. São aspectos relevantes evidenciados de maneira expressiva em contextos de emergência, como relatado em

trabalho apresentado, promovendo a compreensão do significado da habitação e dos limites da atuação do arquiteto.

As ações se complementam nas parcerias entre poder púbico, entidades de classe e a academia, por meio de práticas que contribuem para a aproximação dos agentes em torno do problema habitacional, evidenciando a importância dessa articulação. São oportunidades de se entender e pensar a assessoria técnica no sentido mais amplo, na atuação multidisciplinar. O debate em torno das parcerias e da expansão da atuação do arquiteto reiteraram a necessidade da "transdisciplinaridade" nas várias áreas do conhecimento.

RELATORIA MT 32

Apoio Cintya Silva e Lorrany

Boas vindas aos participantes e apresentação dos trabalhos e exibição do vídeo com os trabalhos na sala.

Gisela passa a palavra aos participantes às 10:20

Grupo 1: relatora Camila Costa Curta compara diferentes casos sobre cruzamento entre as políticas de Buenos Aires e Florianópolis. Concluíram pela demanda de atualizações em nível local. Em Brasília há uma alteração em curso sobre a habitação para o centro de Brasília; e a realidade de Buenos Aires tem um arcabouço que incentiva a prática da participação por meio do cooperativismo.

Grupo 2: duas questões principais perspectivas histórico-crítica para situar os objetos estudados de modo a contrastar os níveis micro e macro de observação; pensar a rede heterogênea e considerar a TAR (Teoria Ator Rede) como fator determinante para descrição e compreensão aprofundada dos casos e contextos.

Grupo 3: Como a dinâmica de formação dos domicílios, a dinâmica das famílias (segundo estudos populacionais), a foram e estruturas familiares pode contribuir para pensar o planejamento urbano-regional e o projeto de arquitetura; Negócios de impacto ambiental e o ciclo de vida das famílias; sua situação financeira e contextos econômicos, como considerar? Os trabalhos mostram descompassos, leituras de território que nem sempre são combinadas. Essa dissonância tem a ver com a leitura que se faz do espaço.

Grupo 4: Memória recente da política de construção de direitos. O país está no limite (limiaridade) da desconstrução ode algo que foi construído por muita luta ao longo de décadas de movimentos de diversos atores. O arcabouço está colocado, as lutas sociais precisam fazer com que isso possa ser colocado em prática, efetivado. Participação social nos territórios é fundamental, como enfrentar as condições do presente?

10:33 - Gisela Leonelli pergunta se há alguma consideração sobre trabalhos específicos.

Pergunta levantada sobre o fracasso de estabilizar a capacidade de mobilização de coletivos.

Debate geral: Mediadora mostra a convergência do tema com o momento presente; aponta também a necessidade de encontros e congressos e seu papel para pautar os debates no país neste momento de desmontes. Por outro lado, o entendimento coletivo do conflito fundiário que se apresenta em vários trabalhos é fundamental para trazer

perspectivas de abordagem no território. Pensar em políticas processuais coletivamente construídas. Exemplo: propriedades fundiárias em trechos urbanos infra estruturados com capacidade de equacionar déficits habitacionais e dinamizar a produção urbana.

Participante Paula Santoro apresenta a rápida capacidade do mercado em assimilar a propriedade e torná-la um negócio. Mediadora retoma a necessidade de manter as mobilizações coletivas e exercer influência nos planos diretores. Elaboração de uma agenda coletiva de pesquisa.

RELATORIA MT 32

Apoio Cintya Silva e Lorrany

Boas vindas aos participantes e apresentação dos trabalhos e exibição do vídeo com os trabalhos na sala.

Gisela passa a palavra aos participantes às 10:20

Grupo 1: relatora Camila Costa Curta compara diferentes casos sobre cruzamento entre as políticas de Buenos Aires e Florianópolis. Concluíram pela demanda de atualizações em nível local. Em Brasília há uma alteração em curso sobre a habitação para o centro de Brasília; e a realidade de Buenos Aires tem um arcabouço que incentiva a prática da participação por meio do cooperativismo.

Grupo 2: duas questões principais perspectivas histórico-crítica para situar os objetos estudados de modo a contrastar os níveis micro e macro de observação; pensar a rede heterogênea e considerar a TAR (Teoria Ator Rede) como fator determinante para descrição e compreensão aprofundada dos casos e contextos.

Grupo 3: Como a dinâmica de formação dos domicílios, a dinâmica das famílias (segundo estudos populacionais), a foram e estruturas familiares pode contribuir para pensar o planejamento urbano-regional e o projeto de arquitetura; Negócios de impacto ambiental e o ciclo de vida das famílias; sua situação financeira e contextos econômicos, como considerar? Os trabalhos mostram descompassos, leituras de território que nem sempre são combinadas. Essa dissonância tem a ver com a leitura que se faz do espaço.

Grupo 4: Memória recente da política de construção de direitos. O país está no limite (limiaridade) da desconstrução ode algo que foi construído por muita luta ao longo de décadas de movimentos de diversos atores. O arcabouço está colocado, as lutas sociais precisam fazer com que isso possa ser colocado em prática, efetivado. Participação social nos territórios é fundamental, como enfrentar as condições do presente?

10:33 - Gisela Leonelli pergunta se há alguma consideração sobre trabalhos específicos.

Pergunta levantada sobre o fracasso de estabilizar a capacidade de mobilização de coletivos.

Debate geral: Mediadora mostra a convergência do tema com o momento presente; aponta também a necessidade de encontros e congressos e seu papel para pautar os debates no país neste momento de desmontes. Por outro lado, o entendimento coletivo do conflito fundiário que se apresenta em vários trabalhos é fundamental para trazer

perspectivas de abordagem no território. Pensar em políticas processuais coletivamente construídas. Exemplo: propriedades fundiárias em trechos urbanos infra estruturados com capacidade de equacionar déficits habitacionais e dinamizar a produção urbana.

Participante Paula Santoro apresenta a rápida capacidade do mercado em assimilar a propriedade e torná-la um negócio. Mediadora retoma a necessidade de manter as mobilizações coletivas e exercer influência nos planos diretores. Elaboração de uma agenda coletiva de pesquisa.

VI ENANPARQ | RELATO DA MESA TEMÁTICA 33

Data: 04/03/2021, 9:00h – 11:00h.
Mediação: Patrícia Gomes (FAU UnB) | Relatoria: Joára Cronemberger (FAU UnB) | Apoio: Isabele Oliveira e Heloísa Goulart (FAU UnB).

A Mesa Temática 33 foi realizada na hora prevista, com a presença de entre 14 a 18 participantes. A dinâmica da mesa seguiu, como previsto: introdução e instruções (10´), visualização do vídeo (40´), divisão dos participantes em 4 subgrupos para discussão da questão-chave (20´), seguida de retorno à sala comum para debate e fechamento (50´). A Figura 1 mostra os participantes e divisão dos grupos.

1. ARTIGOS

- **Territórios em disputa: comunidades quilombola e vazanteira no norte de Minas/MG e os desafios quanto à perpetuação dos saberes tradicionais** (Autores: Brenda Melo Bernardes, Amaro Sérgio Marques, Ingrid Moura Oliveira e Sá)
- **O planejamento de jardins zoológicos contemporâneos: elementos e efeitos espaciais** (Autores: Samantha Medeiros Balleste, Natalia Naoumova)
- **Corpo da cidade: Recife na natureza versus natureza no Recife** (Autores: Patricia Ataíde Solon de Oliveira, Roberto Montezuma Carneiro da Cunha, José Evandro de Moura Rosa Henriques)
- **Ambiência e território em projetos emergenciais: os casos de Mariana e Brumadinho** (Autores: Bruno Massara Rocha, Leonardo Valbão Venancio)
- **Direito à cidade e ocupação em áreas de risco geológico na RMBS: tecnologia e omissão estatal** (Autores: Lenimar Gonçalves Rios, Monica Antonia Viana)
- **Usuário Inteligente** (Autores: Mariana Marchesi Senna, Jarryer Martino)
- **Proposta de "trama cabocla" para cidades amazônicas: resposta a desigualdades históricas e a mudanças climáticas** (Autores: Ana Claudia Duarte Cardoso, Elis Tayná Brazil, Cristina Cardoso)

2. RESUMOS DAS DISCUSSÕES LEVADAS A CABO NOS SUBGRUPOS

Sala 1 - Os trabalhos falam da correlação do meio natural com o território, como que essas questões precisam ser articuladas e a demanda de um olhar mais direcionado para a microescala. Os artigos apresentados, de modo geral, relacionam a importância de se pensar em práticas socioambientais — o que envolve maior sensibilidade para minimizar impactos sobre o meio, a valorização de práticas de subsistência e cotidiano de comunidades que se relacionam de maneira mais equilibrada com seus territórios, na utilização de tecnologias como agentes articuladores e que, minimizam, de certo modo, esses impactos no ambiente, além de auxiliarem na sua reconstrução, já que muitas vezes possibilitam trabalhar em diversas interfaces de modo simultâneo, de se pensar nas demandas contemporâneas de aproximação dos usuários com os arquitetos ou outros profissionais envolvidos nesse meio, o que constitui um grande desafio. Tendo em vista que no contexto contemporâneo cada vez mais presenciamos interesses de dominação e exploração de áreas.

Sala 2 - É urgente uma integração entre as áreas de conhecimento, e uma correlação entre, de forma mais ampla, ciência, infraestrutura e recursos. É necessário um olhar mais generoso com ambientes fora do contexto eminentemente urbano (cidade). Refletir sobre a arquitetura como um processo cultural, com ações específicas e dedicadas ao local de inserção. Atuação da arquitetura inspirada em pensamentos e reflexões globais, mas atrelada a ações e práticas locais.

Sala 3 - ontem fez um ano que foram mortas 45 pessoas em Santos, São Vicente e Guarujá, vítimas das chuvas. A questão de fundo é que não é por falta de conhecimento, temos dados de registro da aptidão do solo, que as tragédias ambientais ocorrem. A dificuldade de sair do papel. A pobreza como geradora da degradação ambiental - a urbanização a baixos salários. Não é por falta de lei é a dificuldade de tirar do papel - a pobreza estruturante. Não dá para separar o problema urbano do planejamento ambiental. É a questão fundiária, estúpido! Tem que haver a articulação entre a política ambiental e urbana.

Sala 4 - O conhecimento técnico produzido pelas pesquisas é extraordinário, mas a ação prática ainda não se apropriou dele por causa da mediação política e dos interesses de mercado. Há duas dimensões que não conversam, há poucas experiências de administração que tenham procuraram estabelecer o diálogo entre prática e propostas técnicas, e esta defasagem só é superada quando gestores comprometidos com questões sociais são eleitos (ligados à esquerda). A reconexão com as bordas da cidade (comunidades periurbanas) e com a natureza, dentro e fora das cidades, poderá reposicionar o debate, pois nesta articulação existem possibilidades de encaminhamento para a crise

social e ambiental contemporâneas. Além disso, tem havido muita negligência sobre este tema nas últimas décadas por conta da invisibilidade política e econômica desses grupos periféricos e periurbanos para os interesses de mercado. A pesquisa aponta que a solução está nas periferias! Ali está a forma radicalmente resiliente de viver.

3. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DO GRUPO

A política urbana deve ler o meio — e essa leitura tem que ser biocêntrica e não antropocêntrica. Ainda há lacunas na leitura e no planejamento territorial, faltando assim mais sensibilidade em relação às especificidades dos diferentes meios. O problema não é falta de conhecimentos, e sim a possibilidade de chegar a quem tem o poder de agir. Urge uma maior integração entre as diferentes áreas de conhecimento, a correlação de forma ampla entre a ciência, a infraestrutura e os recursos existentes. Observa-se que a ciência encontra limitações para tornar-se ação — isso ficou demonstrado pelos participantes nos relatos das fragilidades encontradas nas atividades de extensão nas universidades. Fica evidenciada a necessidade de lutar para fazer uma extensão que aglutine os diferentes saberes e frentes de ação, sem excluir o Estado e as políticas públicas. O "nó da terra" é o ponto sensível — é preciso lutar pela inclusão nas políticas de estado, entretanto, fora dele, abre-se um universo da pesquisa-ação. Concordamos que fazer extensão é um grande desafio, sobretudo com tão poucos recursos financeiros — mas fundamental, uma vez que frequentemente aprendemos mais que transmitimos conhecimentos, e que ensina algo de humildade ao Arquiteto. Os trabalhos apresentados permitem a compreensão da dimensão ampliada do território. Tratou-se, portanto, de uma mesa que discutiu arquitetura, mas com dimensão sócio territorial, onde coube uma crítica sobre a arquitetura que tem sido feita até o momento. Considerou-se importante tensionar os órgãos representativos de classe quanto a uma visão mais pluralista da arquitetura e a implicação com seu meio. Sugere-se, por fim, aproveitar a oportunidade desse evento para tensionar o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) no sentido de promover um debate ampliado sobre a ação da Arquitetura e Urbanismo, que deve incluir não apenas o urbano, como também aqueles espaços e territórios fora das cidades, incorporando as comunidades rurais e tradicionais. Adicionalmente, comentamos que a dinâmica prevista para o evento funcionou melhor do que o esperado, bem como a plataforma de comunicação. A organização e o evento foram amplamente elogiados pelos participantes.

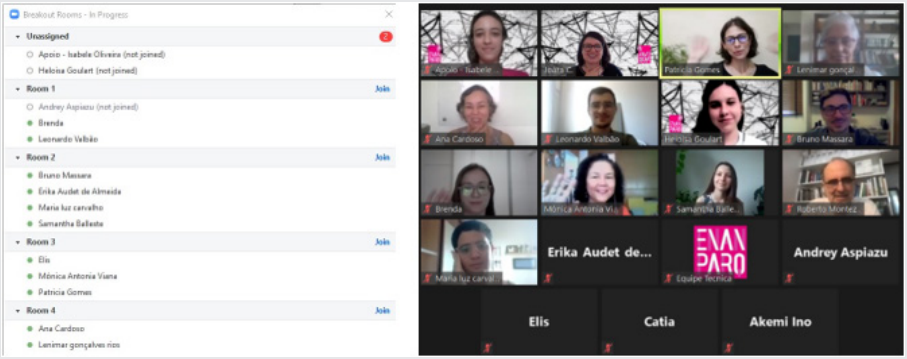


Figura 1 - Divisão dos subgrupos e participantes da MT33.
Fonte: prints da reunião, 2021.

"COMO PESQUISAS, PROCESSOS E PRÁTICAS APRESENTADOS POSSIBILITAM REPENSAR A ARQUITETURA E O URBANISMO CONTEMPORÂNEOS?" MESA TEMÁTICA 34 (MT 34)

04/03/2021 - 09h às 11h

Ponderou-se que a infraestrutura e o aspecto regional de equipamentos de serviços urbanos devem ser considerados no processo de formação dos arquitetos e urbanistas e nos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Destacada ênfase na infraestrutura como reflexo de modos de vida, inclusive de fundamentação estética. Menções teóricas à Felicity Scott - estuda modernismo e heterotopia — e Eyal Weizman - urbanismo detectável.

Em complemento ao debate, foi apresentada a relevância de pensar a respeito de programas arquitetônicos voltados para as vulnerabilidades: refugiados, população acomodada em territórios vulneráveis. E assim, proporcionar oportunidade de convívio, redes de apoio e profissionalização.

De outro lado, restou demonstrado que o trabalho do metrô tem três frentes: o papel do desenho na interpretação da arquitetura, metodologia de análise como método de ensino e de pesquisa para estudo de estruturas complexas, como o metrô e os aeroportos. Já na cidade e no hospital, há uma relação da geografia, arquitetura e urbanismo que pode promover ou acelerar as mudanças na cidade

Ainda foi considerado que em um país como o Brasil, carente de infraestrutura, o projeto de uma infraestrutura específica, como a Torre D'Água, merece ser pensado como tema de pesquisa. Muitas vezes tais infraestruturas são projetadas de modo exclusivamente técnico, sob o aspecto da demanda para consumo, sem um raciocínio formal ou de consideração com entorno.

RELATO MESA TEMÁTICA 35: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA: ESTUDOS DE CASO

Mediadora:
Relatora:
Flaviana Barreto Lira (PPG-FAU/UnB)

Os trabalhos da Mesa temática 35 revelam grande diversidade temática, ainda que todos tenham com eixo estruturador o método histórico. Os títulos e seus autores são os seguintes:

1. Contestação de contextos: espaço e espectador nas obras cidade dormitório e paracaidista Av. Revolución 1608 bis. Ana Isabel Oliveira Ferreira; Fábio Lopes de Souza Santos
2. Rubinéia (SP) e Rio Paraná: uma perspectiva histórica sobre a relação entre cidades e rios. Vitor Mendes Stafusa; Norma Regina Truppel Constantino; Nilson Ghirardello
3. As cidades de porte médio no Brasil autoritário: interlocuções entre o BIRD e o governo brasileiro (1976-1986). Orlando Vinicius Rangel Nunes; Ana Carolina Azevedo de Souza
4. O Impacto das Estradas de Ferro e das Comissões de Saneamento na Baixada Fluminense: Desenvolvimento Econômico e Degradação Ambiental. Laís dos Santos Ferrari; Eric Cardoso dos Santos; Mariana Esteves de Souza Maciel
5. Planejamento urbano e lazer no Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande, anos 1970. Carlos Alberto de Lima Neto; Ruth Maria da Costa Ataíde
6. Instrumentos urbanísticos e projeto civilizador da nova capital. Thalita Fonseca
7. Contribuições para a história urbana: da formação da cidade de Passo Fundo ao plano de 1953. Pedro Henrique Carretta Diniz; Caliane Christie Oliveira de Almeida
8. Pelas veredas da história do paisagismo. Tania Knapp da Silva
9. Da várzea à avenida Pacaembu: sentidos políticos da negligência pública na prática urbanística em São Paulo (1923-1942). Renata Monteiro Siqueira

O papel dos rios e ferrovias perpassou muitos trabalhos apresentados durante esta mesa temática. Outra discussão levantada foi a da arte urbana como reflexo do contexto politico, social e econômico do momento e como instrumento político e politizado para se prestar a interesses políticos. Por outro lado, tivemos trabalhos que enveredaram por discussões distintas, em especial dois deles: o primeiro que trata da arte na história da cidade e o penúltimo que discute o paisagismo enquanto campo disciplinar autônomo.

Um aspecto comum a todos eles foi a diversidade de fontes utilizadas, tais como cartografias, revistas, obras de arte, demonstrando a centralidade das fontes primárias na pesquisa histórica.

Questões contemporâneas da cidade colocaram em pauta fatos do passado sob nova luz. Por exemplo, Bourdieu ajuda a olhar o processo de urbanização do Rio no início do século XX como uma nova colonização, buscando imprimir um modo de vida europeu. O paisagismo moderno que surgiu no século XIX para o XX também buscou, através dos projetos de parques, impor um modo de vida burguês e pequeno burguês para as massas, especialmente na Europa. De modo semelhante, a inundação de uma cidade como Rubinéia, sob a imposição desenvolvimentista da ditadura. São Paulo é uma cidade que se marca pela ruptura, pelas mudanças. Por outro lado, os temas se repetem. Nesse sentido, ficou claro que muitos trabalhos têm como ponto em comum a necessidade de iluminar aquilo que seguimos reproduzindo no fazer do campo da arquitetura e do urbanismo.

Outros temas também debatidos foram:

1. Dificuldade em retomar o pensamento sobre a cidade em meio a um mundo, e logicamente uma sociedade, altamente polarizada, em que prevalece a dinâmica do indivíduo e não dos indivíduos;

2. Não lugar x lugares sobrecarregados de significados

3. Reflexo de uma sociedade fragmentada em que uma elite, movida pelos interesses de mercado, dita as regras da cidade, a materialização econômica do espaço urbano e suas riquezas — "Território como mercadoria"

4. Imposição de uma lógica e de uma realidade a toda e qualquer comunidade, como se fosse uma fórmula. Imposição pelo higienismo empregado na escola do RJ

A história dever servir para problematizar e não achar soluções para o presente. As pesquisas de história servem para desnaturalizar o olhar. Precisamos, assim, estar atentos ao risco do anacronismo na pesquisa histórica quando se olha do presente para o passado buscando resposta a questões atuais. Nesse sentido, a mesa entendeu pertinente levantar o questionamento se a pergunta proposta pelo evento não poderia levar ao anacronismo.

RELATÓRIO MT-36

Elane Ribeiro Peixoto – Relatora
Paula Santoro – Mediadora

Projeto, políticas e práticas: segregação racial, questões raciais, de gênero e outras interseccionalidades

Foram apresentados 10 trabalhos na seguinte ordem:

Rio das Pedras e sua segregação espacial: cenários do passado, presente e para um futuro.

1. Rio das Pedras e sua segregação espacial: cenários do passado, presente e para um futuro.

Autores: Ana Beatriz Jardim Alves, José Roberto de Oliveira, Lilia Silva Costa

Resumo:

Rio das Pedras é a segunda maior favela da cidade do Rio de Janeiro e vivencia lógicas semelhantes às das grandes cidades como expansão acelerada e verticalização, demandas habitacionais e urbanas e um grande crescimento comercial. No presente trabalho busca-se tratar de três cenários temporais, o passado, contemplando seu processo de ocupação e expansão; o presente, analisando aspectos da morfologia local, particulares das subáreas e questões pertinentes a renda dos moradores da favela; e o cenário futuro, visualizando possíveis perspectivas de projeto que contemple as observações transmitidas pelo momento atual e no processo de formação. Almeja-se com isso entender quais foram os descasos e problemáticas em relação às políticas públicas, qual panorama é possível traçar da área em relação à forma urbana e aos entendimentos dos moradores. Ao delinear uma observação aproximada, objetiva-se pautar o debate no entendimento que a favela possui alternâncias internas que devem ser aferidas. Nesse cenário a complexidade dessas áreas deve ser considerada ao propor determinadas estratégias, entende que deve-se tratá-las por sua diferenciação, entendendo a importância do traçado rizomático existente como um bem das favelas cariocas (Hersen, 2019).

PALAVRAS-CHAVE: favelas cariocas. políticas públicas. morfologia urbana. urbanização. renda.

2. Territorialidade Queer: Uma formulação teórica aplicada ao centro de Goiânia

Autores: Áureo Rosa Silva

Resumo

A cidade contemporânea é objeto constante de estudos e reflexões interdisciplinares no ambiente acadêmico e informal no que diz respeito ao fenômeno da decadência dos centros urbanos. Goiânia viu ascender esse processo de forma rápida e devastadora, por se tratar de uma cidade planejada e nova em relação à outras capitais, seu centro entrou em decadência rapidamente, principalmente no período noturno. Os pontos de resistência alavancam um resquício de movimento na região através dos "usos clandestinos", nos quais destacam-se locais em que é identificável uma possível lógica de gênero em suas ocupações. O foco das seções seguintes se concentram na formulação teórica do termo-título: Territorialidade Queer, relatando seus aspectos fundamentais para a compreensão do que hoje apresenta características de uma ocupação territorial no centro de Goiânia, através de um olhar sensível à questão de gênero. PALAVRAS-CHAVE: queer. territorialidade. território. centro urbano. Goiânia.

3. Memórias migrantes, exclusão e pertencimento – diálogo sobre os processos de elaboração de memórias coletivas e das migrações

Autores: Suzete Almeida Bessa

Resumo:

Este artigo propõe um diálogo sobre os processos de elaboração de memórias coletivas e das migrações, com interesse em manifestar meandros que nos permitam compreender melhor a complexidade de seus processos em um contexto político contemporâneo, e verificar as possíveis características de um cenário tão diversificado em termos dos perfis e trajetórias migrantes e do controle crescente dos deslocamentos. Neste artigo serão abordadas problemáticas consideradas fundamentais para os estudos da memória como: lugares e sítios e as disputas entre memórias oficiais e não oficiais. Não obstante, a estrutura que permite o diálogo entre memórias e migrações, também permite analisar dinâmicas como as memórias sem lugar, o não lugar da memória das migrações, a interpelação dos imaginários de exclusão e os limites do pertencimento, seu caráter conflitivo e igualmente suas potencialidades, afim de que cada vez menos

o tema permaneça no desconhecimento e avance na consideração das vivências e da própria voz das pessoas migrantes.

PALAVRAS-CHAVE: memória. migração. memórias coletivas. exclusão e pertencimento.

4. Marcas urbanas das Mulheres residentes em conjuntos Habitacionais de Interesse social na cidade de Maceió-Al

Autores: Beatriz Palmeira Melo Simões, Verônica Robalinho Cavalcanti, Geraldo Majela Gaudêncio Faria

Resumo

Este artigo objetiva compartilhar parte dos resultados da dissertação que buscou observar e nomear tanto as marcas urbanas impressas pelos corpos femininos da resistência nos espaços livres públicos, quanto as Marcas Urbanas nos corpos femininos da resistência provocadas pelas vivências dos espaços livres públicos de Maceió/AL. Para tanto, apoiamo-nos em um projeto metodológico-político-ético que lançou mão da abordagem qualitativa, de viés feminista (em termos de produção de conhecimento) e de inspiração cartográfica, que contribuiu com um posicionamento responsável e crítico comprometido com as realidades encontradas. Esse encontro foi estabelecido com a aplicação do Método de Observação das Marcas Urbanas (MOMU) desenvolvido pelos autores deste, para se aproximar das vivências urbanas das mulheres pobres da capital alagoana. Aqui, discutiremos os dados colhidos por uma das seis etapas do MOMU, a dos Mapas Perceptivos. Esses foram produzidos por Zezé, Eliane e Valéria, mulheres da resistência residentes nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes em Maceió. Esperamos, com o material desenvolvido, contribuir na ampliação das vozes historicamente silenciadas nestes espaços de produção de conhecimento acadêmico para, com isto, estimular o debate das questões apresentadas ainda hoje incipiente. PALAVRAS-CHAVE: corpo feminino da resistência. modos de apropriação. espaços livres públicos. marcas urbanas

5. Arquitetura de fronteir[a]: mulheres entre Brasil/Venezuela

Autores: Julia Silva Coutinho, Ricardo Trevisan

Resumo

Ao compreender limiariade como uma zona fronteiriça — nebulosa em sua composição, imprecisa em sua definição —, trazemos à baila um caso específico: a fronteira entre Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Pauta internacional no contexto atual, seja no mundo seja no Brasil, tal tema traz consigo políticas anti-imigracionistas. Hiperconectados na nuvem, excludentes nas ações, políticos e sociedade antagonizam posturas e transformam tais zonas em campos de disputas. No contexto brasileiro, isto ocorre há alguns anos na fronteira roraimense, onde um número cada vez maior de venezuelanos busca refúgio para uma das piores crises migratórias sul-americanas do mundo moderno. Com isso, a cidade de Pacaraima sente as consequências diretas da situação no país vizinho e luta contra uma sobrecarga de sua infraestrutura. Particularmente, as mulheres e crianças são as que mais sofrem com a situação de vulnerabilidade. Mas como utilizar a Arquitetura para reverter tais cenários? O presente artigo vem, a partir de investigação in loco e em fontes referênciais específicas, apresentar dados sobre fronteiras secas, como a presente entre Brasil e Venezuela, e a condição de mulheres neste contexto. A partir deste retrato, chegaremos a indicativos de abordagens arquitetônicas, como diretrizes a melhor apreensão e proposição nesta limiaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Fronteira. Imigrantes. Apoio. Mulheres. Feminismo. Vulnerabilidade.

6. A crise da cidade e a subversão LGBT+ no carnaval de rua de Belo Horizonte

Autores: Carolina Rodrigues Chaves Nogueira, Raquel Garcia Gonçalves

Resumo

O modo de produção capitalista que configura a cidade contemporânea conforma não apenas as políticas públicas, mas também as formas de vivência do espaço urbano, a partir da lógica da produtividade. Desdobram-se dois pontos, nesse contexto, importantes na perpetuação da crise da cidade, conceituada a partir de Lefebvre: a segregação de espaços e pessoas, e a relegação dos usos ligados ao ócio e ao prazer a segundo plano. O artigo discute, assim, a festa de Carnaval de Rua de Belo Horizonte/MG enquanto possível elemento transformador nas formas de uso e apropriação dos espaços públicos

urbanos pela comunidade LGBT+, tomando-se como base as relações de poder relacionadas à cultura heteronormativa como impositora de padrões normativos, refletidos nas relações sociais e na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: cidade. festa. espaço público. poder. heteronormatividade.

7. Gênero e políticas da mobilidade a pé: enfoques para o planejamento urbano

Autores: Nathalie Prado

Resumo

A mobilidade a pé, forma de deslocamento mais democrática e antiga, também é a que mais expõe caminhantes às condições dos espaços públicos. Através da lente do gênero, a reflexão sobre como as desigualdades atribuídas entre homens e mulheres, transferidas para a produção do espaço urbano — especialmente nas relações entre público e privado —, evidencia diversos eixos de opressão que atravessam os deslocamentos de mulheres em suas vivências cotidianas. A invisibilização de mulheres dentro do planejamento também ocultou características comuns em seus movimentos — que são resultado da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. Assim, os deslocamentos a pé encontram barreiras que são mais sentidas e vivenciadas por mulheres. Por isso, a mobilidade a pé de mulheres se apresenta como um elemento essencial para compreender de que modo — e com que urgência — deve-se repensar caminhos para políticas e produção de um espaço urbano mais justo.

PALAVRAS-CHAVE: mobilidade a pé. gênero. planejamento urbano. espaço urbano

8. A liberdade pelos passos do Bumba-meu-boi: Análise do direito à cidade no primeiro quilombo urbano de S. Luiz

Autores: Larissa Bianca Anchieta, Alex Oliveira de Souza

Resumo:

O presente estudo é uma análise acerca das relações entre a busca pelo direito à cidade, a construção de novas perspectivas democráticas para o espaço urbano no bairro maranhense Liberdade, localizado na capital São Luís, através das manifestações culturais com destaque para o Bumba-Meu-Boi. O bairro completa 102 anos em 2020 e localiza-se na área correspondente ao primeiro quilombo urbano do Maranhão, carregando um grande valor histórico, social e cultural para São Luís. A metodologia adotada buscou

estabelecer um dialogo entre direito à cidade, urbanismo e cultura a partir da percepção do bairro relatada por moradores/brincantes dos grupos Boi de Seu Apôlonio da Floresta e Boi da Fé em Deus para compreender a realidade e os impactos das manifestações culturais no bairro e em suas adjacencias, foi possível reconhecer a conectividade entre os temas e as possibilidades de se estruturar uma nova governança da cidade nos bairros populares. Tal resultado se torna ainda mais relevante, uma vez que, o Bumba-Meu-Boi revela-se como aspecto fundamental do fortalecimento da identidade cultural do bairro e do Maranhão, servindo como instrumento de resistência diante da marginalização das periférias ludovicenses e por um urbanismo que possa dar respostas efetivas para melhorar a vida das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: urbanismo. cultura. bumba-meu-boi

9. Os corpos LGBTI+ nos territórios segregados do Rio de Janeiro

Autores: Cris Lacerda de Souza

Resumo

O presente artigo analisa a relação dos corpos LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) com os temas do planejamento e política urbana, considerando as questões de direitos humanos e direitos LGBTI+, reconhecendo a importância das intersecções entre as produções acadêmicas sobre moradia, cidadania e desigualdades étnico-raciais e de gênero.

10. Pelo direto à cidade da juventude negra periférica

Autores: Daniel Victor Gouveia Lage, Daniela Abritta Cota

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre novas práticas de planejamento urbano, a partir da percepção de jovens negros da periferia de São João del Rei, MG. Por meio da aplicação de entrevistas e questionários focados na análise da percepção que esses jovens negros têm com relação à cidade, busca-se evidenciar que a vivência urbana e a forma de apropriação do espaço público é bastante restrita e, na maioria das vezes, violenta, tanto nos bairros periféricos onde moram, quanto nas áreas centrais da cidade. Contudo, apesar das dificuldades em que se encontra, a juventude negra periférica ainda resiste por meio de manifestações sociais, culturais, artísticas e também políticas, vinculadas principalmente com o Movimento Hip Hop. Por essa razão, é necessário um novo tipo de

planejamento (MIRAFTAB, 2016), onde essas práticas cidadãs também sejam reconhecidas e seus agentes tenham espaço para exercê-las, pois apenas elas têm o potencial para efetivar o "direito à cidade" (LEFEBVRE, 2001) para esses indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: vivência urbana. juventude negra periférica. direito à cidade. planejamento insurgente.

Discussões Registradas

Foram formados 3 grupos com os apresentadores do trabalho, na seguinte composição.

Grupo 1
Cris Lacerda, Daniel Lage, Erica Assunção, Maria Luz e Nathalie

O grupo expressou a constatação e preocupação com o despreparo de arquitetos e urbanistas para o exercício profissional considerando a diversidade das pessoas que compõe o todo social. A arquitetura e urbanismo ainda não incorporaram em seus métodos e debates teóricos e epistemológicos relativos ao gênero e raça, sendo as mulheres e a população LGBT+ desconsiderados em seus direitos. O planejamento urbano deve investir esforços em pensar e propor metodologias para incorporar as demandas e desejos desses grupos. São necessárias metodologias qualitativas, coparticipação para vislumbrar mudança de perspectiva. São os grupos e os sujeitos que traçam caminhos para potencializar os usos dos espaços — o papel do arquiteto deve ser o de tradutor de demandas e práticas de grupos e de suas vivências. Somente esses grupos teriam a força de desestabilizar os atores do planejamento hegemônico, realizado por sujeitos heteronormativos e brancos. Portanto, re

Grupo 2
Ana Beatriz Jardim, Beatriz Palmeira, Larissa Anchieta e Suzete Bessa

Formação acadêmica dos jovens arquitetos e urbanistas deve enfatizar a representatividade dos diferentes grupos sociais para a prática profissional. A visão instigada, no âmbito da formação, não aborda a interseccionalidade desses grupos. Nesse sentido a cultura auxilia na abordagem dessa visão, rompendo barreiras e concepções cristalizadas. A integração do ensino, ensino, pesquisa e extensão, atualmente separados, pode ser outra força a propiciar interações para a construção de conhecimentos mais amplos e inclusivos — a integração dessas três instâncias seria imprescindível para a melhor a formação do estudante de arquitetura.

Grupo 3
Matheus Barbosa e Carolina Nogueira

Antes de tudo, é preciso reconhecer que as formas de exclusão são, em geral, estruturais. É necessário falar sobre as várias formas de exclusão, pois essas falas expõe as dificuldades e se tornam audíveis/ visíveis. A experiência urbana por grupos não hegemônicos com ações em movimentos sociais, em expressões culturais colaboram para a superação dos limites estritos da disciplina arquitetura e urbanismo. O falar sobre as diversas exclusões, envolvendo debates amplos, por meio de movimentos socais, pesquisas, cultura colaboram para a construção de uma cidade mais inclusiva.

Para futuras reflexões

A mediadora Paula Santoro deixou para o grupo algumas questões sobre os trabalhos apresentados:

1. Os trabalhos apresentados convergem para o debate de espaços performáticos de ordem transitórios e de espaço constituídos como guetos. Como problematizar esses polos?
2. Há espaços seguros? Com essa pergunta propõe uma relatividade para os substantivos seguro/inseguro, quando se fala sobre a cidade, a depender dos sujeitos e dos grupos que os praticam.
3. Faz-se um convite para pensar o corpo como um território
4. Os desafios para enfrentar os problemas de exclusão urbana: pensar as metodologias de pesquisas e suas pertinências — quando e porque uma pesquisa requer dados qualitativos e/ou quantitativos.
5. Observou-se a necessidade de recorre a autores que falam de nossas condições específicas, em processo de descolonização das referências teóricas.
6. Por fim, conclui-se que pensar a construção de um conhecimento interseccional é pensar novas epstemologias.

A MESA TEMÁTICA 37 (MT 37) – PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: ENSINO ACONTECEU DE FORMA VIRTUAL NO DIA 04/03 E TEVE COMO COORDENADORA A PROFA DRA CÉLIA HELENA CASTRO GONSALES E COMO RELATORA A PROFA DRA ANA MARIA REIS DE GOES MONTEIRO.

A MT 37 era composta por dez trabalhos, a saber:

- Desvio ao vazio: experimentações gráficas no ensino de teoria e história contemporânea do urbanismo - Laura Fonseca de Castro

- Sobre repertório e outras controvérsias - Flavio de Lemos Carsalade; Maria Lucia Malard

- Uma trajetória: arquitetura e urbanismo, Universidade Santa Úrsula - Hermano Braga Viriato de Freitas Filho

- A dimensão pedagógica, social e política da extensão universitária na formação do arquiteto e urbanista - Flávia Tadim Massimetti; Ana Maria de Carvalho Nunes Ferreira Haddad; Bárbara Caetano Damasceno

- O desenho no processo projetivo arquitetônico: analógico e digital - Francisco Ferreira Peppe; Simone Helena Tanoue Vizioli

- Laboratório de projetos da FAUeD/UFU: três projetos, algumas perspectivas - Juliano Cecilio Oliveira; Rossana Lima; Adoniran Tristão

- Ensaio sobre o projeto arquitetônico contemporâneo: rupturas e continuidades de um projeto moderno - Henrique Amorim Soares

- Parque Pinheirinho d'Água: um processo de formação das pessoas - Catharina Pinheiro C S Lima; Ana Beatriz Paro Giovani; Paula Martins Vicente

- Universidade, governo e comunidades locais no desenvolvimento de projetos sociais - experiências na implantação de um Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Católica de Brasília - Valéria Andrade Bertolini; Tatiana Mamede Salum Chaer

- Pedagogia sócio-espacial: experiências com interfaces para mobilização continuada de grupo sócio-espacial - Alice Werner

Em um primeiro momento foi exibido um vídeo com os autores dos artigos apresentando seus respectivos trabalhos. Eles traziam reflexões, dentre outros pontos, acerca:

- das premissas, da análise e dos resultados de um exercício prático desenvolvido em uma disciplina de teoria e história contemporânea do urbanismo cujas docentes eram uma arquiteta e urbanista e a outra, psicanalista;

- de distintas perspectivas teóricas e conceituais no ensino e na pesquisa de arquitetura e urbanismo trazendo a transcrição de um diálogo entre dois docentes seniores;

- da apresentação dos resultados obtidos pelos estudantes a partir da implantação de um novo Projeto Pedagógico em um curso de Arquitetura e Urbanismo em uma Instituição privada;

- do questionamento do papel pedagógico da extensão universitária na formação de arquitetos e urbanistas;

- das potencialidades e desafios do processo híbrido de representação gráfica analógico e digital, relativas aos desenhos de observação e ações criativas dos projetos arquitetônicos;

- da discussão teórica acerca do papel da prática do projeto de arquitetura como meio de ensino, através da ação de laboratórios de projeto em universidades públicas brasileiras;

- da reflexão sobre o projeto de um parque público na periferia da cidade de São Paulo como um processo coletivo e colaborativo envolvendo escolas e universidade públicas, comunidades e governo municipal

Após a apresentação do vídeo os autores voltaram à sala principal e foi proposta a subdivisão dos participantes em 5 grupos para que, a partir de uma questão geradora — Como pesquisas, processos e práticas apresentadas possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos? — trouxessem contribuições ao grupo inicial.

Ao novamente todos se reunirem vimos os grupos se manifestarem e foram apontadas, dentre outras, as seguintes questões:

- a premência de reestruturação dos currículos e de mais experimentações nos cursos. Os artigos apresentados questionam as ferramentas utilizadas no ensino — digital e/ou analógica — e evidenciam a necessidade de questionamento das abordagens aplicadas ao território das cidades contemporâneas;

- a relevância do papel da extensão universitária, especialmente pelo papel que a Universidade, ao se incorporar no cotidiano das pessoas, pode desempenhar;

- a necessidade de formação de arquitetos e urbanistas de forma mais interdisciplinar e de maneira a se ter um profissional mais participativo e colaborativo.

De forma geral pode-se dizer que ficou evidente a importância da extensão universitária, de como a relação dos estudantes com atividades além da sala de aula/ateliê refletem positivamente dentro dela.

RELATO: MT 38 - PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: METODOLOGIA E PRÁTICA

Relator: Leonardo Marques de Mesentier

Os trabalhos envolveram tanto questões relativas ao urbanismo e cidade que refletiam sobre a interação entre arquitetos e usuários no processo do projeto, quanto questões ao croqui e ao desenho a mão livre como instrumento de elaboração do projeto, mas também como elemento de diálogo com os demais atores envolvidos, sejam usuários, sejam estudantes no processo de ensino-aprendizagem, seja com os demais profissionais na execução da obra.

Frente a questão-chave a ser discutida pelos grupos - COMO PESQUISAS, PROCESSOS E PRÁTICAS APRESENTADOS POSSIBILITAM REPENSAR A ARQUITETURA E O URBANISMO CONTEMPORÂNEOS? — o grupo apresentou a seguinte reflexão:

Os trabalhos apresentados contribuem para repensar o urbanismo contemporâneo ao buscar nas metodologias a aproximação entre ensino - pesquisa - extensão, explorando o olhar para o outro, olhar para fora do campo da arquitetura; em oposição ao olhar para si, olhar para dentro. Essa perspectiva requer a elaboração de métodos de acordo com os objetivos e o objeto de estudo. Dentro dos trabalhos apresentados, vários métodos que buscam escutar, participação nos processos de ação / intervenção, olhar mais próximo ao outro.

Essa perspectiva não implica de nenhum modo em abrir mão do projeto como instrumento de construção de um novo ambiente e indutor de novas práticas sociais, mas ao contrario, pressupõe a construção de um nexo operativo entre a teleologia do projeto e a participação social.

Nessa perspectiva, nos trabalhos apresentados podem-se encontrar elementos para uma proposta de uma volta ao mais elementar do trabalho em arquitetura e urbanismo: seja o desenho a mão, seja a pesquisa de campo empírica, seja na mobilização de processos participativos de diagnostico e concepção.

De formas distintas, os trabalhos ajudam a refletir nos processos de projeto, como intervenção no espaço existente, no sentido de abrir a discussão para outros atores ligados direta ou indiretamente ao projeto-ação que se objetiva atingir. Esse processo de projeto baseia-se em estratégias que devem buscar escapar da forma linear de pensar, sejam os métodos utilizados para a formulação de programas e propostas, sejam ou as ferramentas de trabalho, como os croquis.

Nessa perspectiva o croqui deve ser pensado como processo aberto e cíclico, não linear. Ele vai agir como uma ferramenta aberta capaz de absorver outras ideias ou interferências, especialmente de usuários e daqueles que serão responsáveis pela materialização do projeto, por meio da execução da construção. Coloca-se portanto a questão da importância do croqui para compreensão do espaço/projeto e até resoluções de problemas rápidos na obra.

Essas estratégias e metodologias de projeto devem atuar em contraposição ao que Vilém Flusser chama de "caixa preta" (a nossa atuação como "apertadores de botões" em softwares e máquinas com funções pré-configuradas), tornar a caixa mais "transparente" (conforme Elvan Silva); ou seja, tornar mais transparente a forma como procedemos e atuamos, como arquitetos-urbanistas, para usuários, estudantes e demais profissionais envolvidos na execução do projeto.

Repensar e expandir a formação de arquitetos e urbanistas, partindo de processos intersetoriais e multidisciplinares. Refletir como podemos aplicar processos e práticas que relacionam pesquisa, extensão e prática, à cidade, a comunidade. A importância de interferir no existente, humanizar e expandir processos pedagógicos e de formação de arquitetos e urbanistas para que possamos ir além dos "muros" da tradicionalidade.

Nessa perspectiva se colocam questões: Como proceder no processo de projeto? Onde buscar os temas e quais ferramentas? E especificamente nesse momento: Como unir pesquisa e ensino, ter os alunos próximos da vivencia do local, nessa direção, e a pandemia? Experiências que hoje seriam impraticáveis.

MT 40 - PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS: SUSTENTABILIDADE

Mediador: Eugênio Fernandes Queiroga
Relatora: Celina Fernandes Almeida Manso
Apoiadora: Talita Rocha Reis talitareis.unb@gmail.com
Apoiadora: Malu Fari - substituiu Maria Eduarda
Data: 04/03/2021 Hora: 14h -16h
Local: VI ENANPARQ - Universidade de Brasília, Brasília, DF.
Organização: Eventos Finatec

Brasília, 07 de março de 2021.

Relato das atividades desenvolvidas

Eugênio Fernandes Queiroga iniciou os trabalhos com fala de boas-vindas aos participantes presentes, destacando ser uma horam muito grande para ele participar da mesa temática: projeto, políticas e práticas: sustentabilidade, num momento de superação e oportunidades. Parabeniza a todos envolvidos com a realização do evento que, no último ano, não mediram esforços para organizar o VI ENANPARQ realizado de forma presencial por meio remoto, 100% virtual.

Celina Manso se apresenta e esclarece seu papel como relatora das atividades desenvolvidas. Pede colaboração de todos e solicita que digitem no Chat os resultados das discussões feitas nos minigrupos para formulação do relato final da MT-40.

Em seguida Eugenio Fernandes Queiroga fez a leitura dos títulos dos trabalhos e autoriza os autores se manifestarem registrando a presença e identificando a qual instituição pertenciam. Após as apresentações solicitou para as apoiadoras a indicação, no Chat, do link de acesso ao vídeo (You Tube). Convidou e orientou todos os presentes que deveria clicar no link, assistir ao vídeo e, ao final do vídeo (You Tube), retornar a sala maior.

Com temas variados, foram disponibilizados 09 (nove) vídeos previamente gravados pelos autores com as falas de apresentação dos trabalhos. Os Artigos e seus respectivos autores são:

> **Ativismos e espacialidade: ciclismo e agricultura urbana em São Paulo** - *Autor(es): Arnaldo Silveira Machado, Fernanda de Macedo Haddad*

Cooperação urbanística aeroportos—município e pioneirismo na proteção contra o ruído aeroportuário. Uso e ocupação do solo em Curitiba, nas áreas de influência dos aeroportos de Bacacheri e Afonso Pena - *Autor(es): Paulo Sergio Ramos Pinto, Tânia Cristina de Menezes Caldas*

Caminhabilidade em questão: práticas, políticas e cotidiano - *Autor(es): Ana Luiza Cavalcanti Mendonça, Débora de Barros Cavalcanti Fonseca —*

Plano de ação climática de paris: desdobramentos e contribuições para cidades sustentáveis em países periféricos - *Autor(es): "Iago Longue Martins, Teresa Cristina da Silva Rosa*

Configuração urbana e sensação de segurança: um estudo em Campina Grande — PB -*Autor(es): Roberta Meira Gomes*

Espacialidades da várzea amazônica: os casos de Afuá, Mocajuba e Belém - *Autor(es): Ana Claudia Duarte Cardoso, Letícia Ribeiro Vicente, Romário Brito*

A dimensão ribeirinha como referência de projeto de arquitetura para a Amazônia - *Autor(es): Tainá Marçal dos Santos Menezes, Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão*

Cidade caixa-cinza; ou as razões para uma subjetividade cibernética - *Autor(es): Phillipe Cunha Costa*

Reflexão sobre a significação da água no espaço urbano de Macapá--AP - *Autor(es): Camilla Souza Barbosa*

A questão-chave para o debate nos minigrupos foi apresentada assim que todos participantes retornaram a sala maior. Os apoiadores separaram os participantes, automaticamente pelo dispositivo breakout room, em salas menores para iniciar as discussões.

O mediador e a relatora monitoraram o andamento das atividades e aguardaram na sala maior o retorno dos participantes. Depois de receber todos de volta na sala maior, foi solicitado aos representantes dos minigrupos que apresentassem e digitasse no chat o resultado obtido.

Mediador e relatora agradeceram a presença e participação de todos no debate e a colaboração das apoiadoras. Relatora solicitou copia os dados registrados no Chat para formulação do relato final. Mediador encerrou a Mesa Temática -40.

Relato e autores das reflexões

O debate e reflexões na Mesa Temática 40 — Projetos, políticas e práticas; sustentabilidade contou com a participação de **Arnaldo Silveira Machado, Ana Carolina Azevedo, Ana Cláudia Duarte Cardoso, Carina Ickert, Fabiana Carvalho, Fernanda de Macedo Haddad, Iago Longue Martins, Isabella Maricato, Izabel Nascimento, Larissa Casario, Philipe Cunha Costa, Roberta Meira Gomes, Sarah Abreu, Tainá Marçal dos Santos Menezes, Vera Santana Luz.**

Como os trabalhos apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos? Esta questão-chave, disponibilizada no Chat, foi debatida pelos participantes após terem assistido os vídeos com as apresentações dos trabalhos.

A esse eixo Projetos, políticas e práticas; sustentabilidade, "interessa a diversidade de projetos e práticas socioculturais nos territórios urbanos e rurais. Concepções teóricas emergentes, experimentações projetuais, novas formas de urbanismo coletivo, assessorias e assistência técnicas, autogestão e ativismo são assuntos oportunos a serem articulados com abordagens já consolidadas sobre teorias e práticas de projeto (...)."

As contribuições apresentadas na Mesa Temática 40 — foram debatidas a partir dos diferentes trabalhos que explicitaram temas centrais para a perspectiva contemporânea que são irrefutáveis e entrelaçados. Eles trazem quatro eixos para pensar a arquitetura e urbanismo: 1 cidade natureza - a via humana parte da biota - disputa de cosmovisões; 2 relações humanas dos homens comuns com o espaço público capilar; 3 - impactos de grandes infraestruturas na vida comum; 4 - necessidade de perspectiva histórica para compreensão do contemporâneo. (Sala1)

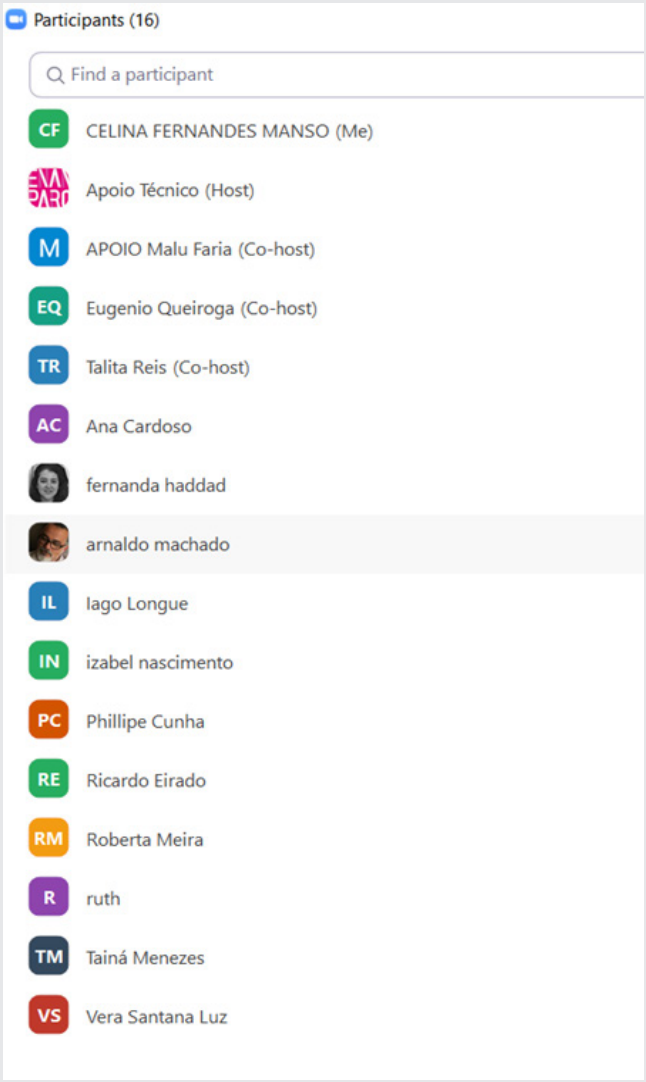
Os trabalhos apresentados permitem afirmar que a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos lidam com novas práxis da cultural urbana. As questões ambientais e de preservação urgentes aliadas à necessidade de reinvenção do espaço público mediante as novas tecnologias e as relações de escala e ordem social contraditórias nos colocam desafios perceptivos, filosóficos e representativos. (Sala 2)

Ressaltam, de maneira comum, a questão da coexistência de diferentes escalas de intervenção na questão urbana, onde a macroescala, entendida como o urbano, o nacional e o internacional, por vezes se sobrepõem às dinâmicas específicas encontradas na microescala: a do edifício, do sujeito e da comunidade. Nesse sentido, os trabalhos apontam para a necessidade de se atentar para a valorização da diversidade, adaptando os movimentos provenientes da macroescala às necessidades, dinâmicas e especificidades da microescala, repensando, então, os processos e práticas de projeto e os modos de se intervir no espaço. (Sala 3)

Este é o relato.

Celina Fernandes Almeida Manso
Relatora Mesa temática - 40

Registro presenças



MT 41 – HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA: INTERFACES INTERDISCIPLINARES 1

Relator:
Lucas Felício Costa

A partir de quais instrumentos narramos histórias? Os oito trabalhos apresentados na Mesa Temática 41, percorrem caminhos diversos. Seja por acervos iconográficos, entrevistas ou projetos de arquitetura e urbanismo, torna-se comum ao debate a investigação de processos metodológicos e de instrumentalizações para leitura e interpretação de tempos remotos e da construção da historiografia enquanto exigência crítica que problematize o tempo presente.

Ao questionar qual o lugar da Arquitetura e do Urbanismo e as possíveis contribuições para a historiografia, os trabalhos apresentados mostraram um comum interesse em reler os documentos históricos e as formas de publicização, sob novas perspectivas e abordagens e que desvelam dimensões imateriais e desestabilizadoras de narrativas canônicas. Os debates foram subsidiados por reflexões de Kenneth Frampton e Walter Benjamin.

Durante o debate, ressoa a reflexão sobre a necessidade de saber fazer perguntas aos acervos consultados, no entendimento e alerta de que os documentos retratam um tempo constituído a partir de filtros já definidos e desenhados no período analisado. A sobrevivência destes no presente momento também revela, tal qual as informações contidas, a salvaguarda como processo de seleção.

Três trabalhos apresentados tinham em comum a análise de exposições temáticas, foi discutido que a construção expográfica parte da relação entre Tema (curadoria), Conteúdo (forma) e o Espaço que abriga e que, portanto, a ideia, a construção de cenários e a seleção dos objetos apresentados dão suporte à discursos historiográficos. O caso da exposição *Latin American Architecture Since 1945* realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) em 1955 por Henry-Russell Hitchcock, reafirma a dimensão do Tema como indutor de discursos políticos hegemônicos com a posição canônica dos Estados Unidos como articuladora de uma crítica cultural subsidiada pela política de boa vizinhança.

Em território nacional, a Exposição Internacional do Centenário da Independência no período de 1922 reafirma a dimensão do cenário expográfico, neste contexto, o desmonte do Morro do Castelo e aterramento da Praia de Santa Luzia. Ao reconstituir

os documentos históricos, os autores narraram sobre a organização da exposição a dinâmica de funcionamento dos pavilhões e, sobretudo, a reconstituição do Espaço que abriga a exposição durante o período de permanência. Apresentou-se um mapa dinâmico com as transformações ocorridas no recém aterramento da Praia de Santa Luzia e as transformações da paisagem do entorno e da vida cotidiana do Rio-Capital Federal durante os 10 meses da exposição.

Já as exposições *L'architecture et les arts qui s'y rattachent* realizada em Paris em 1924 pelo arquiteto Robert Mallet-Stevens e o Salão Revolucionário de 1931 organizada por Lúcio Costa, narra a história de dois professores, respectivamente, da École *Spéciale d'Architecture* e Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, que ao propor uma renovação do debate artístico a partir de Conteúdos não condizentes com a linha de pensamento das escolas, culminaram com as destituições dos respectivos cargos de docente e diretor das escolas de arquitetura.

Nos três casos apresentados, foi debatido na mesa temática que as exposições atuam não apenas como objeto de pesquisa, mas instrumental metodológico para narrar processos históricos. Os documentos analisados, como permanências no presente, anunciam lampejos ao passado e indicam percursos narrativos de processos históricos, políticos, sociais.

Embora distantes no tempo (cronológico) e no espaço (territorial), as investigações sobre a formação de núcleos urbanos colônias da Capitania do Espírito Santo — Vila de Nossa Senhora da Vitória e o trabalho Cidades Novas de Papel cuja pesquisa narra três casos de cidades projetadas mas que não foram executadas, suscitaram discussões sobre a importância do registro documental e os esforços na busca por arquivos que subsidiem narrativas historiográficas. Para o primeiro caso, destacou-se que dado as poucas fontes primárias disponíveis, foi proposto uma renovação epistemológica da noção de documento a partir da diversificação de fontes consultadas.

Já o trabalho sobre as Cidades de Papel abriu-se o debate para pensar a leitura de documentos históricos, notadamente projetos urbanos, que narram sobre a idealização de cidades novas que respondessem à interesse e necessidades específicas registradas no tempo, no espaço e projetada por três arquitetos renomados. Os três casos foram discutidos, e como síntese, trazem em comum a condição de cidades novas imaginadas, projetadas, porém não executadas. As cidades analisadas são: Cidade agroindustrial de Marina, projetada em 1956 por Oscar Niemeyer, a cidade balneária de São Bento da Lagoa, projeto de Maria Elisa Costa e Lúcio Costa em 1975 e portuária do Cidade do Tietê idealizada por Paulo Mendes da Rocha em 1980 para a Comissão de Estudos e Localização da Nova Capital (CELCAP) do Estado de São Paulo.

A compilação destes casos apresentados suscitou o debate sobre a importância da análise destas cidades para o curso da história urbana e foi questionado durante o debate na mesa temática o quanto os documentos de fato traduzem a cidade em suas amplas dimensões e como podemos argui-los, ou traduzi-los, para ampliar as dimensões de cidade através deles.

Outro recurso teórico-metodológico apresentado como instrumento para alçar percursos historiográficos foi a entrevista narrativa enquanto método de investigação e de (re)construção de narrativas. Apesar de difundido entre outros campos do saber, notadamente, na sociologia, antropologia e linguística, na arquitetura ainda são escassos a aplicação de tal recurso. No trabalho apresentado foi proposto uma interpretação da obra de Lina Bo Bardi mediado pelo instrumental metodológico.

A 41º mesa temática do VI ENANPARQ contribuiu para suscitar novas formas de olhar acervos e fontes de pesquisa contribuindo a alçar narrativas distintas dos processos hegemonicamente sedimentados. A inquietação-manifesto da história narrada à contra-pelo, a contribuição ao momento contemporâneo, a partir dos trabalhos, parece ser sobretudo a construção de um instrumental crítico. O debate da mesa temática se encerra com a formulação coletiva da seguinte pergunta: Como a partir do passado que contamos, das narrativas que analisamos, das ruínas e vestígios ou dos imaginários construídos, podemos pensar o campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo hoje?

Ficha Mesa Temática 41

Data: 05 de Março de 2021
Horário de início: 09:05
Horário de Término: 11:10
Mediador
Fábio Lopes de Souza Santos
Relator
Lucas Felício Costa
Apoio Técnico
Lucas Frota de Castro
Valenthina Lucas de Paula Aureliano
Participantes da Mesa Temática N. 41
Silvia Amaral Palazzi Zakia
Luciene Pessotti
Carolina Guida Teixeira
Niuxa Drago
Vitor P. Próspero
João VItor Araújo
Fernanda Gomes de Macedo
Maria Luz Carvalho
Carolina Chaves
Lucas Felício Costa
Sofia Simões Santos
Rodrigo Bastos
Hugo Segawa
Félix Aragão
Gabriel Girnos Elias de Souza
João Fiammenghi
Yasmin Elganim

VI ENANPARQ | MESA TEMÁTICA 42

Mediação: Luiz Manoel do Eirado Amorim
Relatoria: Felipe de Souza Noto

A discussão levantada pelas reflexões dos grupos coincide numa crítica à construção de uma intepretação hegemônica da produção arquitetônica. Afirma-se a necessidade de o arquiteto assumir conscientemente seu papel político, como produtor inserido no painel de políticas públicas e como agente transformador da realidade.

Os concursos públicos de projeto, assunto que tangencia diversos dos trabalhos apresentados, é entendido como oportunidade valiosa de discussão crítica do campo profissional, como arena de inovação, mas também como reflexo do momento político a que pertence. E qual seria o resultado de concursos públicos que refletissem o atual momento político brasileiro? Só um silencio tenebroso na sala foi capaz de responder.

O sequestro dos destinos da produção arquitetônica por interesses políticos não é novidade; lembrou-se que Oscar Niemeyer só fez o conjunto de Pampulha após Juscelino Kubistchek desaprovar o resultado de um concurso para a área. Surpreende que esta história não tenha sido devidamente contada.

A construção da história, ou a forja da historiografia, tem papel central na construção da interpretação hegemônica da arquitetura, criando categorias qualitativas para a produção. O resultado é o estabelecimento de uma referência central para a arquitetura brasileira, mantendo a miríade de ricas produções regionais em uma condição periférica. Para o entendimento oficial, as palafitas amazônicas são sinônimo de precariedade, apesar de sua imensa qualidade espacial e, principalmente, da clara adequação à realidade cultural e climática a qual pertencem.

Nota-se que a questão climática tem sido também manipulada pela narrativa hegemônica contemporânea. Termos como sustentabilidade e eficiência energética têm sido vendidos como soluções incontornáveis dos nossos tempos, vinculadas exclusivamente a aparatos tecnológicos que alimentam uma indústria agressiva e desconsideram as experiências — comprovadamente eficientes — vernaculares e modernas de adequação à nossa realidade climática.

A seguir, as sínteses apresentadas por cada grupo de discussão. O relato da discussão da sala 01 foi adaptado, mantendo seu teor completo; o relato das salas 02, 03, 04 é sua transcrição integral.

Sala 01.

Maria Clara Moura, Bruno Braga, Philipe Cantreva, Fabiano Sobreira, Paula de Oliveira Camargo

1. Arquitetura deve ser entendida como aproximação política, e não há novidade nisso. O próprio Brazil Builds faz parte da política de boa vizinhança norte-americana.

2. Concursos? Se o resultado não for satisfatório para o projeto de poder em andamento, anula-se o resultado do concurso e escolhe-se outro arquiteto. Culpar o processo democrático pelo mau uso da democracia. O concurso é um instrumento, mas ele sozinho como instrumento não resolve. É importante garantir a inovação nos processos.

3. Como revisitar projetos, programas e processos para desmistificar a arquitetura e suas relações com o poder, introduzindo uma visão mais crítica. Arquitetura potencial: discussões no campo das ideias, e não no que é materializado, mas que está presente em maquetes e nas peças de realidade virtual. Composição imagética da arquitetura através de maquetes para compreensão de arquitetura até sua concepção final física e o seu impacto nas mídias sociais e política. Maneira superficial como a arquitetura vem se difundindo, a diferença entre catálogos de arquitetura e o imediatismo das mídias sociais eletrônicas.

Textos referência que surgiram na discussão:

https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/09.107/61

https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16656

https://openletters-online.com/Issue-17-Eliyahu-Keller-to-Bjarke-Ingels

Sala 02

Hugo Arraes, Tainá Menezes, Tainá Parente e Ruth Farias

É importante visualizar como as pesquisas em projeto geram análises que possam levar a um caminho de maior sedimentação da arquitetura. Ao se analisar os trabalhos, percebeu-se que eles ampliam o olhar sobre o projeto e incorporam outras questões não tão claras para o registro da arquitetura e não tão perceptíveis para o arquiteto do dia a dia. Há uma necessidade de um suporte metodológico e crítico para se debater os projetos, ver além do visual e tentar estabelecer leituras que possam ampliar e trazer outras opções de se fazer arquitetura, fugindo do internacional «hegemonizante" e indo a fundo em questões locais, políticas e representativas de nossas cidades e regiões. Refletimos sobre o papel dos concursos como uma vitrine do pensamento projetual, interligada à política, à imagem e talvez não tanto ligadas à necessidade

humana da arquitetura (latente ou subjetiva). E concluímos o papel do arquiteto como um agente de decisões reflexivas e não mecânicas

Sala 03

Izabel Nascimento, Adilson Costa Macedo, Letícia Bortolo Martins

Arquitetura como objeto de conhecimento sobre usos e processos. Os trabalhos levaram também à reflexão sobre a arquitetura e o arquiteto como instrumentos de ação política. Sobre como as ações e práticas na arquitetura influenciam as ações, práticas e entendimento público sobre o que é considerado ou não arquitetura. Quanto aos concursos, cabe se pensar seu papel enquanto evento de promoção ou efetiva construção em uma sociedade. Outro ponto abordado foi sobre as decisões funcionais e/ou subjetivas em um projeto, entendendo que a arquitetura influencia a razão, porque atua na emoção.

Sala 4

Bruno Carvalho. Beatriz Maia, Izabel Leite e Luana Alves

O projeto como ferramenta de pesquisa onde a investigação do produto (edifício construído e projeto) se dá através do processo e a identificação das estratégias projetuais. Os artigos apresentam obras das mais variadas tipologias, o que pode apontar como uma metodologia importante para análise da arquitetura contemporânea.

MT 43 – PANDEMIA: DESIGUALDADE E IMPACTOS SOCIAIS

dia 5 – 5 de março, sexta-feira

mediadora: Profa. Maria Inês Sugai (UFSC)
relator: Prof. Leandro de Sousa Cruz (UnB)

A Mesa Temática foi realizada dentro do previsto para seu funcionamento e registraram-se os principais comentários trazidos pelos minigrupos. No horário indicado, por volta das 9h00, a profa. Maria Inês Sugai apresentou-se e deu as boas-vindas aos membros presentes na sala virtual, apresentando também o relator da mesa, prof. Leandro Cruz, e as estudantes que deram apoio à realização da Mesa, Cintya Silva de Oliveira e Sandra Carolina de Andrade.

Após explicação sobre o funcionamento da Mesa Temática, a profa. Maria Inês fez a leitura dos títulos do trabalhos que integravam a sessão, bem como os nomes de suas autoras e autores, que puderam se apresentar ao público. Findas as apresentações iniciais e o momento para tirada de dúvidas, o Apoio Técnico do evento providenciou link para o vídeo no YouTube:

https://www.youtube.com/watch?v=Jk8Z3bMnvbU

Sugeriu-se, no entanto, que todas permanecessem na sala, onde o vídeo seria reproduzido. Como todos do público se mostraram de acordo, seguiu-se então o momento de assistir às apresentações. Foi lançada ao público, também neste momento, a questão central para o debate:

Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a Arquitetura e o Urbanismo contemporâneos?

TRABALHOS APRESENTADOS

COVID-19 e corpos em aliança no Brasil

Áureo Rosa Silva

COVID-19 em assentamentos informais urbanos e a necessária associação entre poder público e população: o caso de Campinas/SP

Julia Lopes da Silva; Maria Flávia de Araujo Gottardello; Patricia Rodrigues Samora

Relações urbanas na nova a-normalidade. Residualidade e estigmatização socio-espacial em tempos de pandemia

Fernando Espósito-Galarce; Federica Linares; Julia Meira

Pandemia e paisagens insurgentes: a experiência do aplicativo saúde na vizinhança

Carolina Clasen; Eduardo Rocha; Lorena Maia

Assentamentos precários, saúde pública e pandemia de COVID-19: o caso de Paraisópolis, SP

Luciana Maria Garcia Campos; Laralys Monteiro; Angélica Tanus Benatti Alvim

A frente de luta por moradia digna e o direito à cidade: ações de combate à COVID-19 em Fortaleza

Anderson Mateus Santos; Mayara Justa; Thais Sousa

COVID-19 e os impactos nos aglomerados subnormais: o cenário na cidade de Florianópolis

Natália Sagaz; Nadine Martignago Saleh; Ramon Silva de Carvalho

Insurgências no combate à pandemia em Fortaleza: as respostas populares frente aos problemas (infra)estruturais

Juliana de Boni Fernandes; Luísa Fernandes Vieira da Ponte

Gentrificação pós-pandemia: turismo integrado na Vila de Caraíva como instrumento de mitigação

Marcos Vinícius Cortes Ferreira; Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski; Liza Maria Souza de Andrade

Após o final da exibição do vídeo, a professora Maria Inês parabenizou a todas e todos pelo trabalho, destacando a alta qualidade das pesquisas, a capacidade de responder de forma rápida às urgências demandadas por conta da Pandemia, a atenção dada a Comunidades em situação de vulnerabilidade e a importância das atividades desenvolvidas pelas Universidades aqui representadas. Destacou, ainda, a impressionante capacidade das Comunidades analisadas, que se organizaram e realizaram ações efetivas para combater e se proteger frente ao avanço do COVID-19, superando as próprias dificuldades e a ausência de medidas mais concertadas por parte do Estado.

A equipe de apoio reorganizou o público em quatro salas menores, com os minigrupos, para o começo do debate. Seguem registros encaminhados por seus representantes.

O prof. Fernando Espósito-Galarce (DAU PUC-Rio) representou o **Grupo 1**, do qual também participaram Isabella Maricatto, Laralys Monteiro, Erika e Cátia.

É importante buscar soluções alternativas a problemas já conhecidos, e a pandemia tem levado a essa possibilidade de pensar novas formas de relação entre sociedade e poder público. Como exemplo, tome-se o caso do urbanismo tático. Testando alternativas mais palpáveis. Experimentar.

Por outro lado, é importante fomentar o acesso a recursos tecnológicos (aplicativos, por exemplo) que permitam conectar e fazer pontes entre a academia, sociedade e poder público. Acredita-se que, assim, poderá ser fomentada a participação e ação cidadãs.

Finalmente, as pesquisas vêm se mostrando fundamentais para visibilizar problemas que estiveram sempre ali, presentes na sociedade, porém, ocultas, escondidas num estado de exceção permanente que explora as desigualdades e benefício do sistema. Esta pandemia revela a importância de resolver os problemas urbanos de forma ampla, global, igualitária, pois as desigualdades acabam afetando a sociedade como um todo. A pandemia tem revelado essas conexões sociais, muitas das vezes invisíveis ou estigmatizadas.

A profa. Lívia Barros Wiesinieski (CET UnB) representou o **Grupo 2**, do qual também participaram Anderson Santos, Luciana Garcia Campos, Maria Flavia e Marcos.

Com a pandemia torna-se papel da arquitetura e urbanismo priorizar a Integração e interdisciplinaridade pensando a dinâmica da cidade de forma mais ampla, reconhecendo e garantindo apoio e financiamento das organizações locais e a gestão de políticas públicas onde as demandas participativas ocorra de fato.

Regina Maria Scatena (UFMS) representou o **Grupo 3**, do qual também participaram Luísa Fernandes, Matheus Barbosa e Nadine Saleh.

As práticas e pesquisas são fundamentais para visibilizar os grupos vulneráveis. Nos casos dos trabalhos apresentados, esses grupos apresentavam forte liderança, o que favorece o fortalecimento comunitário e rápidas respostas frente ao desafio apresentado pela COVID-19. Contudo, Arquitetura e Urbanismo ainda têm muito a aprender com gestão e práticas populares. Destacou-se, entre outros aspectos, a relação direta entre Arquitetura e saúde da população e a possibilidade de subsidiar, cientificamente, o poder público na tomada de decisões. Por fim, levantou-se a necessidade de pensar o distanciamento social e novas formas de atuar nas comunidades seja através do contato direto com lideranças, seja através de ferramentas tecnológicas que necessitam ser inseridas nesses meios.

Guilherme Formicki (GSAPP Columbia University) representou o **Grupo 4**, do qual também participaram Carolina, Juliana De Boni e Natália Sagaz.

Todos os trabalhos apresentados se voltam para a residualidade do espaço e a necessidade de falar sobre o confronto entre o Estado e a população, evidenciando a necessidade de mudança de lógica da produção da cidade. A crise sanitária da COVID-19 atinge, principalmente, os lugares frequentemente invisibilizados e negligenciados em relação a ação do Estado, situados num cordão periférico, e não só enfatizam a desigualdade urbana mas como as práticas de planejamento urbano e do urbanismo precisam considerar as práticas não-técnicas, populares e comunitárias.

Assim, a participação popular se mostra como importante ferramenta para a construção de uma Arquitetura e de um Urbanismo comum e democrático.

Aqui, também queremos destacar a importância que os movimentos populares, as comunidades e a população vulnerável possuem para a realização destes trabalhos. Como universidade, acreditamos que toda pesquisa e estudo precisa voltar para o local e garantir presença destas populações nesses eventos, na intenção de democratizar a informação.

Ao final dos relatos, o prof. Leandro agradeceu pelo envio das questões de todos os minigrupos, com especial menção ao comentário final de Guilherme Formicki. Refletiu-se sobre a possibilidade de potencializar a infraestrutura criada a partir de eventos como o VI ENANPARQ, mesmo na condição de seminário virtual, como um suporte para a ampliação das redes de lideranças e de movimentos sociais, bem como para a expansão e aprofundamento das lutas pelo Direito à Cidade. Em seguida, leu o comentário deixado pela profa. Patricia Rodrigues Samora (PUC Campinas) no *chat* da sala:

"Queridos, trabalhos excelentes e essa mesa foi um grande acerto do ENANPARQ! Infelizmente, não poderei participar do debate pois dou aula agora, mas a Maria Flavia representa o nosso time. Quero deixar uma reflexão: não há saída possível para as cidades brasileiras que não seja um esforço de convergência para a melhoria das periferias urbanas. Temos de disseminar esse conhecimento e essa ideia para toda a sociedade. Saúde e educação passam por superação das nossas desigualdades físico-territoriais. Sigamos juntos!"

A profa. Maria Inês devolveu a palavra ao público da Mesa. Registraram-se novos comentários do público:

Nadine Saleh (UFSC) registrou no *chat*: "Acho interessante notar que nos diversos estados do país, aqui representados, foi possível analisar o mesmo caso de comunidades em estado de vulnerabilidade que se localizam distante das unidades básicas de saúde e são constituídas por moradias em estado precário que não garantem a habitabilidade

adequada. O fato de esse cenário ser nacional também reforça a importância de encontros e trocas como essa que estamos tendo aqui hoje."

Juliana de Boni (UFC) lembrou a todos que os textos foram submetidos há cerca de um ano e que nos encontramos, atualmente, numa condição de agravamento da Pandemia. Complementando, destacou que o seminário incentiva a ampliação do debate, que deve ser mais horizontalizado e mais orientado para as populações que precisam de arquitetos, urbanistas e de profissionais do campo jurídico, de modo a garantir o atendimento de suas necessidades e de seus direitos.

Regina Scatena (UFMS) levantou, por fim, uma questão que poderia resumir os debates desta Mesa: "De que forma realizar o Planejamento Urbano Participativo dentro de territórios vulneráveis enquanto a questão de distanciamento são primordiais diante da COVID?".

Concluindo os trabalhos desta Mesa Temática, a profa. Maria Inês agradeceu a todos os presentes pelas contribuições ao debate e reforçou, novamente, a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Sem mais questões, a Mesa foi encerrada.

VI ENANPARQ | BRASÍLIA

RELATÓRIO DA MESA 44 – HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA: INTERFACES INTERDISCIPLINARES 2

Relator: Prof. Dr. Dirceu Piccinato Junior – IMED, campus Passo Fundo/RS.

O presente relatório tem como objetivo apresentar o debate que permeou a Mesa 44, que ocorreu no dia 05 de março de 2021, no âmbito do evento científico VI ENANPARQ, Brasília, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi. O objetivo geral é dissertar sobre as ideias gerais dos trabalhos apresentados. E, quanto aos objetivos específicos, destacam-se: i) contextualizar as considerações levantadas por aqueles que compuseram a referida Mesa; ii) revelar as perspectivas de respostas da pergunta-chave do evento[1]; iii) caracterizar as novas possibilidades de caminhos nas pesquisas em arquitetura e urbanismo.

Os trabalhos que formaram a Mesa 44 são: "História e progresso: a praça Coronel Adolpho (Araxá, MG) através das fotografias" de autoria de Leticia Bemfica Ferreira e Adriano Tomitão Canas; "Cenário escondido: imagem dos cinemas da Natal do século XX" elaborado por Natalya Cristina de Lima Souza; "A memória da cidade revelada pelo registro fotográfico: o Recife e o acervo Jorge Martins", escrito por Karoline Lima do Nascimento e Maria Luiza Rocha Mariz Valença; "Desenhos em perspectiva como contributos para a história do urbanismo em Belém: habitação e transporte" de autoria de José Júlio Lima e Jorge Eiró; "Revistas especializadas como fonte de pesquisa em história da arquitetura: o caso das intervenções no Theatro Municipal de São Paulo" elaborado por Beatriz Fernandez Vaz Oliveira; ""Yes is More" ou o livro de arquitetura como dispositivo de marca", escrito por Gabriel Girnos Elias de Souza; "Arquitetura por palavras: aplicação de ferramentas de mineração de texto nos editoriais da revista Arquitetura | IAB_1961 a 1968" apresentado pela autora Marina Lage da Gama Lima; "A cidade de palavras: poemas de Nicolas Behr" elaborado por Anna Luísa Albano; "Os subúrbios cariocas no olhar de Lima Barreto" de autoria de Juliane Porto Cruz de Medeiros e Ana Elisabete de Almeida Medeiros, e, por fim, o trabalho intitulado "Um provinciano moderno: reflexões sobre história, cidade e memória, nas crônicas de Manuel Bandeira" de Brenda Regina Braz Leite.

[1] A pergunta-chave do evento: "Como pesquisas, processos e práticas apresentados possibilitam repensar a arquitetura e o urbanismo contemporâneos?

Considerando a temática de cada trabalho, as apresentações de cada um deles e os debates que se sucederam em relação a intenção de se pensar aspectos que auxiliassem na construção de um consenso (ou dissenso), a dimensão que retrata o conjunto da obras é a palavra. Ela pode ser observada nos diferentes materiais e métodos utilizados pelos pesquisadores no desenvolvimento de suas respectivas pesquisas. Crônicas, narrativas, reportagens e fotografias fundamentaram um outro olhar na construção do imaginário da arquitetura e da cidade.

Os recortes, temporal e espacial, permitiram a formação de contrapontos singulares, proporcionando diálogos mediante o uso de novas tecnologias para uma compreensão dos diferentes processos de formação e transformação dos espaços construídos. Registrou-se a presença de um discurso hegemônico, conquanto, observou-se também um contradiscurso, revelando um caráter periférico da arquitetura, do urbanismo e da sociedade. Os argumentos apontaram para a ideia da subjetividade, do ato de filtrar o olhar quando se elege uma determinada fonte de pesquisa. Tal aspecto, revela que o "discurso é poder". Para tanto, é importante lançar luzes também sobre as realidades que estão na contracorrente dos fatos.

Com os trabalhos apresentados e os diferentes pontos de vistas argumentados foi possível ponderar que as pesquisas, processos e práticas de estudos em arquitetura e urbanismo contemporâneos perpassam pela atualização das fontes e métodos científicos. Esse contexto permitirá revelar e propiciar um entendimento amplo sobre política, economia, sociedade, arquitetura e urbanismo, por exemplo.